

4794

R
E
V
I
S
T

DO
INSTITUTO
HISTÓRICO E GEOGRÁFICO
DE
MATO GROSSO
1989

TOMOS CXXXI- CXXXII

A
NO - LXI

4794

**REVISTA DO
INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO DE
MATO GROSSO**

Presidente:
LUIS-PHILIPPE PEREIRA

Primeiro Vice-Presidente:
ARCHINOLDES PEREIRA NETO

Segundo Vice-Presidente:
MARCUS ALVES CORREIA PINHO

Primeiro Secretário:
PEDRO WALTER MUELLER

Segundo Secretário:
VERA FANCHIZO

Tesoureiro:
RAMIS GALATI

Orador Oficial: **1989**
OCTAYDE JOGGE DA SILVA

CONSELHO FISCAL

Membros: LENINE DE CAMPOS POVEDAS
RAIMUNDO POMPA FREIRE DA CRUZ
DUNCA RODRIGUES

Sede Própria: CASA BARÃO DE MELGAÇO
Rua Barão de Melgaço, 3309
(esquina da Travessa Voluntários da Pátria)
Cuiabá - Mato Grosso - CEP 75000

Escritura de doação do Governo do Estado de 15 de abril de 1931, à fls. 304 e 305, do livro 143, do Cartório do 2º Ofício de Cuiabá, e transcrição sob nº 7.107, fls. 115, livro 3-B, em 15/04/1931, no R.G.I. de Cuiabá. Estatutos redigidos no Cartório do 1º Ofício, sob nº 14, em 24/04/1930.

Intervenção de UBERALDO DE ALMEIDA, nº 875, de 08/10/1930.
Conta bancária - BEMAT - Agência da Rua 13 de Junho, em
Cuiabá, MT.

TOMOS - CXXXI e CXXXII
ANO - LXI

DIRETORIA

Presidente:

LUIS-PHILIPPE PEREIRA LEITE

Primeiro Vice-Presidente:

ARCHIMEDES PEREIRA NETO

Segundo Vice-Presidente:

VIRGILIO ALVES CORRÊA PINTO

Primeiro Secretário:

PEDRO ROCHA JUCÁ

Segundo Secretário:

VERA RANDAZZO

Tesoureiro:

RAMIS BUCAIR

Orador Oficial:

OCTAYDE JORGE DA SILVA

CONSELHO FISCAL

Membros: LENINE DE CAMPOS PÓVOAS

RAIMUNDO POMBO MOREIRA DA CRUZ

DUNGA RODRIGUES

Sede Própria: CASA BARÃO DE MELGAÇO

Rua Barão de Melgaço, 3969

(esquina da Travessa Voluntários da Pátria)

Cuiabá – Mato Grosso – CEP 78.000

Escritura de doação do Governo do Estado de 15 de abril de 1931, à fls. 96v a 97v, do livro 143, do Cartório do 2º Ofício de Cuiabá, e transcrito sob nº 2.102, fls. 199, livro 3-B, em 15/04/1931, no R.G.I. de Cuiabá. Estatutos registrados no Cartório do 1º Ofício, sob nº 14, em 24/04/1930.

Reconhecido de Utilidade Pública, pela Lei Estadual nº 815, de 08/10/1930. Conta Bancária – BEMAT – 02.3708-8 (agência da Rua 13 de Junho, em Cuiabá, MT).

SUMÁRIO

1 - O nome "Cuiabá", por Padre Raimundo Conceição Pombo Moreira da Cruz	9
2 - Minha avó Codó, por Maria de Lourdes da Silva Ramos . . .	31
3 - Arsenal de Guerra de Cuiabá, por Miguel Biancardini Neto . .	36
4 - Um cuiabano a se destacar no EMFA, por Ernesto Borges . .	42
5 - Meu aniversário, por Lya Hauschild	45
6 - Universidade Federal de Mato Grosso, por Augusto Frederico Müller Jr.	46
7 - Museu de Pedras, por Ramis Bucair	61
8 - Quatro vezes em Ladário, por Gil Cordeiro Dias Ferreira . .	63
9 - Uma estranha no areão, por Octayde Jorge da Silva	77
10 - Os Bodstein, por Wilson Oacyr Bodstein	81
11 - O Parlamentarismo no Brasil, por António de Arruda	84
12 - In memoriam Fernando Correa da Costa, por Demonsthenes Martins	100
13 - Bodas de diamante de Dom José Newton, por Corsíndio Monteiro da Silva	103
14 - Ulisses Serra, por Heliophar Almeida Serra	106
15 - Três grandes nomes cuiabanos, por Luis-Philippe Pereira Leite	111
16 - A personalidade multifária de Antonio Maria Coelho, por Lécio Gomes de Souza	112
17 - Professores do Liceu e da Escola Normal, por Ernesto Bor- ges	121
18 - O Exército e a Abolição, por Cláudio Moreira Bento	125

O NOME "CUIABÁ"

por Pe. Raimundo Conceição Pombo Moreira da Cruz

Baseando-se nos documentos existentes, o pioneiro do solo mato-grossense foi ALEIXO GARCIA.

Virgílio Corrêa, na sua História de Mato Grosso (pág. 125) diz: "Por um dos tributários ocidentais (do Paraná), possivelmente o Amambá, mais tarde roteado pelos bandeirantes, alcançou o divisor das águas, além do qual rodou pelo Emboteteí até o rio Paraguai. Atravessou-o para marinhar pela morraria, mais tarde denominada Albuquerque. Vence a vasta planície, parte meridional de Chiquitos, entra no espaço aberto entre os rios Guapey e Pilcomaio, chega a Charcas onde recolhe grandes riquezas e volta ao Paraguai".

Considerando-se fora dos perigos é assassinado à noite, por uma conjuração, nascida dentro de sua própria comitiva no ano de 1526. Veio com a expedição de João Dias de Solis, morto pelos charruas em 1516.

Já o soldado português Antônio Rodrigues, que mais tarde veste o hábito jesuíta, diz que assistiu a fundação de Buenos Aires a mando do padre Manuel da Nóbrega e afirma: "Desta cidade, (antiga Lambaré, e desde 15 de agosto de 1537, Assunção) fomos mais adiante a conquistar terras e subimos mais acima 250 léguas e chegamos perto do Maranhão e das Amazonas. Chegamos aos Paraís, gente lavradora, muito amigos dos cristãos. Têm um principal a quem obedecem que em sua língua chamam Cameri. Não comem carne humana". (Leite, 1937, pág. 129).

Crê-se, portanto, que estes foram os primeiros a entrar pelo rio Cuiabá. O documento remonta ao ano de 1553, com data de 31 de maio.

Depois disso os bandeirantes palmilharam a região de Miranda, precisamente pelo rio Embotetef.

Nas margens do Paraguai dominavam os índios cavaleiros, os Guaicurús. Nas águas, os Paiguás, depois que os Guatós foram dizimados pelos bandeirantes.

Em 1675 Manoel de Campos Bicudo passa pela região em busca da Serra dos Martírios e traz na expedição seu filho Antônio Pires de Campos, que volta em 1716 atacando os Coxiponés na barra do Coxipó e fazendo centenas de prisioneiros, levando-os acorrentados para a sua fazenda de Itaici em São Paulo...

São as primeiras notícias guardadas pela história.

No caminho encontra-se com Pacoal Moreira Cabral que, animado pelo exemplo do colega, pensa fazer o mesmo...

Início da Nova História

No livro, "Uma Linhagem Sul-Riograndense. Os Antunes Maciel", (de I.H. de Assumpção Santos, Rio, 1957, pág. 100) lê-se:

"Estava-se em 1718, sendo Governador de São Paulo o Conde de Assumar, D. Pedro de Almeida Portugal, quando chegou a notícia do descobrimento das *minas do Cuyabá*".

Continua o livro: "Estas palavras que são de Taques, transcrito por Silva Leme, mostram que nesse preciso momento – e não depois – descobriu-se o ouro lendário de Cuiabá, menos de onze gramas, então, até a cifra máxima de seis toneladas num só mês (ou seja 400 arrobas)" (6.000, seis mil quilos).

"Na barra do Coxipó-mirim deixaram as canoas e principiaram a varar por terra o sertão, obedecendo à trilha dos indígenas. As primeiras rancharias dos Aripoconés apareceram junto a um riacho que chamaram "rio do Peixe", pois ali encontraram em grande quantidade o pescado secando ao sol e pronto a servir de mantimento. Ultrapassadas aquelas, chegaram ao rio das "Motucas" (rio Botuca) e no desaguadouro desse tributário"... "sem os instrumentos de minerar e só com um prato de pau, no espaço de duas horas, se extrairam trez oitavas de ouro"... (10 Vol. 7 fls. 433 e seguintes).

"Encontrado o ouro no Motuca, prosseguiu o bando, para dar combate aos selvagens. Provavelmente julgaram mais seguro provocar desde logo a batalha inevitável e assim assegurar melhor a segurança dos trabalhos de mineração. Julgaram mal. Na madrugada do dia seguinte, atingindo os alojamentos dos Aripoconés, fizeram-nos abandonar o terreno depois de cinco de seus próprios homens tombarem mortos e catorze caírem feridos! Estava a bandeira reduzida a um número que tendia a se aproximar da metade, tratando-se de brancos, o que significava um insanável enfraquecimento após a primeira refrega. Pascoal não exitou em ordenar a retirada".

"Em ordem defensiva, carregando seus mortos e feridos nas redes de fibras, a bandeira voltou ao Arraial. Retorno providencial, pois o ouro estava às suas costas, nas margens mesmo do Coxipó-mirim!"

Sabe-se que a bandeira de Pascoal era composta de 55 homens brancos, afora os escravos e índios mansos, que poderiam totalizar cerca de 200 homens. E é a primeira vez na História do Brasil que uma bandeira foi derrotada pelos índios.

Aires de Casal no livro "Corografia Brasílica" (fac-simile da edição de 1817, págs. 247 e 248) diz: "Ignoramos os nomes dos outros certanistas ou comandantes de Bandeiras, que vizitaram o paiz à busca dos Índigenas até o anno de mil setecentos e dezoito, quando Antonio Pires de Campos, também Paulista, subiu pelo rio Cuyabá em procura dos Índios Cuchipós, que tinham uma aldêa no sítio onde hoje está a Hermida de S. Gonsallo".

O lugar da aldeia é na barra do Coxipó com o Cuiabá, não muito longe de onde o coloca o historiador.

A Barra do Coxipó

A tradição bororo conserva a lembrança de uma antiga aldeia na foz do Coxipó chamada "Kujíbo Boróro". Essa aldeia era disputadíssima pelos diversos clãs da tribo. Outra tradição afirma que por esse motivo, há muito tempo, os membros de um clã mataram alguns de outro clã da mesma tribo, aí nesse lugar. Quanto ao rio Coxipó eles o chamavam de "Kujíbo Ekuréu", isto é: "o belo, o encantador Coxipó". Tradição que indica que, mesmo depois de se afastarem da região, conservavam dela uma saudosa lembrança.

Para quem não conhece, o Coxipó, após todos esses anos, com todas as chácaras que pululam às suas margens, derramando todas as impurezas no seu leite, é ainda de uma beleza sem igual.

Aí nessa barra é que havia uma numerosa aldeia aprisionada e incendiada por Antônio Pires.

Como será que Antônio Pires conseguiu aprisionar e escravizar os aguerridos bororos, que depois quase destruíram completamente a bandeira de Pascoal Moreira Cabral, se não tivesse recebido socorro da bandeira de Fernando Dias Falcão, "forte de 130 homens (brancos)"?

Como se sabe, são dois os Antonio Pires de Campos. Tannay, na "História Geral das Bandeiras Paulistas", (11º Vol. pág. 226) diz: "Das maiores figuras do bandeirantismo foram certamente os dois ituanos..., pai e filho, ou o velho e o moço, alcunhado aquele o "Pay Pirá", ao que parece, não se sabendo bem se tal alcunha foi realmente sua ou do filho, ou a de ambos como parece muito provável e como se deu com os dois Anhanguera".

"Conta Barão Homem de Melo a respeito do primeiro que, senhor de grande fazenda de Itaicy, a uns 20 quilômetros de Itú, ali chegou a ter seiscentos índios "administrados" como no tempo hipocritamente se dizia em toda a América".

"Transcreve Carvalho Franco um trecho de Ayres Casal a tal propósito. "No meio do século passado (s.c. XVIII) vivia, entre Paranaíba e o Rio Grande, uma horda de bororos cujo cacique era então um paulista chamado Antonio Pires de Campos"...

"No dizer do nosso proto-corografo ali fora Antonio Pires refugiar-se por motivo de crimes que o havia levado a procurar a sociedade dos índios o que parece de todo ponto inexacto..."

Como a História nos prova, tanto em relação aos espanhóis, portugueses, bandeirantes, como outros colonizadores, a traição era a arma por eles usada para com os aborígenes. Muitos "civilizados" dos primórdios da conquista da América, eram os homens mais cruéis e traiçoeiros que a História nos apresenta.

Taunay (Os Primeiros Anos de Goyaz, pág. 263) diz: "Haverá vinte anos que a este continente veio o defunto Coronel Antonio Pires de Campos, paulista, e tratando a esta nação debaixo de paz e amizade por alguns dias, no fim deles lhes deu de improviso na principal aldeia, não dando vida nem aos próprios inocentes de cujos gemidos ainda hoje soam os ecos nos ouvidos destes miseráveis, não podendo referir estas justas queixas sem que as lágrimas testemunhem a sua dor. Feito este estrago, apanhou muitos prisioneiros, que conduziu em correntes para seus cativos sendo o "língua" que trazemos um da dita presa".

Isto com os mansos índios Carajás (Carta de 2 de agosto de 1775 da Ilha do Bananal, ao Capitão General de Goyaz).

Não terá o pai feito o mesmo com os bororos?

Quanto aos bororos aceitarem um branco como cacique, eu atribuo ao convívio dos mesmos, levados cativos desde 1716, para a fazenda do pai.

Naturalmente com o primeiro ataque os bororos abandonaram a aldeia e subiram o Coxipó. Pascoal só encontrou ruínas. Seguindo por água até o Coxipó-mirim, onde abandonaram as canoas, sofrendo depois a fragorosa derrota.

A região dominada pelos bororos no atual território matogrossense era muito grande. Essa conclusão foi tirada quando os técnicos do Museu D. Bosco, em 1960, resolveram fazer uma expedição ao lugar que os bororos das missões salesianas, chamavam de "CIBÁE E-IÁRI", um morro entre o rio Correntes e o rio Itiquira. Lá encontraram várias urnas funerárias da mesma tribo, justamente como eles afirmavam. "O ma-

terial arqueológico não deixa dúvida sobre sua procedência bororo. Os bororo, pelo menos 150 ou 200 anos faz, habitavam a 100 kms. ao norte da atual cidade de Coxim" (Enciclopédia Bororo, vol. I pág. 537).

Conclui a mesma Enciclopédia, que eles se estendiam numa vastíssima região, precisamente entre os paralelos 15 e 19 e os meridianos 51 e 57. Região que abrange Coxim, limita-se com Poconé, inclui Barra do Garças, penetrando várias léguas no território goiano, além da margem direita do rio Araguaia. Engloba portanto Cuiabá, Rondonópolis, Poxoréu, Guiratinga, Alto-Araguaia etc.

E foi em Cuiabá, com a chegada dos bandeirantes, que a tribo foi dividida em: "Bororos Ocidentais e Bororos Orientais", salvando-se somente os Orientais, graças aos missionários salesianos, os do sul desapareceram.

A Enciclopédia Bororo (vol. I pág. 516) diz: "Boróro - Pátio da aldeia, pátio das danças, pátio interdito às mulheres e às crianças; praça, aldeia, ato de executar alguma representação". E apresenta um elenco de 51 aldeias (boróro), espalhadas pelo norte do Estado. Dessas aldeias, (boróro), dez se achavam às margens do rio Vermelho, "Pogúbo", chegando até aos arredores de Rondonópolis. Às margens do rio São Lourenço "Pogúbo Ceréu" seis. Quatro às margens do rio da Prata "Tadári Umána". Três às margens do rio das Garças "Jakoréuge E-láo". Duas às margens do rio Areia "Okóge E-láo". Uma às margens do rio Araguaia "Oroaribo Kuriréu". Duas nos arredores de Guiratinga e duas nos arredores de Poxoréu. Nos arredores de Cuiabá tinham 8 (oito boróro). Eis o nome e localização das aldeias: "KIJÍBO BORÓRO", no ribeirão Coxipó. Kujíbo é uma variedade de cardeal.

"TOROÁRI BORÓRO". Toróa, gavião-rí, morro. No morro de Santo Antônio.

"KADOGÚBO BORÓRO". Kádo, taquara-gú, abundância-bó, água. Córrego afluente do rio Cuiabá ao norte da cidade.

"TUBORÉRI BORÓRO". Tubóre, lambaris. Córrego "Tuborébo", afluente do rio Cuiabá.

"OKOGÉBO BORÓRO". Okóge, dourado. À margem do ribeirão Okogébo, afluente do rio Cuiabá, a montante da cidade.

"BARÚBO BORÓRO". Barúbo, lagoa dos campos. Nas proximidades de Cuiabá.

"CIBAÍBO BORÓRO". Cibái, araracanga. Córrego afluente da direita do rio Cuiabá, a montante da cidade.

"MERIRÍBO BORÓRO". Meríri, metal; bó, água – córrego do metal. Afluente do rio Cuiabá, a montante da cidade.

Vê-se que as aldeias não eram à margem do rio Cuiabá, mas às margens dos córregos, afluentes do rio, devido a pureza das águas.

Enciclopédia (pág. 541): "Devido circunstâncias especiais os obrigaram a mudar radicalmente seu sistema de inumação definitiva dos ossos; talvez o medo que continuassem as profanações de seus sepulcros, por parte de civilizados ávidos de adornos de ouro que os índios colocavam nas cestas funerárias".

Isso indica que eles apreciavam muito os enfeites de ouro. Por isso não lhes eram desconhecidas as pepitas que abundavam na região. Enciclopédia, pág. 611:

"IKUIÉBO – ikúie, estrela; bó, água (córrego das estrelas). Córrego afluente da esquerda do rio Cuiabá, na cidade homônima, comumente denominado córrego da Prainha. Essa denominação foi provavelmente originada pela abundância de pepitas de ouro no leito e nas margens do referido córrego (cfr. Taunay, 1949:9)".

Enciclopédia (pág. 614): **"IKUIÉRI"** – ikúie, estrela; rí. (morro das estrelas). Designação: 1. de uma elevação na margem esquerda do Ikuiébo, córrego da Prainha em Cuiabá. Esta denominação, provavelmente originou-se pela abundância de pepitas de ouro de que é rico o território de que se fala".

Pois foi aí no **"IKUIÉRI"** que se deu o seguinte fato (História de Mato Grosso, de Virgílio C. Filho, pág. 206): De sua roça, à beira de Cuiabá, não distante da Barra do Coxipó, despachara Miguel Sutil dois índios (carijós) à procura de mel. Tardaram até alta noite e ao tornarem ao rancho, admoestados pelo patrão, que lhes estranhara a demora, respondeu-lhe o mais ladino: "Vós viestes a buscar ouro ou a buscar mel?" E de-

positou-lhe na mão o que trazia, embrulhado em folhas de mato. Eram granetes de ouro, que pesavam 120 oitavas, (430,32 gr.) colhidos facilmente. Não havia mister de melhor argumento para desarmar a zanga de Sutil, que se apressou em verificar a narrativa dos seus serviçais. Pela madrugada, palmilharam a trilha apontada pelos guias. Em breve atingiram o sítio procurado, nas imediações da atual Igreja de N.S. do Rosário, "ainda todo coberto de mato serrado e grandiosos arvoredos"... "Maravilharam-se com a fartura aurífera". E pela tarde, de regresso ao abrigo, puderam avaliar a colheita maravilhosa, e Sutil com meia arroba de ouro, a maior parte dele cavado em seixos e o camarada João Francisco Barbado com duzentas oitavas, por ser só e não ter quem o ajudasse".

Era a "lavra do Sutil" considerada a maior mancha que se teria achado em todo o Brasil".

Apud Luís-Philippe: "Forquilha - O fundador e a Padroeira" (pág. 17), "Apontamentos históricos" de Manoel Eufrázio de Azevedo Marques (vol. II, pág. 73): Miguel Sutil "Natural de Sorocaba; foi o primeiro que por intermédio de dois índios carijós descobriu em 1721 a fértil mina de ouro"... Os anais do Senado e da Câmara registram o fato com data de outubro de 1722.

Aires de Casal (pág. 250) fala: "Sutil com um seu camarada europeu, chamado Joam Francisco, e por alcunha o "Barbado". "Esta aventura, noticiada ao outro dia no arraial da Forquilha, fez mudallo d'improviso para o lugar, e onde se calculou, que se tirara acima de quatrocentas arrobas daquele metal dentro n'um mez"...

A "História do Exército Brasileiro" (vol. I, pág. 347) diz: "A mesma autoridade cogitou em exterminar os Caiapós, que ameaçavam o caminho de Goiás para São Paulo. Da tarefa encarregou-se Antônio Pires de Campos, vindo de Cuiabá, com quinhentos bororos, fundando também as aldeias de Rio das Pedras, Santana e Lindoso". Isto em 1741, o que indica a existência ainda de muitos bororos em Cuiabá, pois além dos guerreiros devemos contar os velhos, as mulheres, os jovens e as crianças.

As tribos indígenas da região

Virgílio Corrêa F., (H. de MT, pág. 77): "Quando os bandeirantes penetraram no território mato-grossense, os agrupamentos indíge-

nas que se lhes depararam diferencavam-se por centenas de tribos, muitas das quais desapareceram, sem deixar vestígios de suas características étnicas”.

Taunay em “Monções Cuyabanas do Século XVIII” (pág. 167) diz: “No Porrudos viviam os índios desse nome e mais os Guanás e Croayás mansos que a ninguém ofendiam. Às margens do Cuyabá Boróros e Parecis. Dos primeiros diz Abreu que insignes trilhadores “eram valorosos para com os demais gentios e humildes para com os brancos”.

O Pe. J. Moura no seu mimoso trabalho: “Diamantino” (pág. 2) diz: “Os índios Paresí não constituíram a causa da fundação de Diamantino, pois essa foi o ouro, mas merecem ser mencionados numa história: os Paresí foram o primeiro objetivo das bandeiras no sertão descampado de Diamantino”.

O que indica que, nessa época, viviam mais para o norte.

Taunay, na obra já citada (pág. 44), fala do primeiro documento oficial de Gervásio Leite Rebelo que diz: “O caso é que vivia o Cuyabá cercado de várias nações gentias antropófagas que não deixavam aos portugueses alargar-se pelo centro do sertão”.

Até pouco tempo ainda existiam canibais: pelo ano de 1960 uma expedição surpreendeu uma aldeia dos beijos-de-pau, que fugiram para o mato, deixando ainda na fogueira os espetos com costelas humanas.

Quanto aos guanás, também citados como excelentes agricultores nos primórdios de Cuiabá, Virgílio C.F. na sua História já citada (pág. 95) diz da “participação no desenvolvimento de Mato Grosso, seja como auxiliar e construtivo, da classe dos guanás, agricultores, uma de cujas aldeias se mudou para as vizinhanças de Cuiabá, sem que desaparecessem de Albuquerque”. O que permite concluir que só aportaram em Cuiabá depois dos bandeirantes.

Quanto ao que fala nas páginas 77 e 78 do “gentio cuiabá” e dos “índios cuiabanos”, refere-se aos bororos.

O rio São Lourenço que eles chamavam de “Pogúbo Ceréu”

do nascente até sua entrada no pantanal, os bandeirantes o batizaram com o nome de "rio dos Porrudos", devido o primeiro encontro com os índios da região, que eram os bororos, que se banhavam protegendo o membro viril com uma taquara contra a agressividade das piranhas. Esse nome permaneceu por muitos anos.

Quanto a pretender que o nome "Cuiabá" seja "tupi-guarani", não vejo como.

Os bandeirantes foram motivados pela escravização dos índios e depois pelo ouro, mas qual o motivo dos tupis abandonarem a beleza do litoral para se internarem nas matas e chegar até Cuiabá?

Quanto aos guaranis do "Sul" sabemos que foi conseqüência do ataque dos bandeirantes paulistas às reduções dos jesuítas espanhóis, sendo o rio Paraguai o corredor natural, tendo como ponto central Assunção. Mas o que iria motivá-los a abandonar sua região riquíssima em caça e pesca, para provocar os guaicurús e como varar o pantanal e enfrentar os temíveis paiguás e por que fazê-lo?

O tupi-guarani foi trazido pelos bandeirantes, mas depois que eles aportaram na região e o nome "Cuiabá" já existia.

A Guisa de Explicação

Antes de passarmos aos que pretendem explicar o significado do nome "cuiabá" convem esclarecer o seguinte:

A História não se inventa, não é um vôo da fantasia, uma modalidade de poesia, mas tem que seguir a trilha da realidade, o caminho percorrido pela verdade. Os contemporâneos podem alterar os acontecimentos, falsear a verdade, o que exige de um historiador sinceridade, descrição desapaixonada dos fatos, honestidade na apresentação do que verdadeiramente aconteceu.

Os que vêm depois necessitam de persistência nas pesquisas e sinceridade no seu relato. Não se pesquisa a História com opinião já formada. A procura do fato acontecido, deve ser feita sem preconceitos, sem interesse, sem paixões. "Acho que deve ser assim, é assim, e arrumo os fatos ou os invento, para provar que, é assim como eu penso".

A afirmação de um fato histórico só tem valor, quando acompanhada pelas fontes nas quais se baseia.

Os jesuítas foram aqueles que nos relataram quase tudo que temos sobre nossos primitivos habitantes, das terras banhadas pelo mar, tribos que se espalhavam pelos oito mil quilômetros do litoral brasileiro.

Com relação a Mato Grosso, poucos documentos possuímos, que falam dos índios bororos, mas podemos e devemos basear-nos nos trabalhos dos "salesianos", que vieram recolhendo dados sobre a tribo desde 05/06/1895.

O nome "CUIABÁ"

Afirma-se que "Von Martius", botânico alemão que chegou ao Brasil na comitiva da arquiduquesa Leopoldina (15/06/1817), para o seu casamento com D. Pedro I, durante três anos, juntamente com Spix, percorreu a Amazônia.

Declara que: "foi a existência à beira do rio de cabaças (árvores que produzem cabaças), das quais se fazem cuias, isto é vasilhas: "cuiá" mais "abá" criador - Cuiabá - "criador de vasilhas".

Relativamente às cuias ou às cabaças, seria muito mais lógico, como se deu em várias outras localidades homônimas, que o rio se chamasse "cabaçal", pois se fosse por causa das árvores, sabemos que elas produzem "cabaças" e não "cuias", obras de artesanato humano é não da natureza. Além disso, das cabaças se fazem muitas outras coisas. Tal transformação seria um dos mais raros fenômenos toponímicos da nossa história e literatura.

Segundo Aurélio de Holanda, a família das cucurbitáceas "Legenária Vulgaris" é originária da Índia e da Abissínia, e conforme Delta Larousse, da África, o que, se aceito, não daria tempo de se acharem já em Mato Grosso na época do seu descobrimento.

A nossa seria a "Cuieira" ou "Cuité", da família das bigoniáceas "Crescentia Cujete" das Américas.

Quanto à sua denominação em bororo, que, como já pro-

vamos, era a tribo da região, as pequenas são chamadas "pogíbo", usadas pela tribo como enfeite. As médias são denominadas "kabo", das quais se fazem especialmente os "bápo", maracás ou chocalhos, e as grandes, que seriam o nosso caso, das quais se fazem também cuias, são denominadas "powári", servidas pela mesma tribo para o fabrico dos "bári", instrumento musical de sopro. Nenhuma, portanto, nessa língua, se aproxima do nome "cua".

A outra afirmação é que, "em razão de muitos mortos em combate, os bororos chamaram ali de "gente caída", o que também não parece certo.

Prático como é o índio, especialmente o bororo, para ele existe homem "imédu" ou "iparédu", e mulher - "arédu" e não "gente". Quanto ao verbo "cair", que no seu vocabulário é "fazer cair", dizem "butúgo", o que afasta também a suposta teoria.

A estória da "dona" ou do "índio", que estava lidando com a cua e as águas a carregaram, e não podendo ou não querendo reavê-la, teria dito "cua vá" é demais forçada para não ridicularizá-la. Além disso, quando os bandeirantes chegaram o nome já existia, mas não como nome da cidade e sim do rio. A tribo dominante era a bororo, o que exclui também que cuiabá seria o nome da tribo da região.

Na Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Mato Grosso - 1988 - Tomos CXXIX - CXXX foi publicado um artigo: "O NOME CUIABÁ CORRESPONDE A PANTANAL MATO-GROSSENSE" do confrade Pedro Rocha Jucá.

Não a título de polêmica, mas de esclarecimento, sou obrigado a divergir de alguns pontos do seu substancioso trabalho, fruto de longas pesquisas. Como o seu artigo é sobre o nome em questão, se eu me omitir, estarei concordando com alguns pontos importantíssimos do nome "Cuiabá", que é o que procuramos esclarecer.

Página 9: "Os índios Bororos se auto-denominavam de 'Bóe' e chamavam a região de Cuiabá de 'Bororo'".

Realmente os bororos eram "bóe", mas como o erudito autor declara em seu artigo: "bororo" significa pátio, aldeia. Como já pro-

vamos no presente artigo, os bororos tiveram 8 (oito) aldeias, (bororo), na região de Cuiabá, e 51 (cinquenta e uma) aldeias, (bororo), em todo Mato Grosso. Nada tem a ver "bororo", aldeia, com a região de Cuiabá.

Na página 10: "O nome de Cuiabá seria Índio do Pantanal – Por isso, dificilmente será superada a presente hipótese quanto à *origem do nome cuiabá, que nunca poderia ter vindo do rio Cuiabá, cujo primeiro nome era Ibiraty (Ibira, madeira, e Ty, líquida, pela quantidade de madeira que ia nas enxurradas, como até hoje acontece)*".

Eis uma afirmação que eu desconhecia. Ao que me consta, citando somente os dois nossos maiores historiadores AFFONSO DE ESCRAGNOLLE TAUNAY e VIRGÍLIO CORRÊA FILHO, o primeiro nas 539 páginas do undécimo volume da "História Geral das Bandeiras Paulistas": "Os Primeiros Anos de Goyaz" e "Monções Cuyabanas do Século XVIII", chama o rio Cuiabá de "RIO CUYABÁ", e o segundo, nas 741 páginas de sua "História de Mato Grosso", não apresenta nenhuma vez o nome "Ibiraty" mas em todas as citações "RIO CUIABÁ" e na "CARTA COROGRÁFICA", "demonstrativa da viagem do primeiro Capitão-General de Mato Grosso D. ANTONIO ROLIM DE MOURA" (cópia resumida da CARTA COROGRÁFICA de 1754), entre as páginas 312 e 313 da mesma História de Mato Grosso, cita os rios: Tieté, Paraná, Pardo, Camapuã, Taquari, Paraguai, Porrudos e CUIABÁ. Não menciona o rio Coxim.

Seria interessante ao articulista, que se fez esta declaração deve de estar bem alicerçado, indicar o nome da "obra e do autor", que prova que o rio Cuiabá não se chamava Cuiabá mas Ibiraty?

Quanto aos historiadores, vejamos:

Convém lembrar que em 1675 Manoel de Campos Bicudo subiu o *rio Cuiabá* com seu filho Antônio Pires de Campos, em procura da encantada "Serra dos Martírios" e seu filho, 41 anos depois, veio atacar a aldeia que conheceu como criança.

O livro: "Uma Linhagem Sul-Riograndense". "Os Antunes Maciel", de I. H. de Assumpção Santos, Rio, 1957, pág. 99, declara: "Corria o ano de 1716. Seguindo até certo ponto as pegadas de Antônio Pires de Campos, a expedição atingiu afinal o *RIO CUIABÁ*, afluente do Paraguai" ...

Isto prova que já em 1716 o nome do rio era CUIABÁ, e tão importante que colocaram como afluente do Paraguai, quando ele era, então, afluente do S. Lourenço, que no início deste século, precisamente em 1909, mudou de leito, entrando no Perigara, que os Bororos chamavam também Tarigára, no lugar que eles denominavam "Furo do Tarigára", a 60 kms da atual foz do Perigara no Cuiabá (ver Enciclopédia Bororo, vol. I, pág. 868).

Taunay, na página 16 das Monções Cuyabanas, já citadas, diz: "O de Itú já desde 1600 existia ... Sorocaba, por volta de 1650. Na demonstração dos diversos caminhos de que os moradores de São Paulo se servem para os rios Cuyabá e Província de Cochiponé, velho documento inédito que Capistrano de Abreu nos fez imprimir".

O que dá para concluir que o nome "RIO CUIABÁ", já era conhecido mesmo antes do ano de 1700.

O artigo em pauta, na página 11 diz:

"Somente no dia primeiro de janeiro de 1727, quando o Arraial do Senhor Bom Jesus foi elevado à categoria de Vila Real do Senhor Bom Jesus do Cuiabá é que o nome Cuiabá aparece oficialmente pela primeira vez".

Responde a História de Mato Grosso de Virgílio Corrêa Filho, pág. 200:

"Aos oito dias do mês de abril de mil setecentos e dezenove anos, neste "ARRAIAL DO CUIABA" fez junta o Capitão-mor Pascoal Moreira Cabral com os seus companheiros" ... etc.

O documento é assinado por 22 pessoas. Será que um documento de fundação de uma cidade, não é documento oficial? E note-se que as "minas do Sutil" ainda não tinham sido descobertas.

Relativamente ao mesmo artigo, na mesma página 11:

"Na carta que Pascoal Moreira Cabral mandou a D. João VI, no dia 15 de julho de 1722, pedindo como compensação para as suas grandes perdas, a sua nomeação para capitão-mor e guarda-mor, ele se

refere, como local do seu endereço as *Minas do Cuxipó* (com u mesmo), e não as *"Minas do Cuiabá"*, ...

Respondemos com Taunay, pela página 43 das citadas *"Monções Cuyabanas"*:

"Relação verdadeira da derrota e viagem que fez da cidade de S. Paulo para as *"MINAS DO CUYABÁ"* o Exmo. Sr. Rodrigo Cesar de Menezes, Governador e Capitão-General da Capitania de S. Paulo e suas Minas ..."

Essa Relação da viagem diz (mesma página):

"A 14 de novembro (1726) chegou o General à roça do recém falecido *Guarda-mor das MINAS DO CUYABÁ e seu descobridor Pascoal Moreira Cabral*".

O documento, datado de 1º de fevereiro de 1727, é assinado por Gervásio Leite Rebelo, secretário de S. Exa. Governador de S. Paulo.

Na mesma obra Taunay, na pág. 7, diz:

"Surge em 1719 a notícia do encontro do segundo *"El-Dourado"*, por Pascoal Moreira Cabral e seus companheiros ilustres. As novas da *"fertilidade"* das *"MINAS DO CUYABÁ"* alucinam as populações. Terra do ouro onde tão vil é o metal que os descobridores a passarilhar, atiram com grãos amarelos, para poupar chumbo ! As notícias aos mais calmos estarrecem".

Mesma obra e mesmo autor, pág. 30:

"Descoberto o ouro cuyabano, fundado e mantido – verdadeiro prodígio de dispêndio de energia, coragem, tenacidade e espírito de sacrifício – o arraial e a Vila Real do *Senhor Bom Jesus do Cuyabá*, começa realmente a surgir a literatura monçoneira, sob forma das narrativas dessas espantosas viagens em que – Senhor ! Apostrofava um de tais viandantes ao Rei Dom José I, os vassalos da conquista da América, em nada ficam a dever aos da conquista do Oriente".

(Idem, ibidem, pág. 8): Continuam, Tieté abaixo, as navegações instigadas pela fama das *"grandezas do Cuyaba"*.

(Idem, ibidem, pág. 25): "Notícias que dá ao R. P. Diogo Soares o Capitão João Antonio Cabral Camelo sobre a viagem que fez às *MINAS DO CUYABÁ* no ano de 1727".

(Idem, ibidem) "Roteiro Verdadeiro das *MINAS DO CUYABÁ* e de todas as suas marchas" ...

(Mesmo autor e obra, pág. 26): "Divertimento admirável para os historiadores observarem as máquinas do Mundo reconhecidas nos sertões de navegações das *MINAS DO CUYABÁ* e Mato Grosso por Manuel Cardoso de Abreu (1783)".

Do livro "Uma Linhagem Sul-Riograndense", pág. 100):

"Não obstante, Silva Leme engana-se quando aponta João Antunes Maciel, além de Antônio, companheiros ... no descobrimento das *MINAS DO CUYABÁ* em 1718", pois João, tudo leva a crer, chegou *AO CUYABÁ* talvez após os Lemes, em época próxima ou no ano 1720 (28, fl. 30). Ele era Capitão-mor de Sorocaba".

(Idem, ibidem, pág. 101): "A 6 de novembro de 1720, o arraial cheio com a chegada dos Lemes e vários outros, lavra-se novo termo, assinado pelos mesmos Lemes, além de Antonio Antunes Maciel que assim começa:

"Termo que fizeram os primeiros exploradores que se acharam nas *MINAS DO CUYABÁ*. Hoje 6 de novembro de 1720 ... etc. (10, vol. 7, fl. 434)"

(Como se sabe o descobridor foi Pascoal Moreira, mas os Lemes fizeram outro "Termo" como descobridores, pretendendo usurpar os direitos à mercê e posto, conferidos a Pascoal Moreira Cabral. Usamos a citação para provar que sempre foi usada a expressão: *MINAS DO CUYABÁ*).

Na página 15 do mesmo autor: "Explicar, por exemplo, como entre os topônimos bororos de Mato Grosso aparece um "piquery" nitidamente tupi, região que comumente não foi habitada pelas tribos que viviam apenas na costa litorânea."

Pikiri em bororo significa "pequenez" e eles tinham o "Pikiri Rógo" (pequeno morro bonito), à margem do rio Vermelho. Como se sabe os bororos não possuem palavra com acento na última, nem na antepenúltima sílabas, isto é, seus vocábulos são todos paroxítonos ou graves.

Na página 18 do artigo diz: "A meu ver, está definitivamente assentada a filiação étnica dos nossos Bororos, que nada têm de comum com os Tupis, como parecem acreditar os *"ingênuos Salesianos"*.

Eis, infelizmente, uma afirmação muito infeliz; certamente o erudito autor desconhece o magnífico trabalho salesiano, a "ENCICLOPÉDIA BORORO", já no seu quarto volume, cujos autores foram aplaudidos, em pé, por cinco minutos, na Universidade de Milão. E um dos grandes antropólogos mexicanos disse, que duas coisas o impressionaram na sua visita ao Brasil: o Pantanal e a Enciclopédia Bororo. Essa obra monumental teve o seu início aos 05/06/1895, data do primeiro contato dos salesianos com a tribo. Nessa data começaram a recolher dados. A redação final ficou a cargo do Pe. César Albisetti, que chegou ao Brasil em 1914, sendo enviado à Colônia Imaculada Conceição. Viveu 63 anos entre os bororos, conhecia inclusive a sua linguagem por assobio". Faleceu aos 28/12/72 com 89 anos de idade. Colaborado pelo antropólogo Pe. Angelo Jayme Venturelli, membro do nosso Instituto Histórico Mato-grossense, que revestiu a Enciclopédia com um impecável vernáculo e que continua, com rara dedicação e competência, o preparo do 4º volume da monumental obra. Colaboraram na mesma vários salesianos, etnólogos, cientistas, políglotas, arqueólogos, antropólogos durante mais de setenta anos. E o que é mais importante, contou com a colaboração de seis bororos, quatro caciques, um feiticeiro e principalmente "Tiago Aipoboréu" que, além do bororo, falava corretamente o português, e com muita perfeição o italiano e o francês. Esta colaboração dos próprios índios aumenta o valor e a credibilidade da Enciclopédia.

Na página 4 do I vol. desta Enciclopédia, lê-se:

"Todas as formas desta língua foram minuciosamente analisadas, sua estrutura foi submetida ao crivo do mais rigoroso método, foram descobertos todos os seus elementos significativos, foi fixada a sua etimologia, foi devassado o segredo de *uma das línguas mais arcáicas ainda vivas*. A língua bororo forma um grupo lingüístico isolado ao qual empresta o seu nome. Créqui-Monfort e Rivet consideram o bororo como

um dialeto otuké, mas, talvez, pela perfeição de sua estrutura seja mais razoável subordinar-lhe o otuké e outras línguas."

Há dois anos faleceu no Rio Negro o salesiano Pe. *Alcionilio Bruzzi*, considerado como um dos maiores antropólogos contemporâneos, que além de várias obras sobre os índios tucanos, deixou-nos o preciosíssimo vocabulário triglota, escrito em tucano, português e inglês.

Lembro que entre os Patronos da Academia Mato-grossense de Letras, está o salesiano Padre *Arnindo de Oliveira* e o maior expoente de nossa literatura e de nossa Academia de Letras, o único mato-grossense que até agora ocupou a Academia Brasileira de Letras, é o grande salesiano D. *Francisco de Aquino Corrêa*.

Se a heróica nação bororo ainda existe, deve aos salesianos que a pacificaram e defenderam. Nos cemitérios das nossas missões des-cansam, os salesianos e as não menos heróicas irmãs salesianas, ao lado dos índios, aos quais dedicaram a sua existência e sacrificaram suas comodidades e suas vidas.

Na página 23 do artigo: "Está provado, em várias obras, que os bandeirantes falavam o guarani e disseminaram esta língua pelo Sul e pelo Centro-Oeste".

Realmente, mas quando os bandeirantes chegaram a Mato Grosso Norte, os nomes das regiões já existiam e nada tinha nem com o guarani e muito menos com o tupi. E não era porque eles falavam o tupi e guarani, que os nomes já existentes, iriam sofrer qualquer influência, ou alteração.

Página 10: "Por isso dificilmente será superada a presente hipótese quanto à origem do nome *Cuiabá*, que nunca poderia ter vindo do rio *Cuiabá*".

Pergunto: se o nome cuiabá não veio do rio Cuiabá, de onde então ele saiu? Além disso, contraria os historiadores e a própria História.

No documento oficial assinado por Gervásio Leite Rebelo de 1º de fevereiro de 1727 (cf. Taunay, pág. 44).

"Está este Arrayal do Senhor Bom Jesus, que assim se chama a Povoação principal destas minas, distante meya legoa, pouco

menos, do *Porto Geral do Rio Cuyabá*". Nesse dia 1º de janeiro de 1727 é que a Vila Real recebeu o nome, que por tradição usava, do "*Senhor Bom Jesus do Cuyabá*".

Portanto foi o rio que deu o nome à cidade e não o contrário. Assim afirmam os maiores historiadores:

Aires de Casal, *Corografia Brasília*, T. I. (pág. 295): "*Cuyabá*". - *Esta província, à qual deu o nome o rio, que a atravessa de Norte a Sul ...*

Na página 299 do mesmo: "*Villa-Real de Cuyabá, Capital da Comarca ... está situada junto a'hum ribeiro, obra d'huma milha arredada da margem oriental do rio, que lhe dá o nome*" ...

Luis d'Alincourt, também português em "*Memórias sobre viagem do porto de Santos à cidade de Cuiabá*", falando sobre o rio Cuiabá diz: "*desde a sua barra no S. Lourenço até o Porto Geral da cidade a que deu o nome*" ...

Apud Rubens de Mendonça: *História da Literatura Mato-Grossense*, pág. 21.

Francis de la Porte, conde de Castelnou ou Francisco de Castelnou, na sua viagem que fez à América do Sul, inclusive o Brasil entre 1843 e 1847, visitando Cuiabá, cuja descrição faz em sua obra "*Expedição às Regiões Centrais da América do Sul*" traduzida por Oliveira Pinto, editada em 1949 diz: "*A cidade está construída no vale do rio que lhe deu o nome.*

Apud Rubens de Mendonça: *História da Literatura Mato-Grossense*, pág. 27.

Interessante é notar que os autores nacionais não fizeram questão de dizer, que o rio deu o nome à cidade, por ser tão claro, que julgaram desnecessário.

Já não se deu o mesmo com Aires Casal que dedicou a obra a "*Sua Magestade Fidelíssima*" e que portanto, desconhecia o assunto e lugares.

Luís d'Alincourt, também português, escreveu aos seus patrícios.

Francis Castelnou escreveu em francês para os franceses. Estes os motivos da explicação necessária aos estrangeiros.

Como declaramos estas nossas explicações não têm intuito nem de crítica e muito menos de polêmica, são somente com a finalidade de orientar o leitor.

O rio Coxipó

O Coxipó, mesmo após mais de 200 anos é um rio maravilhoso e ninguém, podendo habitar às suas margens, irá escolher outro lugar, mesmo às margens do Cuiabá, cujas águas, principalmente naqueles tempos, estariam longe de competir com as cristalinas águas do Coxipó, cujo leito, coberto de areia e cascalho, como ainda vemos nos dias de hoje, são uma tentação a quem o visita.

Já lembramos que o lugar era conhecido e disputadíssimo pelos diversos clãs da mesma tribo, havendo até combate e matanças, para disputar a posse do mesmo. Isto é de grande importância para reforçar a nossa tese.

O rio é um dos mais lindos que se possa imaginar, desde o seu nascente até a foz, é enriquecido por maravilhosas cachoeiras, como o "Véu de Noiva", com mais de 80 metros de altura, além de várias outras, cada qual mais maravilhosa. Em várias voltas apresenta-se como um verdadeiro reino encantado, como na antiga "fábrica de pólvora", no "Coxipó do Ouro" e outros belíssimos lugares, que é preciso ver para acreditar.

Era riquíssimo em peixes de escama, pois o peixe liso, que é mais moroso, prefere as águas turvas.

Em 1935, num passeio dos internos do Colégio São Gonçalo, na chácara dos salesianos, atual Patronato Santo Antônio, com uma bomba, matamos 150 corimbatás, e não era cardume pois juntamente havia muitas piraputangas, um dourado e vários outros peixes de escama. Naquele tempo era muito maior o seu volume de água e não deixava de apresentar perigo, por causa da variação da profundidade do leito, criando

do dia para a noite, após uma chuva, poços muito traiçoeiros. Quantas crianças e adultos perderam a vida no meio daquelas águas cristalinas. Os salesianos perderam um clérigo e um sacerdote afogados nas suas águas. Quando represado torna-se muito perigoso, pois além de subir muitos metros conforme o nível do Cuiabá, torna-se tão barrento que não se en-
xerga a 20 centímetros de profundidade.

Pergunto: como é que os bororos, que deram o nome a todos os rios da sua região, como já vimos, não iriam dar o nome ao rio em cujas margens possuíam 8 (oito) aldeias (bororo) ?

Como é que o nome de todos os rios da região eram bororos e só o Cuiabá é que é "tupi-guarani" ?

Como já vimos, a Prainha era o córrego das estrelas, "Ikuiébo", o morro do Rosário, era o morro das estrelas, "Ikuiéri" o Coxipó, o encantador Coxipó, "Kujibo Ekurêu", o morro de Santo Antônio, morro do gavião, "Toroári". À barra do Coxipó, onde tinham uma das maiores aldeias, disputadíssima, eles não iriam dar-lhe um nome ?

E como vimos pela Enciclopédia, a língua bororo nada tem de comum nem com o guarani e muito menos com o tupi.

De onde então veio o nome "cuiabá" ?

Voltemos à Enciclopédia Bororo (vol. I, pág. 610).

"IKUIAPÁ", ikúia, flecha-arpão – pá, lugar. Designação:

- 1 – de uma localidade onde se pesca com a flecha-arpão.
- 2 – uma localidade onde antigamente os bororo costumavam pescar com a flecha-arpão correspondente à foz do IKUIÉBO, córrego da Prainha, afl. da esq. do rio Cuiabá, na cidade homônima./Julgamos que o nome da Capital de Mato Grosso, Cuiabá, justamente edificada nas duas margens do cór. da Prainha, não seja outra coisa que a corrupção e a sonorização de IKUIAPÁ".

Concordamos perfeitamente com os eruditos autores da Enciclopédia, somente discordamos do lugar, pelos seguintes motivos:

O primeiro documento, assinado pelo secretário de Rodrigo Cesar de Menezes, Governador de São Paulo, com data de 1º de fevereiro de 1727, Gervásio Leite Rebelo diz: "Corre toda a povoação do Sul para o Norte em planície que faz queda para um riacho *que seca no verão*".

Se a Prainha em 1727 já secava durante o verão, não seria a sua foz com o Cuiabá, o lugar propício, para a pesca com a flecha-arpão.

Quando estive pela primeira vez em Cuiabá, em 1935, ainda havia alguns poços perto da foz, onde os garotos tomavam banho, mas a foz, que era larga, estava sempre coberta de areia, o que a tornava muito rasa, impedindo qualquer espécie de pescaria.

Como vimos, a aldeia dos bororos, muito numerosa, disputadíssima por eles, conservada pela tribo como saudosa lembrança, atacada e incendiada por Antônio Pires de Campos em 1716, estava situada na foz do Coxipó.

O que é a flecha-arpão ? (Enciclopédia, vol. I, pág. 945).

"Seu corpo é feito de TUGORIWO, cana de vassoura. Na extremidade oposta à das asas há uma ponta de madeira dura, com farpa de osso, enxertada na taquarinha, mas não presa à ela, de tal modo que pode livremente sair. Da ponta da madeira parte um fino cordel que, se enrola no corpo da flecha. Ao ser atirada e ao atingir um peixe, a ponta com a farpa finca-se na presa, que, fugindo a arrasta consigo, enquanto o caniço fica à tona amarrado no cordel que, desenrolando-se, acompanha a ponta. O pescador atirando-se à água, pode agarrar a parte da flecha que está boiando, com hábeis manobras, apoderar-se do peixe".

Por esta descrição, somente em lugar profundo é que é possível a pesca com a flecha-arpão. Ora, num córrego raso e que secava durante o verão, essa manobra é impossível. Já na foz do Coxipó, até hoje o lugar é bastante profundo.

Veja-se que a descrição está de perfeito acordo com a declaração do professor Francisco da Silveira Bueno, da Universidade de São Paulo que, a respeito dos topônimos dos nossos índios, diz: "São eles sempre descritivos, pois os indígenas eram de fina observação, incluindo no nome do lugar as características desse lugar".

Concluindo o nome é bororo pois os bororos é que dominavam a região, como acabamos de ver. A língua bororo nada tem nem de tupi nem de guarani. Se o Governador de São Paulo levou 123 (cento e vinte e três) dias de São Paulo até Cuiabá e foi considerada a viagem mais rápida, como teriam chegado os guaranis e muito menos os tupis até Cuiabá, que não tinha nada para atraí-los antes dos bandeirantes ?

Esta é a nossa opinião, que, como qualquer outra, não tem caráter de infalibilidade.



MINHA AVÓ CODÓ

por Maria de Lourdes da Silva Ramos

“És a lua de ontem
minha avó.

Ausente à vista, certa na memória;
tranquila na lembrança
como o pão e a roupa
os livros que me deste”.

Péricles E. da Silva Ramos

Ao mudarmos para São Paulo, ao separarmos de vovó, mamãe sofrera muito: das filhas talvez a mais próxima, unidas por várias afinidades. Conheci também, como sua primeira neta – alvo de muito de seu amor –, tristeza enorme ao deixá-la.

Tanto significou vovó para mim, que neste momento, que desejo dela contar, o pensamento se embaralha, as emoções se confundem e eu me perco receando que à memória aflorem recordações pueris, não exprimindo realmente o que gostaria dela contar. Não sabendo se de sua espiritualidade, de sua força, ou apenas de seu carinho de amiga, mãe, avó. Avó que soube transmitir ensinamentos que me valeram para sempre. Avó amiga, que comigo conversava, sentadas na rede, como se eu fosse adulta, ou da avó que presenteava a criança com encantados brinquedos, não só adquiridos em Cuiabá, como os que trouxera do Rio de Janeiro. Entre eles um serviço de jantar de louça com terrina e tampa, pratos e travessas, onde a maior delas era do tamanho da menor que te-

mos em nossos serviços de gente grande ... além de coleção de pequenos pratos com fingidas comidinhas; o ovo frito, o frango assado inteiro ... a folhinha de alface. Brinquedos alemães.

Devo contar também da avó que me ensinara a ser cristã.

Anteriormente, em "Menina de Cuiabá", livro de reminiscências, escrevi: "O casarão de Nhonhô e Codó, quartel da amizade, do amor, portas abertas ao peregrino, ao velho, ao pobre, ao rico, ao feliz – ou ainda àqueles mais machucados pela vida (...). A casa de meus avós, a casa de minha mãe, a casa de meus velhos cajueiros, a casa em que nasci."

Procurei nesse parágrafo retratar um pouco do que ... assisti ao lado de minha avó: a prática da verdadeira caridade, do amor ao próximo, virtudes que a ela se integraram. Procurei traduzir algo do que se passava em sua casa. Contar sobre ela, criatura que também a vida tanto machucara ... Cega aos quarenta e poucos anos, mãe de 13 filhos, com a última ainda pequenina.

Malograda a operação de catarata feita por grande especialista do Rio de Janeiro, retirada a venda de proteção à cirurgia, ela nada mais enxergou, sequer tênue sombra.

Diante de tamanho infortúnio, resignada, não blasfemou, nem se enfraqueceu. Continuou no afã com a numerosa família, conduzindo-a, a muitos outros ajudando, esteio de tantos com os olhos perfeitos ...

Fé inquebrantável, orava grande parte do dia, sentada em sua rede branca ou junto à grande e antiga cômoda. E os olhos da alma a faziam enxergar mais longe ...

Sobre ela aludiu certa vez, repetindo palavras paternas, um seu sobrinho, fisicamente distante, porém próximo na amizade perene da família por ela preservada. Escreve o primo Aloísio Novis em seu discurso de posse como membro da Academia Nacional de Medicina do Rio de Janeiro, lembrando seu pai, o nosso tio Lula: "Recolho o exemplo de elevação moral na palavra de consolo que, certa vez, fez chegar a uma irmã, quando de Mato Grosso, lhe anunciou a perda total da visão". Relembra, em resposta, a imitação de Cristo e a grande verdade que ali está: "Quem me segue não anda em trevas", e acrescenta: "impregnada de Deus, a al-

ma nunca se satura de penas e nela há sempre uma fresta para a Grande Luz, mesmo quando se haja cerrado os olhos do corpo para a claridade solar." Conclui Aloísio: No sentimento de Aristides Novis (*seu pai*) o encontro da linha vertical de uma consciência com a linha horizontal da caridade desenhando a cruz da redenção".

Afianço-lhes que, proféticas, essas palavras revelam-lhe a vida, sempre norteada pela cruz redentora ...

Seu nome raro, Cordolina, lhe proporcionou o apelido de Codó, não havendo em toda a cidade quem não a conhecesse ou ao menos lhe ouvisse o nome.

Letrada o bastante para sua época, viva, interessada sobre vários assuntos, apreciava a leitura, e uma vez impossibilitada de fazê-lo, teve, nos olhos de sua filha Mariazinha, os seus próprios, tal a dedicação que a amorosíssima filha lhe dispensou por toda a vida. Dona desse recurso precioso de amor filial, punha-se a par das notícias do "Estado de Mato Grosso", jornal diário, "A Cruz" e outras leituras, incluindo a interessante revista local "A Violeta", muito apreciada por ela, "Órgam do Grêmio Literário Júlia Lopes", como nos revela o número 261, que tenho em mãos, datada de 29 de fevereiro de 1940.

De pequeno tamanho, traz a revista em sua capa de cor clara, ornamentos em volutas barrocas de tons azulados, onde brotam folhinhas recortadas e flores miúdas, violetas?... Dirigida por mulheres, como Maria Dimpina e Benilde B. de Moura, admiráveis cuiabanas, suas vinte e uma páginas contam com ótimas colaborações femininas do quilate de D. Maria Ponce de Arruda Müller. Poetas locais, como Adalgisa, Mascote e Albanísia, suas páginas ilustram, ao lado de Júlio Dantas, em "A Máscara", e Bilac, em "Último Carnaval":

"Incola de Subuna ou de Sibarís,
Nascestes em Saturnal: viveste estulto
Na folia das feiras, no tumulto
Dos caravancarás e dos bazares (...)"

Encontramos ainda várias crônicas, inclusive sobre o "Re-censeamento", trabalho de Maria Dimpina. Em sua última página, anún-

cios de farmácias: "Drogaria e Farmácia Catedral", de José Lopes Grise, e "Calcehina: Um remédio que cura. Um alimento que fortifica."

Essa revista, mais do que a "mordida na tartine", de Proust, em suas páginas desbotadas, devolveu-me bom retalho do passado ao lhe pôr os olhos.

A maioria das pessoas citadas em suas notas sociais (casamentos, batizados, óbitos, nascimentos) desfilaram diante de mim: serenos uns, radiantes, vivos, eloqüentes outros. Calados. Mortos. Risonhos outros tantos. Alguns me apertando as mãos resgatando amizades. Outros ainda a me relembrar findos amores ... Quase todos disseram algo, num festival inenarrável de saudades ...

Elza Duarte surgiu à minha frente arrastando pela passadeira vermelha da antiga catedral, (tão desastrosamente demolida), seu alvo traje de núpcias. Nos lábios o sorriso mais cândido que conheci. À página 19 a notícia: "Enlace Monteiro – Nigro: No dia 24, uniram-se pelos indissolúveis laços do matrimônio, a nossa distinta amiga Elza Duarte Monteiro, um dos mais brilhantes elementos da alta sociedade cuiabana, e o Sr. Orlando Nigro, engenheiro sanitaria do Departamento de Saúde Pública do Estado. Ao venturoso par 'A Violeta' apresenta os mais ardentes votos de ilimitada prosperidade numa vida envolta completamente nas mais perfumosas flores de felicidades."

Várias notas sobre viajantes e estudantes terminando férias, pois corria fevereiro, e não contando Cuiabá com uma universidade, os jovens se deslocavam em estudos para o Rio, São Paulo, Minas ou Bahia.

Dentre as notas sociais, destaca-se a que se refere ao emérito conterrâneo Luis-Philippe Pereira Leite: "Cuiabá teve a grata satisfação de abraçar por alguns dias, um de seus diletos e ilustres filhos, o apreciado Luis-Philippe Pereira Leite, acadêmico de Direito no Estado do Rio, o qual em gozo de férias visitou sua estimada família e amada terra. Inteligência fecunda, no ambiente literário (...)"

Aqui devo, como cuiabana que honra os valores de sua gente, reverenciar a figura do eminente conterrâneo.

A "Violeta" ao registrar a passagem pela terra natal, no ano de 40, do então jovem estudante, afirma-o como de "inteligência fecunda",

o que vem comprovando-se ao longo de quase meio século que nos separa daquela data. Tal qualidade se apresenta de forma incontestável, traduzida ora em suas brilhantes páginas literárias: "Capitães Generaes de Matto Grosso", "Coração Peregrino", "Forquilha", "Instantes Vivos", "A Exaltação da Humildade", e tantas outras, entre as quais uma publicação, de 1985 "Três Sorocabanos no Arraial" -, tive a honra, a ventura mesmo, de recebê-la em minha casa, enviada que me foi por seu erudito autor. Firma-se também como jornalista, jurista e participa das atividades culturais, literárias e históricas do Estado de Mato Grosso, culminando com a entrada no Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, a 22 de abril de 86. Numerosas suas premiações: "Ordem de São Gregório Magno"; a medalha pró "Eclesia et Pontifice", único mato-grossense a possuí-la; medalha "Pascoal Moreira Cabral"; "Botão de Ouro" por serviços à Legião Brasileira de Assistência.

Sobre ele escreve Lenine Póvoas, já por mim citado, outro digno expoente das Letras de Mato Grosso: "A desdita de haver perdido a vista pouco afetou a sua produção intelectual".

Sim, Luis-Philippe, também como minha saudosa avó Codó, ainda jovem teve os olhos cerrados para a "claridade solar", sem entretanto perder a visão maior, a visão de si mesmo, a visão do mundo.

Ouvi dele há poucos anos em Cuiabá, ao visitá-lo, que muito lhe valera sua imagem forte, seu otimismo, enfim, boa parcela de esperança lhe emprestara ela, no momento amargo em que a penumbra passara a envolvê-lo.

Essa figura valorosa de mulher, mãe e avó, muita falta nos fez quando deixamos Cuiabá. Como não sofrer sua ausência ?

De seus numerosos netos, fui a única que seus olhos ainda viram.

Sua sociabilidade ao lado de grande ternura permitiram remetesse por ocasião de meu primeiro aniversário de casamento a mensagem: "Felicitações, abraços jovem casal, primeiro aniversário suas bodas. Beijos, abraços. Vovó Codó."

A morte a levou aos 73 anos, dias após ao nascimento de meu primeiro filho, em 1949. Nessa ocasião recebi seu último carinho, ex-

presso num telegrama: "Imensa alegria nascimento primeiro bisneto. Bênçãos, felicitações, abraços extensivos seus pais e marido. Vovó Codó."

A seu enterro compareceu toda a cidade: grandes, pequenos e todos aqueles seus amigos de pés no chão ...

Na evocação deste momento, buscando em meio às saudades caminho para a velha casa, para seu antigo quarto, surpreendo-a na tarde vagarosa e morna, em sua rede de varandas rendadas, ensinando poesia à neta, então com sete anos. Chego a ouvi-las dizer juntas o soneto "Rosa", de Bilac, plantada por ela em meu coração: "Rosa colhia sozinha/lindas rosas no jardim (...)"

Adolescente, ao passar férias em Cuiabá, eu a deleitaria retribuindo um pouco de tudo quanto me oferecera, lendo para ela. E desta vez a enterneci com a interpretação que dei às apaixonantes e ternas palavras do cardeal português, do expressivo Júlio Dantas, em sua "Ceia dos Cardeais", página por ela muito apreciada:

"Ai, como é diferente o amor em Portugal

(...) – Oh, se amei ... se amei

Amei demais !"

Novembro de 1987



ARSENAL DE GUERRA DE CUIABÁ

por Miguel Biancardini Neto

Os Estados Membros, no uso da Competência Concorrente que lhe outorga o § 1º do artigo 13, da Constituição Federal, podem legislar sobre Tombamento de bens móveis e imóveis, existente no Estado e de real valor histórico.

Através a Portaria 63/83, de 15 de novembro de 1983, a Fundação Cultural de Mato Grosso, com base nos artigos 4º e 5º, da Lei Estadual 3.774, de 20/09/76, determinou a inscrição no Livro de Tombo Histórico, do Estado, do imóvel da União, denominado originalmente de

"REAL TREM DE GUERRA", hoje, jurisdicionado ao Ministério do Exército e ocupado pelo Comando da 13ª Brigada de Infantaria Motorizada.

Pelo ofício 081/SP do Excelentíssimo Senhor Comandante Militar do Oeste, é solicitado à DSPU/MT, "providências no sentido de que seja anulado o Ato de Tombamento do imóvel em questão, uma vez que a sua situação patrimonial em nome da União Federal e jurisdição do Ministério do Exército, está totalmente regularizada."

As fls. 14/15, ofício do Diretor de Patrimônio do Ministério do Exército ao Senhor Comandante da 9ª Região Militar, solicita entendimentos junto à Fundação Cultural de Mato Grosso no sentido de ficar esclarecida a legalidade do tombamento do imóvel bem como as implicações que possam existir na permuta que ora tramita no Alto Escalão do Exército.

Esse, em síntese, é o conteúdo deste processo, trazido a nosso parecer pelo despacho do Senhor Delegado do SPU/MT que acatou, assim, sugestão da chefia da SCC, daquele serviço.

Antes de qualquer análise quanto à legalidade, ou não, do tombamento levado a efeito pela Portaria 63/83 da Fundação Cultural de Mato Grosso, cumpre-nos algumas considerações quanto ao valor histórico, para nós, mato-grossenses, do imóvel em questão. E, não conseguimos, neste processo, divorciar o parecerista, obrigado, em razão do próprio ofício, a defender os interesses da Fazenda Nacional, do cuiabano apaixonado por sua terra, sua cultura e sua história.

Temos assistido, com profunda melancolia, a destruição de monumentos arquitetônicos do nosso passado histórico, em nome do progresso, como se este fosse incompatível com aquele. Assim foi com a antiga Catedral, com o Palácio Alencastro e com a Delegacia Fiscal, destruídos para cederem espaço – como se a cidade estivesse espremida entre duas encostas – a edifícios sem nenhuma arte e sem nenhum significado maior.

Da mesma forma, vimos acabarem com o Campo D'Orique para a construção da Assembléia Legislativa, sem nenhuma perspectiva de futuro pois menos de uma década depois, já construíram um anexo e, com certeza haverá necessidade da construção de outros.

O centro da cidade está quase que, totalmente desvirtuado. Onde existiam magníficos casarões, hoje serve de estacionamento, verdadeiras agressões à nossa sensibilidade histórica e cultural. Ainda há pouco tempo – e o fato foi notícia em cadeia nacional de televisão – fomos surpreendidos pela adulteração primitiva da Igreja do antigo seminário, mais uma afronta à nossa tradição secular. E, "um povo sem alma nacional, é um povo sem raízes culturais e históricas de onde extrair sua inspiração para a construção de um futuro promissor. Uma nação sem alma não é em suma senão uma nação que não sabe nem de onde vem, nem para onde vai", conforme afirmou na UNESCO, em 1974, Kenneth Best, citado pelo professor recifense Ricardo da Costa Pinto em memorável artigo sob o título de "Patrimônio Cultural e Turístico", publicado no Boletim nº 30, maio/junho de 1984, do SPHAN.

O imóvel da União, que o Estado de Mato Grosso tombou, é um marco importante da nossa memória, histórica e cultural. Mandado construir em 1818, por Carta Régia de D. João VI para nele se instalar um estabelecimento militar para conserto e fabrico de armas, foi, realmente construído à custa de donativos particulares. Posteriormente, em 1832, foi transformado em Arsenal sendo seu primeiro diretor o Brigadeiro Jerônimo Joaquim Nunes, conforme nos elucida o historiador cuiabano Estevão de Mendonça no livro "Datas Mato-Grossenses", 1º vol. da 1ª edição de 1919.

Rubens de Mendonça, que como historiador seguiu às pegadas do pai, em sua obra "Roteiro Histórico e Sentimental da Vila Real do Bom Jesus de Cuiabá", assim registra a importância histórica do imóvel:

"Situado no Largo do Arsenal, hoje Praça Benjamin Constant, foi criado com o nome de Real Trem de Guerra, por Carta Régia de D. João VI em 1818, durante o governo do 9º e último Capitão General Francisco de Paula Magessi Tavares de Carvalho.

O Real Trem de Guerra, seria um estabelecimento militar para conserto e fabrico de armas. A sua construção começou em 22 de abril de 1819, vindo somente a concluir-se em 1832, quando foi inaugurado.

Pela Lei de 15 de novembro de 1831, determinou-se a criação do Arsenal de Guerra da Província de Mato Grosso. Foi seu primeiro Diretor o Brigadeiro Jerôni-

mo Joaquim Nunes, nomeado por Decreto de 21 de fevereiro de 1832.

O edifício do Real Trem de Guerra, foi ampliado e adaptado ao funcionamento do Arsenal de Guerra e os varandões dos flancos foram construídos em 1848.

Em 1842, foi criada a Companhia de Aprendizes Artífices e em 1847, a Mestrança, composta de operários vindos do Rio de Janeiro.

Em 1872, o estabelecimento já possuía oficinas de construções e reparos, fornos de fundição, com carpinteiros, funileiros, ferreiros etc.

Através do Decreto do Governo Federal, nº 3.195, de 31 de janeiro de 1899, foram extintas as Companhias de Operários Militares e Aprendizes Artífices do Arsenal.

Em 1920, foi ali instalado o 16º Batalhão de Caçadores permanecendo até 1942 quando se mudou para sede própria, sendo daí em diante o Arsenal ocupado pelo 5º Batalhão de Engenharia e Construção, hoje 9º BEC, com oficinas de suprimentos de peças e Armazém Reembolsável.

Conserva ainda muito das características da época da construção; na entrada notam-se detalhes do piso feito com projétil de canhões."

Fica dessa forma, permissa venia, demonstrada a vinculação a fatos memoráveis da história de Mato Grosso do imóvel em questão, circunstância que, por si só, justificaria o tombamento até mesmo pelo Patrimônio Histórico Nacional.

Resta-nos, agora, a análise da legalidade do Tombamento, cujos efeitos impõem restrições, limitações, ao direito de propriedade. E, a questão maior é exatamente essa: pode o Estado, limitar direitos da União ?

A Lei 3.774, de 20/09/76, do Estado de Mato Grosso tem a seguinte Ementa:

"Organiza a proteção do patrimônio histórico e artístico estadual."

é, nada mais é do que cópia, quase que literal, do Decreto-lei nº 25, de 30/11/37, do Governo Federal.

Com relação à possibilidade de tombamento de imóveis, ou outros bens, da União, a lei estadual é, quase que omissa. A Portaria de Tombamento, invocou os poderes do art. 5º, que, data venia, não se lhe aplica vez que esse dispositivo legal é expresso em disciplinar o tombamento de bens pertencentes ao Estado e aos Municípios, não falando em bens da União.

Por sua vez, o artigo 6º disciplina o tombamento de coisa pertencente a pessoa natural ou a pessoa jurídica de direito privado, o que, evidentemente, não inclui a União.

A palavra União está expressa na mencionada lei estadual, uma única vez, no artigo 11, *in verbis*:

"As coisas tombadas que pertençam ao Estado, à *União* (grifamos) ou aos Municípios, inalienáveis por natureza, só poderão ser transferidas de uma para a outra das referidas entidades."

Também esse dispositivo não se aplica, *in casu*, vez que o imóvel tombado não é inalienável por natureza.

A seu turno, o artigo 2º, diz o seguinte:

"A presente lei se aplica às coisas pertencentes às pessoas naturais, bem como às pessoas jurídicas de direito privado e de *direito público interno*." (grifamos)

Por sinal, esse dispositivo é transcrição fiel do artigo de mesmo número, do Decreto-lei federal já declinado, e aí está implicitamente a autorização legal para tombamento de bem da União que é, pessoa jurídica de direito público interno.

A Portaria 63/83, da Fundação Cultural de Mato Grosso, havendo invocado preceito legal que não se aplica ao caso, é Portaria eivada de nulidade, de erro grosseiro até. Mas, trata-se de nulidade sanável pois bastaria que outra Portaria fosse editada para que ela desaparecesse.

Mas, a questão maior, persiste, ou seja, pode a lei estadual limitar direitos da União? Data venia de entendimentos em contrário, acho que no caso em exame, não só pode como já deveria tê-lo feito há mais tempo, pois se a União, através do Patrimônio Histórico Nacional, não reconheceu o valor do imóvel para a Memória Nacional, cabia ao Estado fazê-lo, reconhecendo o seu valor para a história de nosso Estado.

E, este não é o único imóvel da União, jurisdicionado ao Ministério do Exército que sofre limitações quanto à sua preservação histórica. Em Goiânia, o imóvel denominado "Quartel do Vinte" foi tombado e hoje é utilizado apenas 40% de sua área, pela instituição militar, sendo que os 60% restante teve seu uso definido pela Comunidade através do Conselho Municipal de Cultura. Da mesma forma, o "Forte São José", no Território Federal do Amapá, foi objeto de limitações pelo tombamento que sofreu.

A diferença, e, com certeza irão invocar isso, é que aqueles imóveis militares foram tombados pela própria União, e não pelo Estado Membro, que, à primeira análise, não pode através de lei local, limitar direito da União. No caso em exame, repetimos, o Estado podia e pode, no exercício de competência concorrente, artigo 180, § único, da Constituição Federal, preservar seus monumentos históricos, mesmo que estes pertençam à União, como bens públicos de uso especial. Por outro lado, é dever constitucional do Estado a proteção especial dos documentos, obras e locais de valor histórico, conforme determina o § único do artigo 180 da Constituição Federal.

Por seu turno, a Constituição Federal determina que "aos Estados são conferidos todos os poderes que, explícita ou implicitamente não lhes sejam vedados pela própria Constituição (artigo 13, § 1º), por sua vez ao elencar a competência privativa da União, o art. 8º não inclui, nas diversas alíneas, do inciso XVII, a matéria sub exame.

Por sua vez, o art. 13 da Constituição permite, e até mesmo preconiza que a União, os Estados e os Municípios celebrem convênios para execução de suas leis, convênios esses que objetivassem descentralizar a administração, notadamente naqueles programas de interesse mais local do que nacional. O Decreto-lei 200 deu enfoque especial a essa descentralização, infelizmente não levada a efeito.

Por outro lado, o tombamento não impedirá a permuta que se pretende fazer do imóvel, com outro da FUNABEM, bastando que essa transferência de domínio seja comunicada à Fundação Cultural de Mato Grosso. Além disso, o imóvel poderá contar com verbas estaduais para sua recuperação e conservação, nos termos do artigo 19 da Lei Estadual.

Diante desses argumentos, históricos, de fato e de direito, entendemos, permissa venia, que o Estado de Mato Grosso pode, com fundamento em Lei Estadual, tomar quaisquer bens, móveis ou imóveis, mesmo os pertencentes à União, desde que esses bens sejam considerados de interesse público, quer por sua vinculação a fatos memoráveis da história de Mato Grosso ou do Brasil, quer por seu excepcional valor arqueológico ou etnográfico, bibliográfico ou artístico.

Todavia, este parecer poderá ser rotulado de sentimental, saudosista etc. e que ao elaborá-lo apegamo-nos mais ao aspecto histórico do que ao jurídico. E, para que a matéria seja reanalisada, submetemo-la ao crivo, sempre erudito e sábio, da douta Procuradoria Geral da Fazenda Nacional, através o Gabinete de Sua Excelência o ilustre e ilustrado 2º Procurador Geral Adjunto.

Remeta-se, com as cautelas de praxe e com as nossas homenagens.

Procuradoria Regional da Fazenda Nacional no Estado de Mato Grosso, em Cuiabá, 20 de junho de 1988.

Este parecer foi aprovado por despacho de 29/06/88, do Excelentíssimo Senhor Procurador-Geral da Fazenda Nacional, Dr. Cid Heráclito de Queiroz (DOU 04/07/88, pág. 12.262).

• • •

UM CUIABANO A SE DESTACAR NO EMFA

por Ernesto Borges

Do Instituto dos Advogados Brasileiros

No mais alto escalão do Governo Federal, ressei, em destaque, pela relevância de suas atribuições constitucionais, o Estado Maior

das Forças Armadas – EMFA, subordinado diretamente ao Presidente da República, principalmente na parte que diz respeito à segurança e normal funcionamento das instituições nacionais dos Três Poderes do Estado e da segurança e soberania do Brasil.

Daí por que o EMFA mantém em alto nível a sua Consultoria Jurídica, procedendo à minuciosa e demorada investigação e exame, para correto provimento do cargo do seu titular por um jurista de notório saber, credenciando o escolhido pelo critério de merecida e justificada confiança.

Diante desse rigorismo na escolha adotado pelo EMFA, Mato Grosso se sente muito honrado, desde quando, em abril de 1982, foi convidado e credenciado Consultor Jurídico do Estado Maior das Forças Armadas o culto e talentoso cuiabano – Dr. Corsíndio Monteiro da Silva, e assim mantido, ininterruptamente, por mais de seis anos, confirmado nesse alto cargo por deliberação espontânea de cada um dos Oficiais-Generais das três armas, que, em razão do rodízio, assumia, com o título de Ministro de Estado, a Chefia do Estado Maior das Forças Armadas do País.

Titular das honras de alta patente, o conceituado Consultor Jurídico do EMFA, Dr. Corsíndio Monteiro da Silva, tem-se conduzido com inexcusável competência, dedicação e zelo, de tal modo que se fez merecedor de elogio público de três Ministros Chefes do EMFA, entre os quais se destaca o do General de Exército Alacyr Frederico Werner, nos seguintes termos:

“Durante algum tempo, ficamos, no EMFA, com a nossa Consultoria Jurídica vaga, enquanto estudávamos o preenchimento do importante cargo por pessoa realmente credenciada. A demora na solução mostrou-se acertada, pois encontramos, no Dr. Corsíndio Monteiro da Silva, o homem superiormente adequado.

Possuidor de notório saber jurídico, de vasta cultura humanística e de aguda inteligência, vem ele proporcionando ao EMFA tranquilidade de decisões corretas e justas, que são amparadas nos seus estudos e pareceres, sempre bem fundamentados.

Sua experiência e segurança no trato de assuntos relacionados com a sua área tem-se constituído em

ponto alto na elaboração de anteprojetos de leis e regulamentos de interesse do órgão.

Homem culto, com larga vivência nos afazeres jurídicos, sempre que chamado a opinar o fez com muita firmeza e conhecimento de causa. Tem ele, ademais, a seu favor o respeito e a consideração de seus pares em outros órgãos da Administração Pública”.

Dignatário de importantes e valiosas Condecorações, que lhe têm sido concedidas em reconhecimento de seu alto mérito e relevantes serviços prestados ao Brasil, o Dr. Corsíndio Monteiro da Silva constitui um patrimônio que honra e enriquece a nossa Cultura.

Ainda agora, acaba de sair a lume, em primorosa plaquete, sob o sugestivo título – *A Morte do Conscrito* –, com total aprovação do Ministro-Chefe do EMFA, substancioso Parecer de sua autoria, que se impõe como trabalho de verdadeiro Mestre do Direito. Parte de um fato não previsto expressamente em lei: um convocado para o Serviço Militar, que optou pela Aeronáutica, veio a falecer, antes de ser oficialmente incorporado às Forças Armadas, quando participava de uma Sessão de Educação Física, na Universidade de Força Aérea, no Rio de Janeiro. E a mãe do Conscrito requereu sua promoção *post mortem* e que lhe fosse concedida uma pensão.

Depois de analisar esse fato à luz do Estatuto dos Militares e de outras leis complementares, o douto Consultor passou a fazer o estudo e avaliação desse fato, em confronto com as normas congêneres do Direito que compõem a vigente Ordem Jurídica. E, nessa avaliação jurídica do fato originário, verifica a sua compatibilidade com a Ordem Jurídica vigente, a merecer a tutela do Direito, segundo a parêmia do Direito Romano: *Ubi eadem ratio ibi eadem legis dispositio esse debet* – Onde há a mesma razão, deve-se aplicar a mesma disposição legal, elaborando, então, a nova norma de Direito, para o fato novo que a lei não previu expressamente.

O saudoso Mestre, Professor Vicente Ráo, em sua magnífica obra *A Vida do Direito*, já abordava a evolução do Direito, que não é uma abstração da inteligência, pois o Direito nasce, vive e morre, sob o impulso da realidade dos fatos que antecedem o próprio Direito. Dir-se-ia tratar-se da aplicação da teoria tridimensional do Direito, preconizada pelo acatado

Mestre, Professor Miguel Reale: a análise e avaliação do fato, em confronto com as normas vigentes da Ordem Jurídica e a elaboração da nova norma do Direito, para o fato novo, advindo da realidade propulsora da evolução do Direito.

Por mais essa notável contribuição prestada à cultura do Direito, o Mestre Corsíndio Monteiro da Silva merece nossos louvores e aplausos. Nesse seu trabalho magistral, mostra-nos ele ao vivo que o fato gera o Direito, e, se o fato não está previsto expressamente na lei, que não é a fonte única do Direito, ninguém se excusa de decidir diante da omissão da lei, devendo recorrer aos princípios gerais do Direito e à analogia, nos exatos termos preconizados no artigo 4º da Lei de Introdução ao Código Civil.

• • •

MEU ANIVERSÁRIO,

por Lya Hauschild

23 de julho de 1913 – Cuiabá

23 de julho de 1988 – São Leopoldo

Setenta e cinco anos em que percorri todas as estradas que Deus houve por bem me traçar.

Caminhando sempre com firmeza, fui procurando acertar e, com sabedoria, fui passando por cima das pedras, dos espinhos, às vezes difíceis, mas, com a fé sempre renovada em meu coração, com os olhos voltados à beleza que a vida me oferecia, estou aqui, "sã e salva", vivendo momentos de rara emoção, fazendo uma homenagem envolvida em uma ternura imensa a todos e a tudo o que amo:

Ao ontem – saudades!

Ao hoje – alegria de viver!

Ao amanhã – a esperança de continuar minha caminhada sob o mesmo raio de sol, sob a mesma nuvem branca, sob a mesma nesga de luar...

Ao Fernando Roberto e Maria Rafaela – forças vivas que sustentam meu coração – a alma inquieta, brejeira, feliz da mamãe de vocês... Um beijo de amor!

Aos meus manos, primos, familiares, aos meus amigos, sem os quais minha vida não teria sentido: muito obrigada!

Aos meus grandes amores que “partiram”, que enfeitaram minha vida: minha gratidão!

A Cuiabá, meu berço querido, esconderijo das travessuras da menina feliz que fui e dos sonhos de amor, sob as flores do jardim: sempre, sempre, meu bem-querer, maior!

À São Leopoldo, ontem sua filha adotiva, hoje cidadã leopoldense, título que com muita honra recebi – uma das maiores alegrias que tive em 41 anos de vivência em você e por você: minha gratidão e meu afeto por esta sempre feliz permanência aqui!

Ao céu, ao sol, à lua, às estrelas, às flores, aos pássaros, testemunhas da minha grande alegria de viver, minha canção de agradecimento sincero e, finalmente, a Deus, por ter-me feito como sou com meus defeitos, minhas qualidades – positiva, sincera e, sobretudo, gente!



UNIVERSIDADE FEDERAL DE MATO GROSSO

por Helmut Forte Daltro

A CRISE ECONÔMICA E SOCIAL DO PAÍS EXIGE RESPOSTAS CONCRETAS, PROCLAMA MÜLLER AO RECEBER O CARGO DE REITOR

“Temos a plena consciência do momento extremamente grave que vive o país e a nação brasileira, mergulhada na maior crise econômica e social até então nunca vivida. Desajustes estruturais, déficits conjunturais, processo inflacionário que muito mais que corroer o bolso do cidadão, corrompe as práticas de cidadania, exacerba o individualismo, o egoísmo, incentiva a usura, nega a fraternidade e a solidariedade como valores insubstituíveis do homem na sua plenitude.

As extraordinárias dificuldades que se vislumbram no horizonte imediato, resultantes de políticas centralizadoras que restringem a expansão das atividades, semeiam o descrédito nas potencialidades institucionais e na força dos seus agentes, promovem apatias, ineficiências e descompromissos, têm que ser enfrentadas com respostas concretas de engajamento”.

Este é um trecho do pronunciamento do professor Augusto Frederico Müller Júnior, proferido na noite do último dia 20, no Teatro Universitário, ao receber do vice-reitor Helmut Forte Daltro o cargo de reitor da Universidade Federal de Mato Grosso. Cerca de mil pessoas compareceram à solenidade de transmissão do cargo de reitor, entre elas autoridades federais, estaduais e municipais, que ouviram atentamente e por diversas vezes aplaudiram o discurso do novo reitor da UFMT.

Na íntegra, o pronunciamento do reitor Augusto Frederico Müller Júnior:

“Assumo neste momento a Reitoria da Universidade Federal de Mato Grosso, na condição de mandatário legitimamente escolhido em votação amplamente majoritária, em eleição livre, democrática e com participação maciça da comunidade universitária.

A expressão de soberania no processo de escolha de seus dirigentes para o quadriênio 88/92, internalizado pelo Colégio Eleitoral especial legalmente constituído e pelos legítimos representantes políticos do povo mato-grossense no Congresso Nacional, deputados e senadores, engrandeceu a universidade e contribuiu para o seu fortalecimento enquanto instituição pública.

O processo ocorrido e o seu coroamento nesta solenidade, tem que ser entendido na dimensão histórica da construção de uma universidade genuinamente brasileira, mato-grossense e dialeticamente universal. Não se esgotará a busca e o aperfeiçoamento de sua identidade.

A consolidação da prática democrática representa o aprimoramento da forma, e como meio deve ser entendida. Esta é uma etapa conquistada e que se incorpora na cultura da organização. O desafio presente se coloca agora ao nível da busca do aperfeiçoamento qualitativo, na razão social da instituição, na consistência do seu conteúdo e de sua finalidade.

A expressiva maioria consubstanciada na vontade das urnas, quando decodificada, revela o reconhecimento do trabalho e da dedicação à causa de educar, a todos os companheiros integrantes da chapa que se apresentou à comunidade e que tem em comum, um vasto curriculum de longos anos de serviços prestados e participação intensa na vida institucional.

Um passado de luta, de dedicação e presença, representa o caminho seguro para a consolidação das conquistas até agora efetivadas e o desenvolvimento da caminhada rumo ao futuro. Mas qual futuro?

Temos a plena consciência do momento extremamente grave que vive o país e a nação brasileira, mergulhada na maior crise econômica e social até então nunca vivida. Desajustes estruturais, déficits conjunturais, processo inflacionário que muito mais que corroer o bolso do cidadão, corrompe as práticas de cidadania, exacerba o individualismo, o egoísmo, incentiva a usura, nega a fraternidade e a solidariedade como valores insubstituíveis do homem na sua plenitude.

As extraordinárias dificuldades que se vislumbram no horizonte imediato, resultantes de políticas centralizadoras que restringem a expansão das atividades, semeiam o descrédito nas potencialidades institucionais e na força dos seus agentes, promovem apatias, ineficiências e descompromissos, têm que ser enfrentadas com respostas concretas de engajamento.

O papel da universidade genuinamente brasileira, instituição social de interesse público, deve incorporar estes conceitos na prática das suas ações. A política que deve orientar as prioridades institucionais, deverá considerar a busca do conhecimento e a sua transmissão, dentro do contexto das necessidades vitais do conjunto da sociedade. A crise atual da universidade reflete no seu âmago, o profundo distanciamento daquilo que se ensina, que se pesquisa, com a realidade concreta vivida pelos brasileiros na sua esmagadora maioria.

Ao mesmo tempo que se reserva para a universidade o relevante papel de instituto proativo na fronteira do conhecimento, em um mundo de relações altamente complexas, em que o domínio da ciência e da técnica é o principal parâmetro de independência e desenvolvimento das nações, outras questões básicas concomitantemente têm que ser colo-

cadadas. É possível imaginar uma sociedade moderna, economicamente entre as 10 maiores potências do mundo, politicamente pretendendo-se democrática, a conviver com situação extrema de miséria humana, com o abandono e marginalização de centenas de milhares de seus filhos ? É possível conceber que neste país, neste estado, nesta cidade, pessoas passem fome, não têm condignamente um teto para se abrigar ?

Este momento exige uma profunda reflexão sobre os caminhos até então percorridos pela nossa universidade e pela nossa sociedade. Os caminhos do futuro têm que ser buscados coletivamente, na avaliação crítica das motivações do passado e na projeção da instituição pública que desejamos.

Necessário se faz evidenciar, clarificar as relações da universidade consigo mesma, com a sociedade, com as instâncias do poder organizado, federal, estadual e municipal, visando a encaminhamento de interesses comuns ao bem coletivo. Vivemos o limiar de um novo período de história política e social da nação, em que a vigoração dos novos termos constitucionais estabelece um contrato social que representa memorável conquista e significativo avanço nos direitos de cidadania, direitos conquistados ao sabor de muita luta e de muito sacrifício do povo brasileiro e por isso, cabe rejubilarmo-nos com todos os representantes constituintes dos quatro cantos do país e em especial, com os representantes do nosso Mato Grosso.

A cada professor, cada estudante, cada servidor desta universidade, a cada cidadão, cabe intensa reflexão sobre o seu papel e a sua responsabilidade frente à inquestionável necessidade de mudanças.

Como indicação primeira à frente do governo universitário, convoco a comunidade para discutir, refletir, concientizar-se, da universidade e do seu papel frente à realidade brasileira.

A todos os companheiros de prática administrativa, amigos de campanha política, aos valorosos adversários que muito contribuíram para o enriquecimento do processo democrático eleitoral com as suas diferenciadas visões ideológicas e políticas, fica o convite para continuarmos o debate. Vamos no conjunto de todas as nossas forças, elaborar o projeto institucional da Universidade Federal de Mato Grosso dos próximos anos, reformulando as normas que regem as suas relações e adequá-las aos novos tempos.

Vamos discutir e evidenciar as melhores formas de implementação de uma universidade socialmente integrada, sem perder de vista o seu papel modernizador, vanguardista. Vamos enfim negar com veemência qualquer significado de universidade enquanto instância burocrática, cartorial, que reproduz em seu interior estruturas falidas, profundamente insensíveis e desumanas.

Este momento de profundo significado para mim naquilo que representa como realização pessoal e profissional, reflito sobre o peso e o dever da responsabilidade que agora passo a assumir, buscando no exemplo de trabalho, luta e amor por esta terra, transmitidos pelos meus antecedentes, inspiração e força para continuar. E é a estes antepassados cuja memória passo a resgatar, que presto as devidas homenagens.

Ao idealismo de Generoso Paes Leme de Souza Ponce, que aos treze anos de idade se engajava nas fileiras do Exército Brasileiro para empreender luta contra os invasores paraguaios, e que a Proclamação da República veio encontrar, na condição de chefe do Partido Liberal e Presidente da Assembléia da Província de Mato Grosso, proclamando nessa condição, o novo regime republicano e o seu primeiro governador, o General Barão de Amambá, aquele coronel que Ponce conhecera na luta pela retomada de Corumbá, o legendário Antônio Maria Coelho.

Em 1882, à frente de um exército de 3.000 homens, Ponce garantia e consolidava em levante armado, através de combates memoráveis nas ruas de Cuiabá, a integração de Mato Grosso ao restante do país, que o movimento separatista comandado pelo General João da Silva Barbosa, objetivava estabelecer como estado livre, proclamando "A República Transatlântica de Mato Grosso", independente do Brasil.

A biografia deste extraordinário chefe, o seu gênio político e militar, brilharia ainda em 1906, no comando de 5.000 homens arregimentados por todo vasto território de Mato Grosso, na luta empreendida contra o Governo de Antônio Paes de Barros, o "Totó Paes". Revolução vitoriosa, outro capítulo na vida refletida de lutas deste primeiro grande estadista de Mato Grosso, que no comando dos homens e das armas, não deu tréguas ao regime escravocrata das usinas do rio abaixo.

Resgato, na minha memória, o sentimento de esperanças, de paixão, de fé no futuro, de um jovem imigrante português, meu avô

materno Manoel Secco Thomé, que para este Mato Grosso em Campo Grande chegava no início do século, de posse unicamente dos seus parcos pertences pessoais e no coração uma vontade indômita de realização. Ao longo de toda uma vida de trabalho, contribuiu para o soerguimento e na efetivação de uma das três cidades-milagres do Brasil.

Relevo o meu pensamento e as minhas lembranças à trajetória de uma vida repleta de realizações que engrandeceram o nosso Estado de Mato Grosso e a sua eterna capital, Cuiabá, do meu avô Júlio Strübing Müller. Relevo o meu pensamento ao grande significado social de suas obras, tão bem relatadas nas "Memórias" do engenheiro Cássio Veiga de Sá, um cuiabano honorário.

Foi na época do Governo Júlio Müller, a implantação do primeiro posto de saúde pública e a primeira campanha de vacinação em massa de Mato Grosso; Cuiabá se tornou, nesta época, a terceira capital a contar com estação de tratamento de água, que até então era distribuída à população "in natura", resultando em elevados índices de morbidade e epidemias.

Do seu governo e dos seus sonhos surgiram o Colégio Estadual e uma centena de escolas nas áreas urbana e rural; o Cine Teatro Cuiabá, o Hospital dos Tuberculosos, a ponte sobre o rio Cuiabá, abrindo e facilitando a expansão ao norte, a ligação de estrada entre Cuiabá e Campo Grande, a Escola Agrotécnica de São Vicente, o Hospital Geral e a Sociedade de Proteção à Infância e à Maternidade de Cuiabá, o Abrigo dos Velhos e das Crianças, o primeiro Grande Hotel de Mato Grosso, obras estas, que na década de 30-40 representaram uma grande epopéia pelas dificuldades que se apresentavam em uma região que não contava com mão-de-obra especializada e tampouco recursos materiais.

O conjunto destas realizações teve um significado maior, consolidou politicamente a condição da capital do Estado em Cuiabá, até então sujeita a questionamentos mudancistas vindos do Sul.

O presente que agora vivemos, rememorando protagonistas e episódios do passado, representa na verdade o futuro que um dia foi pensado e buscado construir para nós, e a sua idealização teve como base não a injustiça social, não a miséria, não a violência.

Estamos aqui agora, na seqüência da elaboração política e social do Estado, tratando da Universidade Federal de Mato Grosso, sonho tornado real a partir da mobilização dos estudantes secundaristas e que se tornou bandeira de toda sociedade cuiabana e mato-grossense. Sonho que já é palpável, concreto, uma Editora na Amazônia, conforme um dia pensado pelos seus idealizadores.

E somos nós agora os protagonistas da história e devemos nós pensar o presente, sonhar o futuro, sem perder de vista o forte vínculo que nos une às motivações, às lutas, ao sangue corrido nestas terras, as esperanças, desilusões, glórias, vitórias e derrotas, de tantos que com idealismo escreveram os capítulos anteriores da civilização que aqui estamos formando.

Aos bandeirantes do passado unimo-nos aos pioneiros do presente, gente corajosa de todo este Brasil, de sul a norte, de leste a oeste, que para cá afluem com o coração carregado de esperanças e expressa vontade de construir.

Esta civilização haverá de ser fundada nos preceitos da justiça social, da liberdade, na relação fraterna e solidária de todos os seus componentes, na valorização dos seus recursos naturais, na defesa dos seus rios, florestas, de sua rica e variada flora e fauna que fazem desta região, cenário único em todo o planeta.

A todos nós e a cada um em particular, membros desta sociedade, parte desta admirável instituição universitária, cabe zelar e fazer cumprir este ideário, pois se trata antes de tudo das condições reais para que prospere a felicidade entre os homens, se não desta, das futuras gerações.

Ao encerrar as minhas palavras, quero expressar a minha gratidão e o meu reconhecimento a todos que aqui vivem e trabalham, membros desta comunidade universitária cuiabana e mato-grossense, que corajosamente se levantou na defesa do processo democrático e soberano da instituição. À toda classe e representação política do Estado que exprimiu com sensibilidade e traduziu em apoio formal e público, o desejo da maioria.

Aos companheiros que compuseram a Chapa Universidade,

somando credibilidade, fé e esperança, pelo exemplo dos seus passados de trabalho, dedicação e competência.

Ao reitor em exercício, prof. Helmut Forte Daltro, que conduziu com galhardia o penoso e difícil processo de sucessão.

Ao prof. Eduardo e à extraordinária família De Lamônica Freire, que sempre me dedicaram palavras e gestos de apoio e incentivo.

Aos meus pais. Augusto e Arminda e aos manos Júlio e Lúcia, pela educação e preceitos transmitidos e pela presença nos bons e difíceis momentos de minha vida.

À Cláudia, esposa e companheira de uma energia e de um amor incomuns, sem a qual eu pouco seria.

Aos meus filhos Ana Luíza, Júlio, Mariana e Paula,

Aos meus familiares, a todos amigos e companheiros, que com a sua presença me transmitem alegria, energia e coragem.

Dedico as glórias deste momento, à minha avó Maria de Arruda Müller, neta de Generoso Ponce, esposa e companheira na trajetória de vida de Júlio Müller, poetisa, imortal da Academia Mato-grossense de Letras, professora que no limiar dos seus 90 anos de vida, se empenha com todo o vigor de sua juventude, pela educação de adultos junto à Sociedade Espírita Joana de Ângelis no Bairro Bela Vista, ajudando-os a ultrapassar as limitações do analfabetismo.

Esta é verdadeiramente a maior herança que nós, os seus descendentes, recebemos. No seu exemplo a demonstração de profundo amor e crença na humanidade.

Muito obrigado”.

Discurso de Posse proferido em Brasília

Ao tomar posse do cargo de reitor da Universidade Federal de Mato Grosso no dia 18 de outubro de 1988, em Brasília, perante o ministro da Educação, Hugo Napoleão do Rego Neto, o professor Augusto Frederico Müller Júnior proferiu o seguinte discurso:

"Tenho o privilégio de assumir a Reitoria da Universidade Federal de Mato Grosso no histórico momento em que o país inicia a delicada tarefa de reconstituição nacional, com a promulgação da nova Constituição. Para o ensino superior e as universidades brasileiras, este momento de travessia reclama cuidados e atenção primária, para que suas árduas conquistas e suas cansadas esperanças não se percam nos desvãos da crise financeira.

Ao anunciar, recentemente, a liberação de recursos para as universidades federais, o Excelentíssimo Ministro da Educação não escondia a situação preocupante das Universidades, ameaçadas de crescente paralisia institucional e asfixia de suas funções vitais, pelo prolongado engessamento de seus recursos orçamentários e de seus quadros acadêmico e técnico-administrativo.

Mais além do conhecimento de ofício, o Senhor Ministro demonstrava a sua consciência pública e a sua sensibilidade política, alertando a sociedade para a pertinência da questão, reiterando seu compromisso com o ensino público e reafirmando a disposição do Mec de enfrentamento das dificuldades e de busca de soluções de Governo, que garantam encaminhamentos programáticos consistentes, em termos de continuidade e progressividade.

Certamente é imprescindível que se busque urgente e definitivamente garantir às universidades brasileiras condições objetivas de existência e plenitude. Condições que nunca tiveram completamente mas que sempre desejaram e buscaram bravamente alicerçar, por se saberem uma instância da sociedade civil com porosidade e plasticidade a ideários de transformação e mudanças.

É essencial afastar-se com firmeza qualquer formulação no sentido de que os avanços e as conquistas sociais da nova Constituição, no setor educacional, sejam concretizados à custa do sacrifício e desmonte das Universidades, já tão lesadas e despojadas no bojo da crise econômica que o país vem enfrentando, ao terem sido submetidas pelo Governo, para efeito de restrições e contenções, ao mesmo sistema de controle das estatais de finalidades econômicas.

A conjuntura econômica desfavorável requer cautela e civilismo no uso da faculdade de estabelecer critérios de contenção. Os as-

pectos técnicos da contenção não são exclusivos. A sua dimensão ética ligada a interesses societários há que ser permanentemente avaliada, atualizada e resgatada quando restringida ou desprestigiada. A contenção pela contenção, a contenção indiscriminada, a contenção despolitizada é perigosa e empobrecedora. E quando seus estilhaços atingem e ferem as instituições federais de ensino superior as perdas são incalculáveis, porquanto atingem o esforço e o investimento do conjunto da sociedade em manter-se minimamente atualizada em relação ao progresso técnico, científico, artístico e cultural da humanidade e minimamente aparelhada para amparar e agenciar a sua própria produção técnica, científica, artística e cultural.

Medidas de restrição não contêm por si e em si mesmas, nem austeridade, nem seriedade, nem competência no trato do dinheiro e dos bens públicos. A contenção é um instrumento de ajuste contingente, sem conexão com a visão mesquinha de que se realize a qualquer preço, mesmo às custas de retração de avanços e de prejuízo de conquistas, principalmente quando realizados pela educação pública.

A qualidade requer investimentos e implica em custos. A qualidade do ensino superior é um objetivo social de interesse nacional, historicamente perseguido e intensamente desejado. A Constituição declara que o ensino é público, responsabilizando o Estado pela manutenção da educação. Mas não basta que o Estado mantenha a Universidade, é indispensável que assegure à Nação a Universidade necessária.

Porém, a tarefa de construção da Universidade competente e socialmente solidária envolve o compromisso de toda a comunidade universitária.

Ao reitor cabe, nesta tarefa, representar os interesses institucionais junto ao Ministério da Educação, interpretar e defender com serenidade e com firmeza aspirações legítimas, proposituras conseqüentes. Com igual serenidade e firmeza cabe-lhe também assegurar o cumprimento institucional de disposições e decisões do Ministério da Educação fundadas nos preceitos constitucionais e legais e nas diretrizes governamentais comprometidas com o bem comum, com os interesses da Nação.

Pela complexidade e magnitude da tarefa de dirigente, neste momento crítico da vida universitária, assumo o cargo de reitor com humildade, com orgulho, com gratidão e com lealdade, humildade aprendida

no desempenho de encargos acadêmicos e administrativos, como docente, como técnico e como chefe, a nível de administração setorial ou superior. Orgulho pelo mandato outorgado pela comunidade universitária, aprovado e formalizado pelo Ministério da Educação e pela Presidência da República. Orgulho de continuar o trabalho dos reitores Gabriel Novis Neves e Benedito Pedro Dorileo que implantaram a U.F.M.T., em tempos pioneiros, com dedicação e tenacidade. Orgulho de suceder ao reitor Eduardo De Lamônica Freire, a cuja administração tive a honra de integrar como sub-reitor de Planejamento, oportunizando-me lições de trabalho, de convívio franco e respeitoso, de isenção e firmeza nas decisões difíceis e dolorosas, de humildade, de equilíbrio e de grandeza em todos os momentos da sua gestão.

Gratidão aos colegas professores, aos estudantes e aos técnico-administrativos com quem tenho compartilhado dia após dia em tantos e tão gratificantes, embora difíceis, anos de trabalho. Gratidão aos colegas que compuseram comigo a chapa que mereceu o apoio da comunidade universitária a quem expressei meu respeito e prestei minha homenagem. Ao vice-reitor Helmut Forte Daltro, que no exercício da Reitoria no período de transição de mandato garantiu tranqüilidade à Universidade e dispensou-me sua solidariedade em todos os momentos de minha caminhada para a Reitoria. Gratidão à comunidade cuiabana e à bancada política de Mato Grosso pelo apoio decidido e decisivo. Gratidão comovida à minha esposa, Cláudia Maria Vieira Müller, aos meus filhos e a toda minha família que sempre dividiu com generosidade e somou com afeto e confiança em todas as etapas de minha carreira profissional. Gratidão a todos que me honram e dignificam com sua expressiva presença nesta solenidade.

Lealdade aos princípios democráticos, aos exemplos e ensinamentos de ilustres filhos de Mato Grosso, ao ideário de uma sociedade justa, fraterna e solidária.

Chego ao cargo contando com o respaldo dos ilustres representantes políticos do povo mato-grossense, como portador das expectativas de consolidação do ensino, de desenvolvimento da pesquisa, de ampliação da oferta de cursos de interesse regional, de apoio e incentivo à produção artístico-cultural.

A criação da Universidade Federal de Mato Grosso foi uma conquista política do povo mato-grossense, fruto de luta demorada e per-

sistente. Numa região que vem experimentando avassaladoras taxas de crescimento demográfico e altos índices de desenvolvimento econômico, a Universidade é solicitada, provocada e exigida a responder à diversidade de pressões, tensões e conflitos decorrentes do processo de expansão da fronteira econômica em direção à Amazônia Meridional.

Contextualizada numa região em expansão, aberta ao futuro, a Universidade Federal de Mato Grosso é necessariamente uma instituição com esperanças, com sentido de realidade, de pluralidade e de diversidade, com vontade de crescer, com perseverança para resistir.

Na condição de reitor desta Universidade, convido-me à coragem de ousar com responsabilidade e persistir com dignidade. No poema "Mãos Dadas", Carlos Drummond de Andrade faz uma instigante profissão de fé na dignidade do poeta: "Não serei o poeta de um mundo caduco". Parafrazeando o nosso poeta maior, quero dizer que não serei o reitor de uma Universidade falida. Por ela e com ela lutarei pela inviolabilidade de seu estatuto de instituição pública federal. Por ela e com ela renovo a fé, o crédito em maior autonomia para melhor ressonância do pensamento e criatividade da sociedade, por ela e com ela redobrarei forças para trabalhar determinada e incansavelmente pela sua grandeza, pela sua credibilidade e competência, de mãos dadas com a esperança, porque, como diz Drummond, "O tempo é a minha matéria, o tempo presente, os homens presentes, a vida presente".

Discurso do Prof. Helmut Forte Daltro ao transmitir o cargo de reitor da UFMT

Ao transmitir o cargo de reitor da Universidade Federal de Mato Grosso ao professor Augusto Frederico Müller Júnior, no dia 20 de outubro de 1988, o vice-reitor Helmut Forte Daltro fez o seguinte pronunciamento:

"A solenidade deste ato, em que a Universidade e Comunidade se reúnem para a transmissão do cargo de reitor ao professor Augusto Frederico Müller Júnior, respeitando-se a vontade da maioria que o elegeu, é oportuna para ressaltar o alto espírito participativo da comunidade universitária e para agradecer a todos os professores, estudantes e técnicos-administrativos e à minha esposa Elzita e filhos o apoio e a compreensão que me dispensaram, durante o difícil tempo de espera, em que exerci interinamente a função de reitor desta Universidade.

Tão logo estamparam-se os resultados da última eleição universitária, passamos a alimentar certeza viva de que, mais dia menos dia, a escolha da comunidade viria a ser referendada através de ato presidencial. Se assumimos temporariamente que fosse, os encargos próprios da Reitoria, nós o fizemos com a convicção plena de que isso se dava tão apenas por uma contingência, em atendimento a um dispositivo legal. E tudo fizemos, desde o primeiro instante, para que esta transmissão de cargo acontecesse o mais de imediato possível.

Temos para nós que a administração de uma Universidade, de per si tão complexa, e, por isso, tão difícil, pouco espaço consegue, quando não está fadada até o fracasso, se não for avalizada pela comunidade intra e extra-universitária. E isso, convenhamos, está sucedendo. Não nos cabe ficar, de braços cruzados, à espera do que o prof. Fred e aqueles que comporão o quadro primeiro dos dirigentes desta nova administração, vão fazer por nós. Em contrário, disponhamo-nos a atuar juntos, para que, juntos, possamos atender aos objetivos por que a Universidade existe.

Além do seu compromisso "intramuros", este adstrito aos "campi", acobertando aqui o "campus" de Cuiabá, de Rondonópolis e de Barra do Garças, voltado basicamente para a adequada preparação do corpo discente, outros compromissos estão afeitos à Universidade. Mantida pelo erário público, deve ela, a todo momento, estar canalizando suas pesquisas na busca de soluções que minorem os problemas da sociedade. E ainda mais. É sua obrigação, e portanto deve cumprir, não restringir as coisas boas de que dispõe, à sociedade. Por outras palavras, refiro-me ao papel que lhe cabe na sua relação com a sociedade. Sem que esta aconteça por certo a comunidade extra-universitária encontrará meios que manifestam seu descontentamento, uma vez que alijada estará do raio de ação universitário.

No dia de hoje, quando o professor Frederico Müller se investe do cargo de reitor da Universidade Federal de Mato Grosso, com ele tomam posse também nossas esperanças e, mais que isso, nossas convicções. Oportuno lembrarmos agora de Aristóteles, grande pensador grego. Não obstante tenha vivido no século IV a.C., suas idéias continuam ainda deitando enorme influência no pensamento ocidental. O filósofo grego dizia que "o homem por excelência, é um animal insatisfeito". Essa insatisfação, de certa forma caráter distintivo do homem, essa insatisfação que mora dentro de nós, se faz responsável por nos impulsionar sempre

mais para o alto, sempre mais para a conquista de novas vitórias, buscando concretizar as utopias que guardamos conosco. A aspiração de toda a comunidade universitária é que a nova administração, também ela insatisfeita, se oxigenize, para, com novos ares, impulsionar e aprimorar nossa universidade.

Um governador grego, à época do seu reinado, a fim de que jamais se esquecesse, solicitava que seu secretário lhe estampasse, diariamente, antes de dar início aos trabalhos, duas verdades, para ele fundamentais. Eis a primeira: "Não te esqueças de que és homem", com isso querendo dizer da preocupação constante que, no exercício do mandato, deveria ter para com a sua gente, comprometido que deveria estar com a causa de todos. A segunda verdade se faz muito relacionada com a própria idéia do poder, queiramos ou não, um conceito imbuído do caráter de transitoriedade. Ei-la: "Não te esqueças de que teu governo vai acabar". A transitoriedade de um cargo se prende ao fato de que, no espaço de tempo em que a comunidade no-lo delega, nossa dedicação, nosso empenho devem suplantar-nos a nós mesmos, tudo fazendo dentro do nosso alcance, "In casu", tudo fazendo para que a universidade se constitua cada vez mais serviço e retorno.

Fred (permita-me chamá-lo assim), você assume esta Instituição de Ensino Superior no momento em que os Ministérios da Fazenda e do Planejamento capitaneiam uma operação conhecida como "desmonte". Temos para nós que esta é uma forma velada de atingir entre outras coisas, a própria universidade brasileira, açambarcando-lhe o campo de ação, corroendo-lhe os recursos que já se manifestam tão minguados para implementarmos os programas necessários e urgentes, visando ao bem estar da população como um todo. Daí por que lhe confiamos, neste momento, nossa viva convicção de que, na qualidade de nosso representante, tudo fará junto aos demais reitores e às comunidades universitárias, a fim de que, encampando o próprio Ministério da Educação, gritem não apenas pela manutenção das conquistas já consumadas, mas, em especial, pela ampliação de tudo quanto se fizer necessário para a valorização da universidade e para a consecução dos seus fins.

A exemplo do que sucedia com o governador grego, se não todos os dias, ao menos hoje por ocasião de sua posse, trazemos à lembrança as mesmas verdades, ainda que sob outra roupagem. Em primeiro lugar, não se esqueça dos compromissos assumidos com a sua uni-

versidade. Complemento disso, não deixe de emprestar todo o seu empenho para que esta Universidade responda, cada dia mais, ao que dela todos nós esperamos.

Quanto a nós, estamos como sempre estivemos à disposição para concretizar tais aspirações.

Parabéns pelo dia de hoje. Sucessos em sua administração.

Tenho dito."

À Comunidade Universitária

Na condição de Vice-reitor, no exercício da Reitoria da Universidade Federal de Mato Grosso desde 5 de setembro último, temos a honra e a satisfação de transmitir hoje o cargo ao professor Augusto Frederico Muller Júnior, cargo que lhe foi confiado pela comunidade universitária e confirmado por ato do Excelentíssimo Senhor Presidente da República.

Nesses 45 dias de transição, em que estivemos à frente da Reitoria, não houve solução de continuidade no processo administrativo, apesar das enormes dificuldades com que se defronta a universidade pública brasileira e que são do conhecimento de todos. Se não nos foi possível resolver certos problemas que afetam a área administrativa e a acadêmica, tudo fizemos para evitar o seu agravamento e isto, felizmente, foi conseguido. Foi conseguido porque contamos com a compreensão, com o bom-senso, com o espírito de diálogo, de entendimento e de colaboração de toda a comunidade universitária. Do corpo docente, do corpo discente e dos servidores técnicos e administrativos, representados pela ADUFMAT, pelo DCE e pela ASSUMT.

Por esse espírito de participação e de cooperação, consignamos nossos sinceros agradecimentos aos três segmentos da comunidade universitária.

Temos a certeza de que, ao se empossar a nova Administração Superior da UFMT, a comunidade universitária, que a elegeu livre e soberanamente, manterá a coerência que sempre tem demonstrado, emprestando-lhe todo o apoio de que necessita para bem gerir os destinos da nossa Instituição nos próximos quatro anos.

A Universidade Federal de Mato Grosso somos nós – todos nós que nela e dela vivemos. Vamos trabalhar juntos, unidos, porque só assim haveremos de superar os nossos desafios.

Cuiabá, 20 de outubro de 1988.



MUSEU DE PEDRAS

por Ramis Bucair

O marco inicial das atividades do Museu de Pedras Ramis Bucair, assinala o surgimento do primeiro Museu de natureza científica em Cuiabá, quiçá em todo Estado de Mato Grosso.

Fundado em 8 de abril de 1959, registrado sob nº 10.643 – reconhecido de utilidade pública de acordo com a Lei Estadual nº 2.879, de 29 de novembro de 1968, e utilidade pública municipal, Lei nº 1.313, de 25 de junho de 1973, e registrado na Secretaria de Educação e Cultura sob nº 1 – folhas 1 – do livro 1 – em 22 de maio de 1973.

O Museu de Pedras Ramis Bucair, que tem o nome do seu criador e fundador, deu especial atenção aos objetivos específicos que primordialmente pretende atingir, seja como centro de investigação científica, seja como polo de difusão de informações – em diversos níveis – na área das ciências geológicas.

A coleção inicial, deliberadamente restrita ao âmbito estadual, conta com centenas de exemplares que poderão satisfazer em boa parte aqueles que o visitarem em busca de um contato direto com a amostra única e exclusiva.

Mas, além de instituição científica o Museu de Pedras Ramis Bucair é um Museu moderno não apenas restrito às tarefas de apresentar e classificar. No campo específico de sua atuação deverá ir mais longe: analisando, comparando e interpretando ele refletirá a evolução do conhecimento científico que deverá comunicar aos seus frequentadores, dando cumprimento às tarefas essencialmente educativas que justificam por si mesma a sua existência.

O coração de um Museu são as suas coleções.

Da maneira como são elas cuidadas, utilizadas e interpretadas pelo Museu, é determinado o seu posicionamento entre as outras instituições congêneres e o seu conceito em sua própria comunidade.

Assim é o Museu de Pedras Ramis Bucair, mais de um quarto de século pesquisando e colecionando já tem um conceito internacional, e tem dado sua contribuição eficiente nas descobertas e conquistas nos campos da arqueologia e espeleologia.

Museu não é um simples repositório de coleções artísticas ou científicas. Devem, isto sim, prestar serviços de amparo à pesquisa, contribuir para a educação coletiva, organizar cursos e orientar cada vez mais seus visitantes. Essa a grande diferença dos Museus antigos para os modernos. Os Museus brasileiros são ricos de modo geral em suas coleções, mas pobres nos serviços. E esses serviços são muitos: conservação do material, pesquisas, organizações de cursos e orientação dos visitantes entre outros, não basta ter uma coleção valiosa e permanecer aberto. Tem que ter todo um sistema de apoio para orientação do público em geral e dos especialistas que ali vão pesquisar. Entre outras razões, porque são as únicas instituições que dispõem do material original para as pesquisas. E a maior maneira de modificar essa situação é atrair cada vez mais o público, com serviços melhores, para que o próprio público compreenda a importância do Museu e este venha a ser tratado como merece, hoje os Museus são definidos como institutos da Universidade, como Faculdades, o que já é um grande avanço.

O Museu de Pedras Ramis Bucair, é na realidade composto por quatro tipos de achados: Geológicos, Paleontológicos, Antropológicos e Mineralógicos.

A ânsia de novas descobertas levou o seu criador e fundador da umidade opressiva da floresta amazônica à fresca penumbra de cavernas inexploradas do norte de Mato Grosso. O resultado destas andanças está reunido em inúmeras salas e salões do Museu de Pedras que ao menos em valor histórico é um dos pedaços mais valiosos do chão matogrossense. As pegadas do pesquisador proprietário do Museu de Pedras, ficaram em caminhos seculares, desde o Pantanal até o extremo de Aripuanã, colhendo ao longo das rotas perdidas no tempo as provas de anti-

gas civilizações, reunidas agora no Museu de Pedras Ramis Bucair, localizado à Rua Galdino Pimentel nº 195 (calçadão), Cuiabá, MT.

O Museu é o espelho onde o homem se reconhece no meio da natureza que ele formou e transformou, no seio da comunidade social – local, nacional e universal, que condiciona sua existência material, intelectual e espiritual, em relação às coisas que ele colhe, produz e consome.

Nenhum Museu é total. O homem deve procurar encontrar-se em todos, reconstituir pacientemente sua própria natureza e sua própria cultura partindo de objetos, de espécimes, de obras de arte de todas as origens e de pedras, afim de prosseguir com continuidade e tenacidade sua obra criadora.

O Museu tem história tão complexa quanto fascinante, devendo ser não somente modernizado, mas também adaptado às necessidades do desenvolvimento atual e futuro.

(Ramis Bucair é o Diretor Proprietário do Museu de Pedras, Presidente da Sociedade dos Amigos do Marechal Rondon e Membro do Instituto Histórico e Geográfico de Mato Grosso).



QUATRO VEZES EM LADÁRIO

por CF (FN) Gil Cordeiro Dias Ferreira

1 – Introdução

Em rodas de amigos, civis ou militares, sempre que a conversa recai sobre o trabalho de cada um, ou comissões exercidas, noto – não injustificadamente, admito-o – uma certa perplexidade, no semblante de meus interlocutores, quando afirmo estar servindo em Ladário pela quarta vez.

Reitero aqui o que sempre ressalto nesses momentos – conheço diversos companheiros que serviram na área por mais tempo que eu, porém em uma só pernada. O que espanta, pois, não é a dimensão cronológica da permanência no Pantanal Mato-grossense, mas a frequên-

cia de movimentações para esse local – por sinal, digno de uma visita, em meu entender, por parte de todos que ingressamos na MB, seja pelas exóticas belezas naturais da região, seja pelas peculiaridades desta Marinha Fluvial, que merecem ser conhecidas.

E tantas vezes me indagaram sobre esse “desconhecido Ladário”, que considerei oportuno divulgá-lo um pouco.

Ao longo da narrativa, que, espero, atraia a atenção dos leitores, preocupei-me em não produzir uma “biografia” de minhas quatro comissões pantaneiras, mas um resumo dos pontos de maior interesse deste recanto do Centro-Oeste brasileiro.

Todavia, é inevitável que a visão particular que adquiri da área tenha sido influenciada pelo trabalho que aqui exerci e pelos ambientes geográfico, histórico, econômico e social em que estive e estou envolvido. E mais – pela evolução natural desses fatores e de mim mesmo, ao longo dos anos.

Vale, pois, citar os períodos em que aqui servi; quase todos, curiosamente, balizados por datas de algum significado:

1º – de 21/03/70 (entrada do outono) a 06/01/72 (Dia dos Santos Reis) – como 2º/1º Ten. (FN), subalterno do GptFNLadário e Auxiliar de Seção do EM do então Comando Naval de Ladário (CNLa), totalizando 1 ano, 9 meses e 17 dias.

2º – de 23/10/75 (Dia do Aviador) a 02/02/77 (N.S. dos Navegantes) como CT (FN), Imediato do GptFNLa e, por curto período, Chefe de Seção do EM do já então denominado 6º Distrito Naval, totalizando 1 ano, 3 meses e 11 dias.

3º – de 13/09/78 (Comemorava-se o Bicentenário de Corumbá) a 26/02/80 (Carnaval) – como CT/CC (FN), Imediato do GptFNLa-dário, totalizando 1 ano, 5 meses e 14 dias.

4º – deste 19/02/87 (Batalha dos Gurarapes), como CF (FN), tendo assumido o Comando do GptFNLadário a 26/02/87.

No momento em que escrevo – fevereiro de 88 – estou tota-

lizando, pois, cerca de 5 anos e meio na área. Talvez não seja muito, afinal. E a serem mantidas as atuais lotações de Oficiais FN, esta será, sem dúvida, a última passagem por aqui – ao menos enquanto integrando o Serviço Ativo da Marinha – de um carioca, que, ainda 2º Tenente, sem conhecer o que quer que fosse desta área, nela veio parar – “por ordem” na primeira vez, voluntário nas demais – e, como que a cumprir uma predestinação, retomou o ciclo mato-grossense de sua família, pelo lado materno, interrompido havia 4 gerações; e, sem ser “filho da terra”, tornou-se “esposo e pai” da mesma.

Mas deixemos os personalismos. Embarquemos em um automóvel e sigamos pela Dutra, depois pela Castelo Branco, a seguir pela Raposo Tavares, onde cruzaremos o Rio Paraná, prosseguindo até Campo Grande; dali continuaremos pela BR-262, cruzando o Rio Paraguai em Morrinho, sobre balsas; ou se a estrada nos atemorizar, embarquemos o carro em uma gôndola, no trem noturno, para amanhecer em Corumbá. Atenção, o trem não passa em balsas ! Existe uma ponte em Porto Esperança...

De qualquer forma, são aproximadamente 2000 Km, percorridos em cerca de 2 dias de viagem... e... Enfim, LADÁRIO !!

Para os menos aventureiros, que não querem cruzar com jacarés e capivaras na estrada, sempre existe uma linha aérea, duas vezes ao dia; ou o trem, em três pernadas – Central, do Rio a SP; Paulista, de SP a Bauru; Noroeste, de Bauru a Corumbá. Dois a três dias também; e conheço pelo menos três Oficiais que aqui chegaram por esse meio... porque “não gostam de avião” !!!

Uma lonjura. Mas, por incrível que pareça, à exceção de Brasília, todos os outros Distritos Navais distam mais do Rio de Janeiro do que o Sexto...

2 – Uma Geografia Enganosa

Sou costumeiramente inquirido quanto à relação geográfica entre Corumbá e Ladário. Depois de algum tempo, adotei como resposta uma imagem que tem dado bons resultados – Ladário está para Corumbá como o Reino de Lesotho para a África do Sul – isto é, o menor literalmente encravado no maior.

Corumbá é um grande centro pecuarista. Ladário foi seu Distrito, emancipando-se na década de 50. São ligados por uma estrada de 6 Km, mas a passagem de um Município a outro é imperceptível, dado o crescente povoamento das margens da pequena rodovia. Afinal, é como ir de um bairro a outro. Do Leme ao Posto 6 ... E com praias ... de rio !

O viajante que, pela primeira vez, desembarca em Corumbá e se dirige a Ladário, comete, inevitavelmente, um equívoco. Ao longo da estrada, olha para sua esquerda e vê o rio Paraguai. Aponta, então, para o Pantanal ao longe e afirma, convicto - "lá é a Bolívia"! Engano. Lá é o Brasil. Pois Corumbá está situada à margem *direita* do rio Paraguai. A fronteira com a Bolívia é seca, salvo por um pequeno riacho - "Arroyo Concepción", a poucos quilômetros do centro.

Deslocando-se de Corumbá para Ladário, está-se indo no sentido Oeste-Leste, acompanhando a corrente do rio. Bem mais abaixo, o rio, com efeito, passa a separar os dois países, por cerca de 40 Km. Mais adiante, passa a dividir o Brasil do Paraguai, até a foz do Rio Apa, onde penetra totalmente em território Guarani. E muito mais além, separa o Paraguai da Argentina, até a confluência com o Paraná.

3 - Cobras, Mosquitos, Aranhas e Baratoões

Descrever as exuberantes flora e fauna pantaneiras exigiria compêndios de grande volume. Creio até estarem facilmente obteníveis na atualidade, em face do "modismo" ecológico, tão em voga.

Alerto apenas para que os leitores interessados no assunto não busquem obras ufanistas, nem limitem suas pesquisas à oitiva de quem conheceu brevemente o Pantanal, como turista ou servidor público transferido, pois, nesse caso, será inevitável ser bombardeado por dados de amplitude bem diferente dos que a realidade comprova.

Não há porque, por exemplo, preocupar-se com "cobras que derrubam muros de alvenaria", nem com ataques fulminantes de "brigadas" de aracnídeos, ou, principalmente, histórias de peixes, jacarés e onças de dimensões bem maiores que as apontadas nos compêndios de Zoologia. Afinal, aqui é terra de pescadores e caçadores...

A conclusão a que tenho chegado, após muitas observações

e debates com os habitantes locais, é que o Pantanal se assemelha a um "laboratório" da natureza. No tocante à fauna, há espécimens com os quais me deparei em minha primeira passagem – como um certo tipo de besouro miúdo, apelidado de "feijãozinho" por sua semelhança com esse vegetal – que desapareceram; e graças a Deus, pois chegavam em nuvens de milhares, e, freqüentemente, procuravam instalar-se no interior dos ouvidos dos seres humanos e animais domésticos, causando sérios problemas.

Outros "habitantes" continuam a existir, aparecendo, porém, apenas em determinadas épocas do ano, como o mosquito, no verão; as caranguejeiras entre setembro e dezembro (inofensivas, apesar de seu aspecto horripilante); as cobras do grupo BOTHROPS (jararaca, "boca de sapo") já pouco comuns; o famoso "baratão boliviano", ou "sirileta" (cruzamento de siri com borboleta), que é bastante singular – trata-se de um grande besouro, cego, e, diferentemente dos demais insetos, não octópode, mas hexópode, o que parece indicar uma origem multissecular e uma não evolução; e ainda escorpiões, gafanhotos, morcegos e abelhas (Jati, Europa e Africana, todas bastante perigosas), mas em "nuvens" ou enxames não tão assustadores, afinal. Bem menos que as moscas e o mosquito da dengue, no Rio.

O interessante é que as quantidades desses insetos vêm diminuindo progressivamente; o "baratão" tem tido também seu tamanho reduzido. Fruto talvez do progresso, das desinsetizações cada vez mais freqüentes, das obras de saneamento e, naturalmente... da ação do maior dos predadores – o homem.

O fenômeno a que me reporte, do desaparecimento do "feijãozinho", ocorreu com outros espécimens. Além das possíveis razões apontadas, pode-se também mencionar a chamada Seleção Natural, tão comentada por Monteiro Lobato em sua "Reforma da Natureza", e responsável pelo equilíbrio ecológico – matem-se os jacarés e logo o número de piranhas aumentará incrivelmente.

Mas em Ladário, parece ocorrer o descrito por Luís da Câmara Cascudo em seus "Contos Tradicionais do Brasil", ao explicar os "Contos Acumulativos" – dada a fertilidade do solo, quase todas as residências possuem hortas, que atraem roedores, que atraem cobras, que atraem gatos, que atraem cães vadios, que são exterminados porque

transmitem sarna – e aí tudo recomeça, porque os gatos se reproduzem e são eliminados, e voltam as cobras ... ah, Ladário !

4 – Mato “Sujo”, Mato “Limpo” e Muito Calor

Existem, no Pantanal, terras “altas” e “baixas” – estas bastante inundáveis, dificultando ou impedindo a atividade pecuária. Principalmente deste 1973, as cheias do Paraguai e seus tributários têm sido memoráveis, provocando grandes calamidades.

O subir e baixar das águas regula a vida do Pantanal, afetando a vegetação, a fauna – principalmente a ictiológica – e os transportes.

Não há qualquer “pântano”, na região. O que se vê são trechos cobertos por imensas pastagens, nas áreas mais propícias à pecuária, entremeados por macegas densas (capões) e matas latifoliadas.

Onde exista a macega – ali é o “sujo”. O cerrado é o “limpo”. O resto geralmente é água, mesmo – o outoro denominado “Mar dos Xaraiés”. São os inumeráveis braços de rios (corixos, similares aos igarapés e paranás amazônicos), balizados, alhures, pelos infundáveis “carandazais” – agrupamentos de palmeiras típicas da região, aproveitadas para muitos fins, inclusive obtenção de cera, como a de carnaúba.

O clima tropical úmido, associado ao fértil solo calcáreo (há aqui uma fábrica de cimento) favorecem o crescimento rápido da vegetação. Por vezes, observando-se de longe uma colina ou pastagem, imagina-se ser fácil ultrapassá-la. A realidade, porém é outra. Os capinzais atingem grande altura, dificultando o deslocamento a pé, além de ocultarem ninhos de répteis peçonhentos ou moitas de “cansação” – a conhecida urtiga.

Mas problemático, mesmo, é manter desmatadas nossas instalações. Ao que me foi dado conhecer, há apenas uma boa solução – ovelhas. Certamente, adequada e exequível. Em jogo apenas a aceitabilidade ...

A temperatura ambiente também já se tornou folclórica, como as aranhas. De fato, o calor é brutal. Diz-se, mesmo, que em Ladário “o inverno cai num sábado”. Exageros à parte, vale registrar as grandes

variações de temperatura, inesperadas e rápidas – “acorda-se suando em bicas, vai-se à Parada de Japona”. Difícil explicar. Só mesmo vivendo aqui. Pois quem conhece o Pantanal no verão, não pode imaginar serem comuns temperaturas até mesmo abaixo de 0°C, no inverno. Como disse antes, a terra merece uma visita, para ser compreendida. E muitos ilustres visitantes já tiveram o dissabor de enfrentar tais variações climáticas; alguns tendo mesmo que suspender ou atrasar sua vinda, pois o primeiro efeito dos ventos e chuvas repentinos é fazer fechar o aeroporto. Mas poucas horas depois, eis o sol a brilhar; o solo seco, que sua alta permeabilidade não permite restarem vestígios de chuvas; e voltamos ao calor. Mas se a fumaça da fábrica de cimento indica a chegada do vento Sul, é hora de tirar do baú as roupas de lã – e o que se vê pelas ruas é um desfile de ponchos e toucas bolivianos, ou palas de campear, por sobre camisas de flanela axadrezadas, calças escuras e as indefectíveis botinas. Pode não parecer, mas isto também é Brasil!

5 – Como Tudo Começou

Ladário e Corumbá foram fundadas, respectivamente, em 02 e 21 de setembro de 1778, pelos colonizadores portugueses que visavam a barrar as investidas espanholas na região centro-oeste. Dessa época, restam hoje, sob a guarda do Exército Brasileiro, ao Norte, o Forte Príncipe da Beira, em Rondônia. Alguns quilômetros abaixo de Corumbá, o Forte de Coimbra, ali erroneamente fundado pelo Capitão Matias Ribeiro da Costa, que deveria ter se estabelecido, na realidade, em Fecho dos Morros, muito mais ao Sul, nas proximidades de Porto Murtinho e da Foz do Rio Apa. Mas errando, acertou. A História da guerra contra o Paraguai comprova a excelente posição estratégica do Forte, palco de episódios de bravura.

O então Governador da província de Mato Grosso, Capitão – General Luiz de Albuquerque de Mello Pereira e Cáceres, determinou, em 1775, a realização de novas expedições, em busca de locais mais apropriados à edificação de fortificações – com efeito, existe ainda hoje, em Corumbá, o Forte Junqueira, sob a guarda do Exército Brasileiro. Assim é que, nas datas acima mencionadas, o Sargento-Mor Marcelino Rodrigues Componês fundou Corumbá e o Capitão-Mor João Leme do Prado fundou Ladário.

A partir daí iniciou-se o povoamento da região. Explicar

seus 210 anos de crescimento é tarefa para historiadores e fatigaria os que conseguiram manter, até aqui, algum interesse neste relato.

O curioso é assinalar a etnia atual, fruto da miscigenação dos brancos (portugueses e brasileiros) com quatro tribos índias – os Paia-guás (canoeiros, pescadores e mergulhadores), os Guaicurus (cavaleiros, guerreiros audazes), os Guatós (nômades, pacíficos e indolentes) e os Kadiweus (sedentários, pacíficos, agricultores).

Naturalmente, o elemento negro teve participação, porém em escala bem menor do que no litoral do país. E com o passar dos anos, um fluxo migratório muito interessante ocorreu – o de árabes, que formam hoje colônia muito expressiva na região, destacando-se a nítida separação entre os de origem palestina e os demais.

Por fim, o elemento “espanhol” – bolivianos e paraguaios, cujas culturas, sob todos os aspectos, encontram-se hoje profundamente enraizadas no povo corumbaense-ladarense.

Recordo-me do olhar surpreso de um Oficial boliviano que visitava o Complexo Naval de Ladário, quando, ao cruzar o Pórtico, deparou-se com uma guarda de Soldados Fuzileiros Navais, coincidentemente composta por praças de feições tipicamente quíchuas, ostentando, na gandola camuflada, nomes de guerra tais como “Samaniego”, “Salvaterra”, “Banegas”, “Ximenes”, “Zarate”, “Vasques”, “Velasques” ...

Indagou-nos o Oficial, em tom de troça, se não teria se enganado e retornado a seu próprio quartel. Por pouco não lhe apresentei o Detalhe de Serviço do dia seguinte, quando a Guarda seria composta por outra etnia – os “Assad”, os “Wassouf”, os “Fatah”, os “Saab” ...

6 – Corumbá, Ladário e a Marinha

Há que enumerar vultos ilustres da História Naval Brasileira que, de alguma forma, ligaram-se a este torrão. Nem sempre por vínculos com as cidades mencionadas, mas também por seus feitos nos conflitos de que participaram, ao longo da Bacia do Prata.

Registram-se, nesse plano:

- o Almirante (carioca) João Mendes Salgado (1832/1894), a quem foi conferido o título de Barão de Corumbá – hoje denominação de logradouro na Tijuca, Rio de Janeiro;

- o Chefe-de-Esquadra (carioca) José de Costa Azevedo (1825/1904), intitulado Barão de Ladário, que, por lei Municipal de 1976, teve seu nome e carreira incorporados ao Histórico do Município, onde é periodicamente reverenciado;

- o Almirante (carioca) Joaquim Raimundo Delamare (1811/1889) que presidiu a Província de Mato Grosso e foi responsável pelo traçado urbanístico de Corumbá, onde importante via pública leva seu nome; e

- o Almirante Augusto João Manoel Leverger, nascido em Saint-Malô, na Bretanha/França, em 1802, falecido em 1880, intitulado Barão de Melgaço e cognominado de "Bretão Cuiabanizado"; foi ele o primeiro Comandante de uma Força Naval em Mato Grosso, como 1º Tenente – duas canhoneiras, mais tarde intituladas "TREM NAVAL DE MATO GROSSO", cujo comando assumiu a 15/11/1829, nas instalações do Arsenal de Marinha da Província de Mato Grosso, criado a 19/02/1827, em Cuiabá.

Além destes, houve ainda filhos de Mato Grosso que atingiram o Almirantado, como o Contra-Almirante João Batista das Neves, natural de Diamantino/MT, onde nasceu em 1856, tendo falecido, tragicamente assassinado, em 1910, a bordo do "Minas Gerais", sob seu comando, durante a revolta da Armada. Ou ainda o cuiabano Henrique Pinheiro Guedes (1847/1911), que atingiu o posto de Almirante e participou da Guerra do Paraguai – este, meu "tio-trisavô".

7 – Evolução Organizacional

Desde a instituição do ARSENAL DE MARINHA DA PROVÍNCIA DE MATO GROSSO, em Cuiabá, a 19 de fevereiro de 1827, a presença de nossa Força no Centro-Oeste foi marcada por diferentes estruturas organizacionais.

Assim é que pelo Decreto nº 281, de 06 de maio de 1843, foi criada uma Companhia de Imperiais-Marinheiros, como tripulação das

Barcas-Canhoneiras comandadas por LEVERGER, tudo com a denominação de TREM NAVAL DE MATO GROSSO. Já em 30 de abril de 1860, o Decreto nº 2583 classificou novamente esse conjunto como ARSENAL.

Ao longo dos anos, em decorrência de dificuldades econômicas locais, tais como escassez de madeiras próprias para construção naval, bem como por força de condicionantes geográficas, cheias do Rio Cuiabá, e, naturalmente, como consequência da Guerra contra o Paraguai, cogitaram, as diferentes Administrações Navais, da transferência do Arsenal para localidade mais apropriada.

Dessa forma, o então Ministro, Dr. JOAQUIM DELFINO RIBEIRO DA LUZ, por Aviso de 07 de janeiro de 1873, determinou a construção do Arsenal de LADÁRIO, a cargo do CF MANUEL RICARDO DA CUNHA COUTO. A pedra fundamental foi lançada a 14 de março daquele ano, e, por essa razão, a avenida que dá acesso ao Pórtico tem por nome essa data. Em consequência, foi extinto o Arsenal de Cuiabá, a 23/01/1874.

Da época, existem na área o Pórtico, a muralha que cerca todo o Complexo Naval, o prédio da antiga torrefação, hoje alojando a Banda de Música e outras construções menores.

Os que apreciam o estudo de História, em particular a Naval sentir-se-ão bem, ao cruzarem o Pórtico e adentrarem o Complexo Naval. Tudo, em Ladário, "rescende" a História. É o Hotel de Trânsito, hoje já bastante modernizado mas preservando sua arquitetura "art-nouveau", dos anos 30. É o prédio do Grupamento de Fuzileiros Navais, mais que cinquentenário, que abrigou a extinta Aviação Naval, preservando em seu pátio interno, até hoje, a Torre de Observação. É o edifício do Comando do Distrito, que, como os demais construídos à mesma época, caracteriza-se pelas paredes extremamente largas, não edificadas com tijolos, mas com pedras calcáreas, muito abundantes na região, assentadas com uma argamassa em cuja composição entra ... O óleo de peixe !

Tarefa árdua é afixar quadros nessas paredes. Derrubá-las ou abri-las para reformas ... nem pensar ! Salvo se se conseguirem localizar vigas de sustentação, mas, ao que tudo indica, essa técnica não parece ter sido utilizada, no levantamento das verdadeiras "muralhas" em que se constituem.

Também o "pé-direito" é excessivamente alto, o que foi feito deliberadamente, para melhorar a ventilação. Hoje em dia, porém, para manter a eficiência dos aparelhos de ar condicionado e reduzir sua quantidade, é-se obrigado a rebaixar o teto de muitos compartimentos.

A memória do 6ºDN está preservada em uma sala, no Comando do Distrito, onde se podem apreciar peças muito interessantes, como espelhos de popa de embarcações miúdas entalhados em madeira nobre, com belos motivos navais. Já o Grupamento de Fuzileiros Navais dispõe de um considerável acervo artístico, com quadros, talhas, tapeçarias e esculturas de artistas locais e de militares que serviram na área, bem como de familiares seus. Repito uma vez mais – vale uma visita !

Até 1933, o Arsenal teve vida própria, sendo dirigido por um Inspetor. Naquele ano, pelo Decreto nº 22.811, foi criado o COMANDO NAVAL DE MATO GROSSO, ao qual o Arsenal passou a se subordinar. Ressalte-se que três outras OM já existiam, a essa época:

a) a Capitania dos Portos, criada pelo Decreto nº 2.762, de 16/03/1861, extinta em 1867, por força da Guerra do Paraguai, e restabelecida pelo Decreto nº 5.463, de 12/11/1873;

b) a Flotilha de Mato Grosso, criada por Aviso de 20/10/1876; e

c) a "1ª Companhia Regional de Fuzileiros Navais" – o atual Grupamento, criado pelo Decreto nº 21.957, de 13/10/1932.

O Arsenal teve sua denominação alterada para Base Fluvial de Ladário, pelo Decreto nº 18.660 de 18/05/1945, e, nesse mesmo ano, a 19 de novembro, pelo Decreto nº 8.181, foi o território nacional dividido em Distritos Navais, passando o Comando Naval de Mato Grosso a denominar-se SEXTO DISTRITO NAVAL.

O 6ºDN, contando já com a Base, a Capitania, os Fuzileiros e a Flotilha, recebeu mais adiante dois outros importantes acréscimos: o Hospital Naval de Ladário, criado pelo Decreto nº 29.816, de 27/07/1951 e o Serviço de Sinalização Náutica do Oeste, instituído pelo Aviso nº 658, de 18/03/1955.

Em 1966, pelo Decreto nº 53.386, de 10 de maio, a sede do Sexto DN foi transferida para São Paulo/SP, e as instalações da MB em Ladário foram agrupadas sob um Comando Naval.

Finalmente, em 1975, pelo Decreto nº 76.374, de 02 de fevereiro, voltou a cidade de Ladário a sediar o 6ºDN.

Em resumo:

- a) 19/02/1827 – Criação do Arsenal de Marinha da Província de Mato Grosso;
- b) 15/11/1829 – O 1º Ten. AUGUSTO LEVERGER assume o comando da primeira Força Naval em Mato Grosso (duas canhoneiras);
- c) 06/05/1843 – O conjunto Arsenal – Canhoneiras – Companhia de Imperiais Marinheiros passa a se denominar TREM NAVAL DE MATO GROSSO;
- d) 30/04/1860 – O TREM NAVAL volta a ser denominado de ARSENAL;
- e) 16/03/1861 – Criação da Capitania dos Portos de Mato Grosso;
- f) 26/11/1867 – Extinção da Capitania dos Portos de Mato Grosso;
- g) 07/01/1873 – É determinada a construção do Arsenal de Marinha de Ladário;
- h) 14/03/1873 – Início das obras em Ladário;
- i) 12/11/1873 – Recriação da Capitania dos Portos;
- j) 23/01/1874 – Extinção do Arsenal de Cuiabá;
- l) 20/10/1876 – Criação da Flotilha de Mato Grosso;
- m) 13/10/1932 – Criação da 1ª Companhia Regional de Fuzileiros Navais, atual GptFNLa;
- n) 1933 – Criação do COMANDO NAVAL DE MATO GROSSO, enquadrando o Arsenal, a Capitania, os Fuzileiros Navais e a Flotilha;
- o) 18/05/1945 – O Arsenal passa a denominar-se Base Fluvial de Ladário;
- p) 19/11/1945 – O Comando Naval passa a denominar-se Sexto Distrito Naval;
- q) 27/07/1951 – Criação do Hospital Naval de Ladário;
- r) 18/03/1955 – Criação do Serviço de Sinalização Náutica do Oeste;
- s) 10/05/1966 – O Sexto DN é transferido para SP; em consequência, é criado o Comando Naval de Ladário; e
- t) 02/02/1975 – A sede do 6ºDN retorna a Ladário.

8 – Os Meios Flutuantes, ao Longo dos Anos

Os registros localizados, quanto ao século passado, são pouco precisos. Há menções aos Vapores “Cuiabá”, “Corumbá”, “Lindóia” e “Voluntários da Pátria”; aos Monitores “Pará”, “Piauí” e “Santa Catarina”; ao Encouraçado “Barroso”; e à Lancha “Fiúza”.

A Flotilha, em 1876, foi constituída pelos: Encouraçado “Tamandaré”; Canhoneira mista “Forte de Coimbra”; Canhoneiras de rodas “Fernandes Vieira” e “Taquari”; Monitores “Piauí”, “Ceará”, “Pará” e “Santa Catarina”; Vapores de rodas “Corumbá” e “Antonio João”; e 8 lanchas a vapor, 3 pontões, 2 pequenos vapores, sendo 1 a hélice, 3 chatas, 1 chalana e 1 lancha a remos.

Em 1905, existiam o Encouraçado “Bahia”, as Canhoneiras “Carfoça” e “Iniciadora” e o Aviso “Fernandes Vieira”.

Registros de 1914 relacionam, além do “Fernandes Vieira”, também os Avisos “Vidal de Negreiros” e “Oiapoque”, o Monitor “Pernambuco” e o Caça-Torpedeiro “Gustavo Sampaio”.

Em 1940, foi incorporado o Monitor “Paraguçu”, que deu baixa em 1971.

Atualmente, a Flotilha é composta pelos: Monitor “Parnaíba”, que em 1987 completou 50 anos de incorporação à MB, sendo atualmente o mais antigo navio em serviço ativo, o último a ter participado da 2ª Guerra Mundial e o único movido por máquina alternativa, que utiliza o óleo “Bunker”; o Navio de Transporte Fluvial “Paraguassu”, ex “Guaraçuva”, do Serviço de Navegação da Bacia do Prata (SNBP), construído na Holanda em 1951 e incorporado em 20/06/1972; Navio-Tanque “Potengi”, construído na Holanda em 1938 e incorporado a 28/07/1938; Aviso de Transporte Fluvial “Piraim”, ex “Guaicurus” do SNBP, incorporado no início da década de 1980; a Embarcação de Apoio Fluvial “Antonio João”; e um Grupo de Embarcações, com EDVP e Lanchas-Patrolha.

Está prevista, para breve, a ativação de um Destacamento de Aviação Embarcada, cujas instalações já foram prontificadas.

E para que se tenha uma idéia de como a Flotilha e o Gru-

pamento se adestram anualmente, aí vai uma relação parcial das Operações realizadas em conjunto, por ambos: em janeiro, a "PIQUIRI", até Cuiabá/MT; em FEV/MAR, a "DESCALVADO", até Cáceres/MT; duas Operações com a participação da FFE, uma em cada semestre – nos anos pares, denominam-se "PRÉ-NINFA" e "NINFA", juntamente com a Marinha Paraguaia, e, nos anos ímpares, "RIBEIREX-PANTANAL" I e II; uma Operação em que o Comando da Força-Tarefa Ribeirinha é atribuído ao Comandante do Grupamento – a "ALAGADOS"; quatro Operações – "FLUVIAIS I a IV" – em apoio ao Exército Brasileiro; e uma viagem anual, de representação, ao Paraguai, conduzindo um destacamento de desfile para as comemorações da Independência daquele país. Ultimamente, essa comissão tem-se estendido a alguns portos da Argentina.

Acresçam-se, a essas movimentações, os demais treinamentos individuais e de equipes, realizados pela tropa e pelas guarnições dos navios, que incluem, para os primeiros, diversos acampamentos e exercícios de tiro, e, para os últimos, deslocamentos curtos, para treinamento de conscritos, manobra de embarcações miúdas, tiro e outros. Como se vê, o adestramento, em Ladário, é farto e variado !

9 – Conclusão

Durante anos, o vocábulo "Ladário", para os militares da MB, se constituiu em sinônimo de "castigo". Com efeito, em uma época em que o trem só chegava até Porto Esperança, onde se tinha de embarcar no vapor "Fernandes Vieira", para atingir Ladário e Corumbá – que também ainda não se interligavam pela pequena rodovia de 6 km – a vida era bem mais difícil, no Pantanal Mato-grossense.

Ainda hoje, há quem indague, dos designados para aqui servir "o que é que você andou fazendo de errado?". Algumas gerações ainda não se passam, até que esses conceitos se desvanecem por completo...

Entretanto, é curioso observar que, dentre os que por aqui passaram, dificilmente se encontram os que não registrem boas lembranças dos períodos em que aqui residiram; e quantos têm retornado, mesmo sem terem deitado raízes nesta terra, por via matrimonial ou econômica, como já tem sucedido a muitos.

Talvez porque as tão decantadas mazelas locais – calor, mosquitos, lonjura – percam toda sua expressão diante dos feitiços pantaneiros, que sorratamente vão-nos invadindo a alma, quando miramos um pôr-do-sol sobre a planície vasta onde corre o Paraguai; ou quando o aroma dos churrascos nas fazendas, embalados pelo canto de polcas, nos inebria e convida a uma como que comunhão com a gente local; ou quando nossos sentidos são sensibilizados pelas imagens e sons do Pantanal, produzidos pelos milhares de animais de terra, água e ar, convivendo harmonicamente em seu santuário ecológico.

E principalmente quando todo esse espetáculo é presenciado de bordo dos navios da Flotilha de Mato Grosso, ou em terra, enquanto a tropa de Fuzileiros Navais evolui no Pantanal, é que sentimos o quanto vale não apenas aqui residir, mas, principalmente, aqui servir à Marinha do Brasil – presença marcante, de mais de um século e meio no centro-oeste, forjando homens para a Pátria, no mesmo cenário onde nossos heróis mais cultuados cumpriram seu dever até o sacrifício.

Assim procurei descrever este longínquo Ladário – e não, como intitulei o artigo, “as quatro vezes em que servi em Ladário...”

Permanece, todavia, uma certa dúvida quanto a ter atingido o efeito desejado, eis que, no dizer de ELBERT HUBBARD...

“... os escritores raramente escrevem o que pensam: limitam-se a escrever o que pensam que os outros pensam que eles pensam!”.

UMA ESTRANHA NO AREÃO

por Octayde Jorge da Silva

Tenho a impressão de que li. Mais ainda: de que até recebi um convite. Um telegrama. Não foi somente o jornal... que me chamou a atenção.

Era a inauguração de uma *creche!*... Ou de um *centro comunitário*. Se não me engano... no *Areão*.

A essa época... trinta dias antes das eleições ... eram tantas as inaugurações algumas até "*debutando*" pela segunda vez – como muitos foram os convidados. Assim... recebi um convite, como recebi para todos os *cortes-de-fita*, que se fizeram nesse período. E quantos !

Contudo, este de que estou a tratar, me deixou assustado. Nunca vi cousa tão *fora de prumo*... tão de *viés*. Sem dúvida, um *espanto*. *Olga Prestes*... quem diria... foi parar no *Areão*!

O ato agredia. Pior que isso: marcava uma presença insólita. Mas... *não veio protesto*. Ninguém contestou. Já não se fazem mais *clãs* como antigamente. Nem os ecologistas protestaram. Eles que são tão ciosos da poluição do meio ambiente!... ficaram calados os que cuidam das raízes as tão solicitadas origens... Poluição psico-social. Da história. Afronta à cultura de um povo. Mas, ultimamente – espero que esteja equivocado na minha observação – tenho achado que os ecologistas nossos... mais perturbam do que educam. E nem todos entendem do que pretendem ensinar. Nem praticam.

Porque sem dúvida, foi um *tapa na cara*. Ir buscar na Alemanha de cinco décadas atrás, um nome para ser creche no *Areão*!... E mais – tão pouco tempo estive no Brasil... onde só fez agitar e intraquilizar a nossa tão imperturbável hospitalidade.

Mas... é assim. A tão zelosa *cuiabania* não se sentiu ferida nos seus brios. Os nossos *foros* estão muito voltados para a condescendência. O *ético*, o *moral*, não contam muito. O que vale é o *conveniente*. Se a *cuiabania* leu, fez-se de quem não viu. Se observou, fez-se de desatenta. Calou-se.

.....

Todavia, os mortos se indignaram ante o insulto. Sei disso.

Foi assim que vi a *Hermínia*, mulata desenvolta, cor de azeitona, mulher de meia idade, transpirando a saúde, braços roliços de tanto *esfregar roupa*, pulsos abertos de *puxar e baldear* água do poço!... *Hermínia*, cabelos já embranquecendo por baixo da *pituca*, uma espécie de dona do *Areão*. Pena que esteja morta!... Mas sei que ela não gostou.

Passava altiva, nos domingos, de tardezinha, rumo de casa, no seu *costume branco*, zelado como se pergaminho fosse. *Hermínia*... eu

a ouvia gritar... ela, o Gérson, bem junto ao outeiro do Rosário... contra tamanha blasfêmia histórica: *Olga Prestes no Areão*.

Vivesse ela ainda, nas suas décadas de ouro... os anos 30, 40 e 50... e tamanho insulto não seria consumado. Mesmo com os dedos sofredos de esfregar os *pareios brancos*, braços a sentir a visita do reumatismo, na *engomação a muque*, fazendo estalar o ferro em brasa, no farelo da *vela estearina*, para dar brilho e forma na quina do *linho 120*, Hermínia teria protestado, da janela de sua morada, que ficava no trecho mais alto da antiga *rua do Areão*, antes que nela desembocasse a *rua Caridade* e viesse a tomar o rumo do *Coxipó*.

Hermínia deve ter tremido no túmulo. Com ela o Gérson... e tantos mais. Ora veja, quem diria: *Olga Prestes no Areão!*...

Curioso até onde vai o arbítrio. Impingir à comunidade um nome... que, se é admirado no país, o é por poucos e só por um grupo pequeno, uma esquerda retrógrada, maquiavélica e ideologicamente mentirosa.

Será que lustra ou ilustra o Areão, o nome de Olga Benário Prestes, com tanta gente em Cuiabá, que aqui nasceu ou aqui está em trabalho constante, diuturno, em prol da comunidade, crescendo, sofrendo, chorando e cantando com os seus sabiás e as suas palmeiras, seus mangueirais frondosos e os cajueiros carregados como se fossem agrestes e esparramadas árvores de natal?...

Sem dúvida, o batismo da creche, naquela antiga rua poeirenta, chão de areia, barro avermelhado, quando chovia, sinuosa e escaldante nas tardes de agosto – foi um *desrespeito cívico e urbano*, foi de uma *insensatez política* a toda prova. Afinal... o apetite ideológico de um... ou de um grupo... não pode ser saciado numa homenagem cívica, onde o povo recebe como nome a ser reverenciado, quem nunca viu, nem nunca desejou, e que daqui não tinha nem o vislumbre da existência.

Que relacionamento afetivo, cívico ou político, social, cultural ou histórico, guardam Cuiabá, o Areão e Olga Benário Prestes?... Que serviços prestou ela a Cuiabá?... que trabalhos deixou para os cuiabanos do Areão admirarem o seu perfil sócio-comunitário? A vontade de um... é mais forte que a de meio milhão?...

Não se pode, assim, impunemente, descaracterizar a fisionomia cultural de um bairro ou reformular à força, o seu perfil histórico, apenas para a satisfação de desejos íntimos, que, até ideologicamente podem ser contestados !...

A cidade não é de um. Ou de um pequeno grupo. A cidade é a sua imensa maioria. Já foi afrontada, há menos de seis meses com o nome de um dentista chileno, só porque era de esquerda, no batismo de uma Escola, no bairro Dom Aquino. O "Príncipe" deve estar amargurado. Dom Aquino acolhendo Salvador Allende !...

E onde fica a *Diva Hungueney* e a Jaira Cuiabano... as Fortunatos, a Almira... as irmãs Saliés e a Hermínia Torquato, a Marina Brandão e a Maria Catarina de Figueiredo? Não há escolas para os seus nomes?

No entanto sobrou honraria para Salvador Allende !...

E a Gracildes ?... tão esposa ... tão mãe ... tão educadora !... numa batalha sem esmorecimento e anônima, há tanto tempo !... Fazendo a cabeça *sadiamente*, de tantas e muitas gerações !... Não poderá ser ela o nome da Creche ?... Por que Olga Prestes ?... A Gracildes está aqui há mais de 50 anos. E *trabalhando*. E a Prestes ?... Há quantos anos, e que serviços prestou ?...

Ofendido, como toda a *Cuiabania*, deve estar o *participativo* povo do Areão, que, certamente, não foi consultado !...

A mim me pareceu um duplo desaforo. Ou melhor, uma afronta e uma provocação.

Sim ... porque em que pese a *persuasiva doutrinação das esquerdas*, tentando educar o povo brasileiro contra a memória de Filinto Müller, quem entregou Olga Prestes à Gestapo, não foi ele !... Só o raciocínio de um rinoceronte, poderia aceitar que, numa ditadura como a de Getúlio Vargas um Capitão Chefe de Polícia, expulsaria Olga Prestes, do Brasil, entregá-la-ia a Hitler, sem o consentimento ou à revelia do ditador !...

Quem assinou o decreto de expulsão de Olga Berger, ou

Maria Prestes, ou outros muitos nomes de que ela se servia, foi o próprio Getúlio Vargas, por indesejável e nociva aos interesses nacionais. Foi dele, Getúlio, a ordem para que Olga Prestes fosse deportada e entregue à Gestapo, com providência de embarque num navio alemão... mas com nome espanhol (Lã Coronã) – ancorado em porto brasileiro.

Entende-se por que as esquerdas culpam Filinto. Afinal, depois, Prestes aliou-se a Getúlio, em memorável comício, no Pacaembu, em São Paulo, em 1945. A política em muitos homens que só vivem dela, sempre esteve acima da verdade ... e dos próprios sentimentos humanos.

O que não se estende é a provocação descabida que se fez, às *barbas de todo mundo*, com a entronização do nome de Olga Prestes, em Cuiabá, num bairro como o *Areão* !...

Também não se explica por que motivos os que tinham por muitas e inarredáveis razões, o dever do protesto ... calaram-se. Ouviram a provocação... à queima roupa. E aceitaram.

Será que os sentimentos já estão, nesta geração, tão adormecidos ou relegados ... a este ponto ?...

Homenagens apropriadas e sensibilizadoras são as que foram prestadas a um *Faria Vinagre* ... a um *Clóvis Pitaluga de Moura*. E há outros nomes ainda por reverenciar. E muitos.

Chegada é a hora de corrigir os enganos ... ou apagar as malícias. A casa está cheia de gente ilustre. Basta querer conhecer-lhes os nomes. E apontá-los como exemplos à comunidade cuiabana. Olga Prestes, no *Areão*, é pura provocação !...



OS BODSTEIN

Wilson Oacyl Bodstein

Com a destruição de Jerusalém, no ano 70 da nossa era, ocorreu a Grande Diáspora: os judeus foram dispersados por todos os países. Na Idade Média, nos séculos VI a XI, a maioria do povo judeu resi-

dia ainda no Oriente: Babilônia, Pérsia, Arábia, Síria, Palestina e Egito, e a minoria se achava espalhada pelo Ocidente, nos países europeus: Itália, Bizâncio, Espanha, França, Alemanha e Rússia. A partir do final do século XI dá-se o fenômeno inverso: no Oriente só resta uma pequena parcela do povo hebreu, enquanto a maioria encontra-se no Ocidente, convertendo-se em grandes centros do judaísmo a Espanha, a França, a Alemanha e outros países europeus. Concentrando-se nas mãos dos judeus grande parte do comércio mundial, pois eram eles desde os mais remotos tempos os intermediários mercantis entre a Ásia e a Europa, passaram a ser objeto de perseguições por parte dos cristãos, chegando até a serem expulsos de vários países. Com os constantes progíoms de que eram vítimas, causando a destruição de seus lares, o despojo dos bens e até assassinatos, muitas famílias mudaram o sobrenome, esperando, com isso, passarem despercebidas.

Em pesquisas realizadas em livros especializados em heráldica e genealogia, ficou apurado que a família Bodenstein, de origem israelita-prussiana, tem provavelmente cerca de oitocentos anos; uma parte emigrou para a Polônia e outras para a Rússia, onde se fixou especialmente em Odessa, no Mar Negro. Tendo Catarina II, da Rússia, cognominada A Grande, movido duas guerras contra os turcos (1768-1774 e 1775-1785), delas participou um Bodenstein, que veio a receber uma comenda, tendo assim origem o brasão da família, que possui o quarto crescente em virtude da luta contra os muçulmanos e encontra-se registrado, dentre outros, no livro ILLUSTRATIONS TO THE ARMONIAL GÉNÉRAL, impresso na "Heraldry Today" (10, Beauchamp Place, London, S.W.3, 1967, Pl. CCXXXVIII), de autoria de J.-B. Rietstap. Por perseguição ocorrida na Alemanha, o nome Bodenstein (*böden* = solo, piso, chão, assoalho, terra, base; *stein* = pedra, rocha), foi mudado para Bodstein, para descaracterizar a origem semita, uma vez que *bod* nada significa.

O membro mais antigo de que se tem notícia é o Comendador Adolf Bodstein, nascido em Breslau, na província da Silésia, na metade do século XVIII, e casado com Gertrude Graumann Bodstein. O único filho conhecido desse casal é Ferdinand Bodstein, auditor de guerra, nascido em Berlim, em 1832, e morto na guerra franco-prussiana; casado com Frederica Bodstein, tiveram os seguintes filhos, todos nascidos em Berlim: Karl, militar, falecido na Batalha de Saint Cloud, na França, em 1870; Jorge, engenheiro; Arthur, advogado, radicado em Londres, casado com Maud Clayton Bodstein; Maria, casada com o Major Edward von Malven,

morto na batalha de Lotz, na Rússia, em 1915; Clara, casada com o Major Arthur von Ireskow, morto na batalha do Marne, na França, em 1916; e Eugênio, médico, casado com Emma Holten Bodstein.

O filho Jorge nasceu a 4 de novembro de 1857; diplomou-se em engenharia, em Berlim, em janeiro de 1881, e especializou-se em agrimensura e geografia. A 1º de setembro de 1883 foi aprimorar os seus estudos na França e na Inglaterra, e, com a mesma finalidade, dirigiu-se para São Francisco, nos Estados Unidos, onde chegou a 2 de novembro de 1884.

Qual novo Abraão, resolveu deixar definitivamente a sua pátria, de grande desenvolvimento e cultura, e parte para uma terra nova e desconhecida; seguiu, a 6 de agosto de 1885, para a América do Sul, tendo percorrido os estados brasileiros de Pernambuco, Bahia e Rio de Janeiro, e prosseguiu viagem para Buenos Aires, Santiago, Valparaiso, Antofagasta, Iquique, Callao, Lima, Arequipa, Sucre, Potosi, La Paz, fixando residência em Santa Cruz de La Sierra, na Bolívia, onde chegou a 2 de fevereiro de 1886, vindo a contrair matrimônio, nessa cidade, a 25 de setembro do mesmo ano, com a senhorita Edelmira Rocca Guez.

No ano seguinte mudou-se para Mato Grosso, onde nasceram seus filhos Manoel Ignacio (1887), Jorge Belizario (1888), Clara Edelmira (1890), Leonora Gertrudes (1892), Justa Emilia (1894), Antonio Alfredo (1895), Carlos Fernando (1897), Maria Petrona (1900), Emília Gertrudes (1901), Luiz Carlos (1902) e Jovita Eliza (1906).

Na sua atividade profissional, após proceder à medição de terras na localidade de San Ignacio, na Bolívia, executou idêntico trabalho em Descalvados, São Luiz de Cáceres, em Mato Grosso. Convidado pelo governo desse Estado, realizou em 1895, medições e demarcação de terras e estudos geográficos em vários pontos do território mato-grossense, para abertura de estradas de rodagem, ligando as distanciadas regiões à capital do Estado, para possibilitar o incentivo à agricultura, à pecuária, à indústria e ao comércio. Em 1897, no governo do Dr. Antonio Corrêa da Costa, prestou exames para legalizar no Brasil o seu diploma de engenheiro agrimensor. No governo do Dr. Antônio Paes de Barros chefiou uma comissão de abertura de estradas de rodagem, de Cuiabá a Belém do Pará.

Com a idade mais avançada, dedicou-se ao magistério, le-

cionando línguas (alemão, inglês e francês), pintura e desenho, tendo mantido, por vários anos, o "Studio de Pintura Clássica e Desenho Artístico", e organizado várias exposições, como a I e a II Exposição de Pintura, realizadas nos anos de 1935 e 1937, ambas em comemoração ao Dia da Pátria, e patrocinadas pela Academia Matogrossense de Letras, na Casa Barão de Melgaço.

Convertido ao cristianismo – talvez os seus ascendentes próximos também assim procederam –, era luterano, e tornou-se mais tarde católico praticante.

O meu saudoso avô Engenheiro Jorge Bodstein, que veio a falecer aos 11 de novembro de 1944, em Aquidauana, Mato Grosso do Sul, com 87 anos e 7 dias de idade, é o patriarca da família Bodstein na América e, como o patriarca Abraão, teve a sua descendência grandemente multiplicada, disseminada por quase todos os rincões desta imensa Nação, que constituiu a sua verdadeira Pátria, pois aqui viveu 57 anos, contribuindo para o progresso do Estado de Mato Grosso.



O PARLAMENTARISMO NO BRASIL

por António de Arruda

1 – Introdução

Os constituintes de 1938 tentaram, de início, mas não ousaram implantar o sistema parlamentar de governo. Preferiram delegar a decisão ao eleitorado, por meio de um plebiscito a ser realizado em 7 de setembro de 1993, ocasião em que será decidido também o possível retorno do País à forma monárquica (art. 2º das Disposições Constitucionais Transitórias).

Assim, o problema continua em pauta, pelo que parece oportuno relembrar a experiência parlamentar no Brasil – não o simulacro de parlamentarismo do começo da década de 60, mas o que se praticou durante o Império. A própria vigência constitucional desse período foi realmente notável. A Constituição imperial durou 65 anos e só teve uma reforma – o Ato Adicional de 1834 – enquanto, na República, o número de

Constituições já chegou a cinco, além de muitas reformas. Esses dois fatos contrastantes merecem reflexão.

Por outro lado, adverte Giovanni Sartori, a Democracia é um produto histórico, ou seja, só adquire sucesso e dinamismo quando surge em condições criadas espontaneamente para seu funcionamento. Quando uma forma democrática é transportada para húmus histórico diferente, alguma coisa imprevisível e incontrollável sempre ocorre ¹.

A verdade dessas palavras de Sartori se comprova com a verificação de que a Democracia só progrediu realmente em alguns países em que ela se efetivou dentro de um ambiente histórico-cultural próprio. São os casos exemplares da Inglaterra e dos Estados Unidos – onde se moldaram os sistemas parlamentar e presidencial – que serviram de modelos para outros países, nem sempre com êxito. O Império Brasileiro oferece algo semelhante e que poderia ter frutificado, sem dúvida, se encontrasse um tempo histórico mais dilatado. É o que se pode constatar com a análise das raízes do parlamentarismo no Brasil e de sua evolução.

O parlamentarismo se assenta basicamente na responsabilidade do Ministério, ou Gabinete, perante a Câmara, que pode afastá-lo do cargo, mediante voto de desconfiança. Em face deste princípio, os Ministros devem ser escolhidos dentre elementos do partido – ou coligação de Partidos – com maioria na Câmara. Sem esta maioria, o Gabinete não poderia subsistir, dada a ocorrência inevitável do voto de desconfiança. Estabelecido, porém, o conflito entre as duas forças políticas em jogo, o Chefe de Estado pode dissolver a Câmara em consulta à nação, convocando eleições para sua renovação.

No sistema presidencial não há essa vinculação entre o Executivo e o Legislativo. O Presidente da República pode nomear ou afastar livremente o Ministério, ao passo que, por outro lado, não tem a prerrogativa de dissolver o Parlamento. A crise entre os dois poderes só se resolveria, normalmente, com a renovação dos mandatos, na época própria.

1) Giovanni Sartori – Teoria Democrática. Trad. de Francisco Rocha Filho e Osvaldo Blois, Fundo de Cultura, Rio, 1965, p. 352.

O mecanismo do sistema parlamentar é, assim, muito mais complexo e delicado. Joaquim Nabuco o comparou a um relógio que marca até os segundos da opinião, ao passo que o presidencialismo só marca as horas ².

E esse mecanismo teria sido previsto pelos que forjaram nossas instituições políticas no Império? Certamente não. E, no entanto, à margem dos textos constitucionais, o parlamentarismo foi-se consolidando até ser afinal institucionalizado. Vejamos como isso pôde ocorrer.

2 - O início do processo: a formação do Império

A formação do Império no Brasil foi uma solução de compromisso entre o Príncipe Regente, D. Pedro, e a elite que promovera a Independência. Em contraste com a América Espanhola, a nossa libertação se deu quase sem luta. Prevaleceu, no caso, a vocação pacifista, uma das características do povo brasileiro, a qual se tornou constante em nosso processo histórico-cultural. Em toda a evolução da nacionalidade preponderou sempre o espírito de conciliação, uma das causas básicas da nossa integração política e social.

A implantação do Império Brasileiro se deu na fase mais brilhante do constitucionalismo e do liberalismo que dominava o mundo, em oposição ao absolutismo dos reis. A convocação de uma Constituinte para elaborar uma Constituição que deveria reger o País traduzia bem essa aspiração geral.

Mas o Príncipe não era a pessoa indicada para aquela emergência. Jovem, de temperamento ardente, estava longe de corresponder ao tipo de monarca constitucional que os brasileiros idealizavam. Proclamado Imperador, D. Pedro passou a dar sinais claros de que seu estilo não seria diferente do absolutismo com que seus avós governaram Portugal. Daí a ruptura entre ele e o Partido que fizera a Independência.

Convocada a Constituinte, logo no início de seu funcionamento surgiram vários incidentes em que foi envolvida a pessoa do sobe-

2) Joaquim Nabuco - Minha Formação. Companhia Editora Nacional, S. Paulo, p. 18.

rano. Após represálias de toda espécie, D. Pedro dissolveu a Assembléia, mandando prender e deportar alguns Deputados, inclusive os irmãos Andradas.

Esse fato repercutiu desfavoravelmente na opinião pública, que começou a dar sinais de descontentamento, refletido na imprensa. A fim de serenar os ânimos, o Imperador resolveu nomear uma comissão para redigir uma Constituição, prometendo ser tão liberal quanto a que a Constituinte poderia votar. Essa Constituição, que teve por base um projeto anterior de Antonio Carlos de Andrada, foi afinal promulgada em 25 de março de 1824.

A Constituição estava impregnada do liberalismo da época, havendo um capítulo dedicado à garantia dos direitos individuais clássicos. A suspensão destes direitos só seria possível quando o exigisse a "segurança do Estado", nos casos de rebelião ou de invasão de inimigos (art. 179, § 35). Para isso, era necessário um ato especial do Poder Legislativo ou, excepcionalmente, do governo, quando não estivesse reunida a Assembléia e corresse a Pátria iminente perigo. Note-se aqui a idéia de segurança, que já então existia e que não é, pois, tão nova como geralmente se pensa ³.

A Constituição adotou a forma unitária de Estado, com a divisão do País em províncias. O Parlamento era composto de uma Câmara eletiva e temporária e de um Senado vitalício. Foi criado um Conselho de Estado, de caráter permanente, com funções consultivas nas questões graves.

Na divisão de poderes, a Constituição inovou, pois, além dos três poderes clássicos, criou o Poder Moderador, inspirando-se na doutrina formulada por Benjamin Constant e por outros escritores franceses. O Poder Moderador seria exercido pelo monarca, que se transformava em um centro de equilíbrio. No exercício desse Poder, o Imperador podia nomear e demitir livremente os Ministros de Estado (art. 101, § 6º).

3) O art. 122, § 15, estabelece também como atribuição do Imperador, na qualidade de Chefe do Poder Executivo: - "prover a tudo o que for concernente à segurança interna e externa do Estado, na forma da Constituição."

Desse modo, a Constituição do Império endossaria o que hoje chamamos sistema presidencial, mas não se pensava, ao ser elaborada, nem nesse nem no sistema parlamentar. O que se buscava era a criação de uma Monarquia Constitucional. Dentro dessa idéia, a Constituição definiu o governo do Império como "monárquico-hereditário, constitucional e representativo" (art. 3º).

Apegando-se a essa expressão "governo representativo", os liberais da época, com assento na Câmara, iniciaram um movimento dos mais originais em nossa história política, que foi a construção do parlamentarismo. É que a Câmara, logo após sua instalação, inspirando-se na prática inglesa, passou a exigir do Imperador que a escolha dos Ministros recaísse entre os Deputados, porque só assim o governo seria "representativo" como determinava a Constituição.

O primeiro parlamento do Império instalou-se em 1826 e nele tiveram assento nomes já consagrados, como Araújo Lima (Marquês de Olinda), Gonçalves Ledo, Diogo Feijó, José Clemente e outros. Estreou também nessa sessão um moço de pouco mais de 30 anos, Bernardo Pereira de Vasconcelos, que havia de tornar-se o mestre do parlamentarismo no Brasil e o maior legislador do seu tempo, autor do Ato Adicional e dos Códigos Criminal e Processual do Império.

Nesse mesmo ano de 1826, D. Pedro foi ao Rio Grande do Sul, por causa da campanha então sustentada contra o governo de Buenos Aires. Na sua ausência adoeceu gravemente a Imperatriz D. Leopoldina, que veio a falecer. Quis visitá-la a Marquesa de Santos, no que foi impedida pelos Ministros presentes, com exceção do da Guerra. Ao voltar, exonerou todos os ministros que se opuseram à visita da amante à esposa. Esta mudança do Ministério por um capricho imperial trouxe descontentamento e marcou o início da luta da Câmara contra D. Pedro.

Nas sessões de 1826 e 1827, a oposição da Câmara ao Imperador tinha já o intuito evidente de forçá-lo às normas do sistema parlamentar (ou representativo, como se dizia), a fim de que o Ministério fosse o verdadeiro orientador da política do governo e que os Ministros gozassem da confiança da Câmara. Em agosto de 1827 o Imperador capitulou, em parte, formando um Ministério composto exclusivamente de

membros do parlamento. Foi o primeiro "Ministério Parlamentar", organizado por Araújo Lima ⁴.

Mas, em 1828, houve um motim na tropa, que saiu à rua cometendo tropelias e matando mais de 100 pessoas. Indignado, o Imperador demitiu o Ministro da Guerra. Araújo Lima ressentiu-se com a saída imprevista do colega e se afastou do cargo, no que foi acompanhado por dois Ministros. O fato repercutiu na Câmara, que recrudescceu a sua oposição ao governo, culminando com um processo contra os Ministros da Justiça e da Guerra, por crime de responsabilidade. Exasperado, o Imperador resolveu antecipar o encerramento da Câmara, enviando-lhe a seguinte lacônica mensagem: "Augustos e digníssimos senhores representantes da nação brasileira: Está fechada a sessão."

Em 1830, após novas eleições, a Câmara deu início à segunda legislatura do Império, tão aguerrida quanto a outra.

À oposição da Câmara deve-se acrescentar a da imprensa. Em 1830, informa Pandiá Calógeras, havia no País 53 jornais, todos oposicionistas, com exceção de onze ⁵. Dentre eles, destacava-se a "Aurora Fluminense", fundada em 1827 por Evaristo da Veiga, que saíra de uma tipografia modesta para criar um verdadeiro modelo de jornalismo político, sério e honesto, que procurava orientar a opinião pública, afastando-a das lutas estéreis.

O ano de 1830 foi agitado. Em S. Paulo, os estudantes de Direito promoveram manifestações públicas de regozijo pela revolução que, na França, destronou Carlos X, sendo todos processados. O jornalista Líbero Badaró, que tomou a si a defesa dos estudantes, foi assassinado. É fácil calcular a celeuma que esses fatos suscitaram. Indo D. Pedro a Minas, foi recebido com dobres de sino pela morte de Badaró. Na volta os portugueses quiseram desagravar o Príncipe, recebendo-o com fogos e luminárias (já a esse tempo D. Pedro era alcunhado de "adotivo", isto é,

4) João Ribeiro - História do Brasil, Liv. Francisco Alves, 4ª ed., p. 462.

5) Pandiá Calógeras - Formação Histórica do Brasil, vol. 42 da "Brasiliana", 5ª ed., p. 159.

português). Os brasileiros que tentaram apagar os fogos foram recebidos com pedras e cacos de garrafas: foi a "Noite das Garrafadas".

Afinal, sobreveio a crise, em abril de 1831. Vinte e três Deputados e o Senador Vergueiro tinham feito uma representação a D. Pedro, pedindo-lhe a punição de vários crimes ali enumerados, inclusive os decorrentes das garrafadas, sob pena de perder o povo brasileiro a confiança que convinha ter no governo, vingando por si mesmo sua honra e brio tão indignamente maculados. Frisavam que não são os aduladores que salvam os Impérios, mas os que têm coragem para dizer a verdade aos Príncipes, ainda que esta não os lisonjeie.

Novamente D. Pedro contemporizou, recompondo o Ministério com nomes retirados do parlamento, mas, dois dias depois, o desfez, organizando outro com figuras apagadas.

No dia seguinte, 6 de abril, o povo reuniu-se no Campo de Santana, onde uma representação enviada pelo Imperador foi rasgada, aos gritos de "abaixo o Ministério". Os juizes de paz foram em comissão comunicar ao Imperador o desejo do povo, que era a volta do Ministério anterior, mas D. Pedro lhes exibiu o artigo constitucional que lhe dava o direito de escolher livremente os Ministros. A Câmara estava fechada, mas os Deputados que se achavam no Rio puseram-se à frente do movimento, pedindo ao General Francisco de Lima e Silva a sua intervenção junto ao Imperador. Lima e Silva acedeu e foi pedir ao Imperador que satisfizesse a vontade popular, sem resultado. Afinal, a tropa confraternizou-se com o povo e o General Lima e Silva voltou ao Imperador para comunicar-lhe este fato, aconselhando-o a que, ao menos, organizasse outro Ministério, uma vez que não queria reintegrar o anterior. Já de madrugada, D. Pedro mandou procurar o Senador Vergueiro para formar novo Ministério, mas ele não foi encontrado. D. Pedro recolheu-se então ao seu gabinete e de lá voltou com o ato de abdicação.

Foi um desfecho inesperado. O 7 de abril foi uma verdadeira *journée des dupes*, disse-o Teófilo Otoni, na famosa "Circular aos Eleitores de Minas Gerais". E Nabuco, numa página antológica ⁶, mostrou a

29.

6) Joaquim Nabuco - Um Estadista do Império. Ipê, 1949, vol. 1º, p.

decepção de todos: do Exército, licenciado, logo depois, pelos vitoriosos; dos exaltados, postos à margem também – porque a fatalidade das revoluções é que sem os exaltados não é possível fazê-las e com eles é impossível governar; enfim, a maior decepção foi do País, colhido de surpresa pela abdicação.

De qualquer modo, a Câmara conseguira ganhar sua primeira grande batalha na luta pela implantação do Parlamentarismo, mas não era ainda o triunfo definitivo.

3 – O Parlamentarismo durante a Regência: triunfo

Em junho de 1831, foi eleita pelas duas Câmaras do Parlamento, nos termos da Constituição, a Regência trina composta de Francisco de Lima e Silva e dos Deputados José da Costa Carvalho e João Bráulio Muniz, para governar o Império durante a menoridade do herdeiro do trono, D. Pedro II. A Regência organizou novo Ministério, do qual fazia parte, pela primeira vez, Bernardo de Vasconcelos, que nesses anos pugnara contra a política absorvente do Imperador.

Durante a Regência trina o sistema parlamentar tivera algum progresso, pois a Câmara conseguira até derrubar um dos Ministérios pelo voto de desconfiança, expresso na rejeição de um projeto de emissão de papel moeda. Enfim, nesse período, reinou completa harmonia entre a Câmara e o Governo.

Em 1834, o Partido Liberal, no poder, resolveu transigir com os seus correligionários exaltados, reformando a Constituição através do Ato Adicional. Esta reforma duplicou a autonomia das províncias, para atender aos que preconizavam a Federação e a República e estabeleceu uma espécie de experiência republicana, com a eleição direta do Regente por 4 anos.

O Padre Feijó, que tinha sido a figura central do governo anterior, foi eleito Regente, mas o seu prestígio se desgastara. Não quis ele continuar com as práticas do sistema parlamentar já iniciadas e passou a sofrer violenta oposição da Câmara, liderada, como sempre, por Bernardo de Vasconcelos.

Em 1837, foram presos Bento Gonçalves e outros chefes da

Revolução dos Farrapos, e o governo, ao invés de prosseguir na luta e liquidar a resistência dos rebeldes, resolveu entrar em negociações com os mesmos. Nesse ínterim, fogem Bento Goçalves e outro chefe, voltando para o teatro das operações. A repercussão destes fatos foi enorme, sendo o Regente acusado de conivência com os revolucionários. Feijó compreendeu que só poderia governar com Ministros tirados da maioria parlamentar, mas, caráter indomável, não quis ceder, preferindo renunciar ao posto. Nomeou Ministro da Justiça o chefe do partido Conservador, Araújo Lima, passando-lhe o exercício interino da Regência, sendo este pouco depois eleito para o cargo. Era o segundo Chefe de Estado que caía, trágado pela oposição da Câmara, na sua luta pela implantação do parlamentarismo.

O novo Regente Araújo Lima organizou seu primeiro Ministério com figuras eminentes, como Bernardo de Vasconcelos, Miguel Calmon du Pin e Almeida, futuro Marquês de Abrantes, Maciel Monteiro, Sebastião do Rego Barros e Rodrigues Torres, mais tarde Visconde de Itaboraá. Foi o chamado Ministério das Capacidades, um dos governos fortes do Império, segundo Nabuco ⁷.

Bernardo de Vasconcelos, Ministro da Justiça, expediu circular aos Presidentes das províncias, recomendando-lhes o respeito às leis, mas notando-lhes que o exercício do governo necessitava de força para o bem e prevenir o mal, e esta força devia provir de um regime de responsabilidade dos governantes em relação aos seus atos. No início da sessão de 1838, um dos Deputados interpelou o governo sobre a política que pretendia seguir. Estando ausente Bernardo de Vasconcelos, respondeu o Ministro da Fazenda, Miguel Calmon, afirmando que o programa do governo estava na circular do Ministro da Justiça, e acrescentou que a administração se sujeitava ao regime representativo: exigia o apoio da Câmara, e, se este lhe faltasse, se retiraria.

Pela primeira vez o governo reconhecia explicitamente o sistema parlamentar (ou representativo, segundo a nomenclatura da época): após 12 anos de luta, a Câmara obtinha afinal a vitória.

Em 1840, foi proclamada a maioria do Imperador antes

⁷ Um estadista do Império, cit., vol. 1º, p. 41.

de completar os 15 anos. Isto foi resultado de um movimento irrompido na Câmara pelo Partido Liberal, tendo à frente António Carlos. Em maio daquele ano, o relator da resposta à Fala do Trono, Aureliano de Souza e Oliveira Coutinho, fez inserir o júbilo da Câmara pela aproximação da época em que o Imperador completaria a maioridade. Esta expressão foi suprimida pela maioria conservadora, e os liberais, com muita astúcia, apresentaram um projeto trazendo a exame a declaração da maioridade imediata do Imperador. Os conservadores propuseram o adiamento da Câmara, mas António Carlos e seus partidários abandonaram o recinto, foram ao Senado, promoveram manifestações populares, indo à presença do Imperador pedir-lhe que assumisse, desde logo, o exercício das funções. Afinal, o Regente Araújo Lima foi com Rodrigues Torres ouvir o Imperador, que respondeu com o famoso *quero já*, pondo fim à Regência. No dia seguinte, o Congresso reunido proclamou a maioridade – a qual, aliás, já era uma aspiração nacional.

4 – Segundo Reinado: Institucionalização do Parlamentarismo

No Reinado de D. Pedro II, o parlamentarismo implantou-se definitivamente no Brasil. Em 1847, foi criado o cargo de Presidente do Conselho de Ministros, que institucionalizou o sistema, facilitando sua evolução e permitindo que fosse adotado com todos os seus princípios. O Imperador passou a delegar ao Presidente do Conselho ampla liberdade na escolha dos Ministros, os quais, em geral, saíam da maioria da Câmara ou Senado. O Ministério prestava contas à Câmara de todos os seus atos e exonerava-se quando lhe faltava o apoio desta, e assim por diante.

Mas o parlamentarismo necessita do auxílio da opinião pública, manifestada através de eleições livres e imunes de vícios. Para dirimir os conflitos entre o Parlamento e o Ministério, o eleitorado é constantemente convocado. Portanto, sem um processo eleitoral perfeito, o sistema não pode ser exercido em sua plenitude. Ora, durante o Império nunca tivemos eleições livres, ideal que só agora estamos atingindo. Naquele tempo, o Partido que estava no governo manipulava os eleitores a seu modo, elegendo senão a unanimidade, pelo menos a grande maioria da Câmara. Como pôde então funcionar o parlamentarismo entre nós? Este sistema perdurou durante quase meio século, graças, de um lado, à ação dos Partidos Políticos e, de outro, à influência do nosso segundo Imperador.

4.1 – A Ação dos Partidos Políticos

Nos primórdios da Independência só havia propriamente um Partido, o brasileiro ou nativista. Após a abdicação é que começaram a definir-se as várias tendências. Havia os exaltados, que se agruparam no Partido Liberal, e os Moderados, que formaram o Partido Conservador. Havia também os adeptos da volta do Imperador abdicante – O Restaurador ou Caramuru – Partido que se dissolveu com a morte de D. Pedro I.

A formação do Partido Conservador se deu na Regência, época conturbada em que a unidade nacional esteve prestes a periclitar. Salvou-a talvez um imponderável: a menoridade do Imperador. O sentimentalismo e a bondade do brasileiro impediam que se conspirasse contra os direitos de um órfão.

“Os homens tinham nesse tempo outro caráter (escreveu Nabuco), outra solidez, outra têmpera; os princípios conservaram-se em toda a sua fé e pureza; os ligamentos morais que seguram a apertam a comunhão estavam ainda fortes e intatos, e, por isso, apesar do desgoverno, mesmo por causa do desgoverno, a Regência aparece como uma grande época nacional animada, inspirada por um patriotismo que tem alguma coisa do sopro puritano. Novos e grandes moldes se fundiram então. A Nação agita-se, mas não treme nem definha”⁸.

Dessa elite é que saiu o Partido Conservador, com a união da ala moderada dos liberais com o Partido Restaurador. Foi o que se chamou o “regresso” ou a “reação monárquica de 1837”. Justificando-se dirá um dos corifeus desse movimento, Bernardo de Vasconcelos: “Fui liberal, então a liberdade era nova no País, estava nas aspirações de todos, mas não nas leis, não nas idéias práticas; o poder era tudo; fui liberal. Hoje, porém, é diverso o aspecto da sociedade: os princípios democráticos tudo ganharam e muito comprometeram: a sociedade, que então corria o risco pelo poder, corre agora o risco pela desorganização e pela anarquia. Como então quis, quero hoje servi-la, quero salvá-la, e por isso sou regressista. Não sou trãnsfuga, não abandono a causa que defendo no dia de seus perigos, da sua fraqueza; deixo-a no dia em que tão seguro é o seu triunfo que até o excesso a compromete”⁹.

8) Um Estadista do Império, cit., vol. 1º, p. 34.

9) Um Estadista do Império, cit., vol. 1º, p. 43.

Os dois Partidos – Conservador e Liberal – dominaram a cena política durante todo o Império. Irroga-se a eles a ausência de um programa autêntico e definido, além de incoerência na ação. Tornou-se conhecido o aforismo: “Nada mais semelhante a um conservador do que um liberal no poder”.

Contudo, havia separação entre os programas dos dois Partidos. Oliveira Lima fez um confronto entre as duas agremiações: os liberais apegavam-se à máxima cunhada em França sob Luís Felipe – o Rei reina e não governa¹⁰, enquanto os conservadores sustentavam a necessidade de reforçar o Poder Moderador¹¹; os liberais admitiam a resistência armada contra os arbítrios do poder, recurso que os conservadores repeliavam; os liberais desejavam a descentralização administrativa, a redução ao mínimo da ação da política e a eleição popular dos magistrados, ao passo que os conservadores eram pela centralização e pela inamovibilidade do Poder Judiciário¹².

Acrescentem-se a essa lista os seguintes pontos, que caracterizavam também o Partido Liberal: a Monarquia Federativa, o Senado temporário; a supressão do Conselho de Estado, a eleição direta e a abolição gradual dos escravos.

4.2 – D. Pedro II e o Poder Moderador

D. Pedro II foi uma das figuras mais extraordinárias da história brasileira. Inteligência lúcida, foi também um dos monarcas mais cultos do seu tempo, contrastando com a tradição dos seus antecessores portugueses, mais ou menos analfabetos. Trabalhador infatigável, procurava inteirar-se de todos os negócios públicos, assessorando-se, inclusive, pelos pareceres do Conselho de Estado, que era o órgão consultivo para as questões mais importantes relacionadas com os interesses nacionais. Honesto, exigia também D. Pedro II um alto padrão de moralidade a todos os que desempenhassem cargos públicos; ficou célebre o “lápiz fatídico” com

10) Máxima sustentada por Nabuco de Araújo, no Senado (Um Estadista do Império, vol. 3º, p. 112).

11) O Rei reina, governa e administra diziam os conservadores pela palavra de Itaboraí (Oliveira Viana, Evolução do Povo Brasileiro, 4ª ed., p. 264).

12) Oliveira Lima. O Império Brasileiro, 1928, p. 43.

o qual marcava os deslises de magistrados e funcionários, impedindo-lhes novos acessos na carreira. Diante da fiscalização severa, os Ministros deixavam os seus postos não só pobres, mas às vezes até endividados. Magnânimo, sabia perdoar as ofensas e aproveitar os serviços dos mais ferrenhos adversários. Conta-se que, no quarto ano de seu Reinado, Honorário Hermeto Carneiro Leão, Marquês de Paraná, então Ministro da Justiça, apresentara-lhe à assinatura um decreto de exoneração de um inspetor de alfândega, e o Imperador lhe ponderara que ia pensar. Como já era a segunda vez que falava sobre este assunto, o Marquês arrebatou-lhe o decreto, dizendo-lhe indignado: "Um menino não tem o direito de zombar de homens encanecidos no serviço da Nação, ainda que esse menino seja Imperador". D. Pedro II não só tolerou esta arrogância, como o fato não inabilitou o Marquês de Paraná de voltar a exercer os altos postos do Império, inclusive o de Presidente do Conselho.

Com todas essas qualidades, era natural que D. Pedro II desse brilho excepcional ao seu Reinado. Havia os Partidos, havia a atuação de homens eminentes, mas ele era o centro dos acontecimentos. Vejamos ainda o que disse Nabuco a este respeito: "Antes de tudo, o Reinado é do Imperador. Decerto ele governa diretamente, cinge-se à Constituição e às formas do sistema parlamentar; mas como ele só é árbitro da vez de cada Partido e de cada estadista, e como está em suas mãos o fazer e desfazer os ministérios, o poder é praticamente dele. A investidura dos gabinetes era curta, e o seu título precário – enquanto agradassem ao monarca; em tais condições, só havia um meio de governar, a conformidade com ele. Opor-se a ele, aos seus planos, à sua política, era renunciar ao poder" ¹³.

As atribuições que a Constituição outorgava ao Imperador não diferiam das que normalmente competem a um chefe de estado democrático. Mas, no caso brasileiro, havia o Poder Moderador, que o artigo 98 da Constituição conceituava: "O Poder Moderador é a chave de toda a organização política e é delegado privativamente ao Imperador, como chefe supremo da Nação e seu primeiro representante, para que incessantemente vele sobre a manutenção da independência, equilíbrio e harmonia dos demais poderes políticos".

13) Um Estadista do Império, cit., vol. 4^o, p. 102.

Este Poder Moderador foi um dos pontos mais discutidos no Império. Entretanto, apoiado nele, pôde D. Pedro II pôr em funcionamento o sistema parlamentar durante todo o seu Reinado. Procurava corrigir as deficiências do eleitorado, fazendo com que os Partidos se revezassem no poder. Como o governo ganhava sempre as eleições, para que um Partido não se perpetuasse no poder o Imperador interferia de vez em quando no processo, mudando artificialmente as situações. Mas, nesta função extremamente delicada, procedia com tacto, dando-lhe feição tanto quanto possível constitucional. Os Ministérios caíam quase sempre pelos votos de desconfiança ou pelas divergências entre os Ministros, mas, em geral, o Ministério substituto era organizado de acordo com o Partido em maioria na Câmara. A mudança dos Partidos se dava em nome de reformas ou princípios, ou quando eles se achavam gastos pelo exercício do poder. Assim, em 1878, surgiu a campanha da eleição direta, acolhida com entusiasmo e que se supunha viria resolver o problema eleitoral. Como a refôrma constava do programa do Partido Liberal, o Imperador entregou a este o poder, chamando João Luiz Vieira Cansanção de Sinimbu para organizar novo Ministério. A Câmara conservadora foi dissolvida e eleita outra inteiramente liberal.

Também a questão servil ensejou sempre a mudança não só de Ministérios como de Partidos. Como a libertação dos escravos fora do programa liberal, o Imperador procurava entregar ao respectivo Partido a solução do assunto, sempre que vinha à baila a necessidade de uma lei — embora a divergência dos liberais sobre este problema fizesse com que fosse ele resolvido pelos conservadores (a Lei que libertou os sexagenários, a de 13 de maio etc.).

Em suma, o Imperador usava de cautelas na mudança dos Partidos, mas estes, em geral, não se conformavam com o ostracismo — que era doloroso, pois a queda de um Partido significava a mudança total dos quadros da administração. Deste modo, quando era obrigado a deixar o governo, o Partido reagia desabridamente.

Dentre essas mudanças a que mais celeuma suscitou foi em 1868, com a queda do Partido Liberal, sendo Presidente do Conselho Zacarias de Goiás e Vasconcelos. Este Ministério, composto em 1866, vinha sustentando com eficiência a guerra contra o Paraguai e, de repente, é substituído por um outro Ministério conservador, presidido por Rodrigues Torres, Visconde de Itaboraá. A causa aparente da mudança foi a discordia

do Ministério no tocante à escolha feita pelo Imperador do nome de Sales Torres Homem, na lista de Senadores do Rio Grande do Norte. A queda dos liberais foi atribuída à *reabilitação de Timandro*, pseudônimo com que Torres Homem publicara, anos antes, o "Libelo do Povo", livro de combate ao Imperador e à sua dinastia. Mas o motivo verdadeiro, conhecido, posteriormente foi que o Ministério se incompatibilizara com Caxias, então Comandante das forças brasileiras no Paraguai, e entre este e o Ministério o Imperador preferiu sacrificar o que menos falta fazia na ocasião. A mudança ensejou, porém, oposição fortíssima, não só ao Ministério como ao próprio Imperador.

No Senado, Nabuco de Araújo pronunciou famoso discurso denominado de *Sorites*: "Veja este *sorites* que acaba com a existência do sistema representativo: - o Poder Moderador pode chamar a quem quiser para organizar ministérios; esta pessoa faz a eleição, porque há de fazê-la; esta eleição faz a maioria. Ai está o sistema representativo do nosso País!"¹⁴.

Os Partidos revoltavam-se com o rotativismo que lhes impunha o Imperador, obrigado sem dúvida a isso pela ausência de um corpo eleitoral consciente. Nesses casos, esquecendo-se da realidade, acusava-se o "imperialismo" do monarca, isto é, o que chamavam seu abuso do poder pessoal. Inectivas eram-lhes feitas em discursos, epítetos como os de "Príncipe Conspirador", "César Caricato" eram-lhe atirados nessas ocasiões. Esses fatos enfraqueciam o princípio da inviolabilidade característico dos soberanos, concorrendo para o desprestígio da Monarquia.

A mudança ministerial de 1868, que tanta celeuma provocou, trouxe também o fracionamento do Partido Liberal, indo uma ala para o Partido Republicano, após o Manifesto deste em 1870. É verdade que, nesse ano, fora proclamada a República na França - e já o disse Nabuco, as idéias no Brasil são um rio que nasce em Paris...

De qualquer modo, era o advento da nossa República que se aproximava.

14) Um Estadista do Império, cit., vol. 3º, p. 110.

5 – Conclusão

Ao proclamar-se a República, havia dois modelos perfeitamente consolidados – o parlamentarismo e o presidencialismo.

Olhando de longe os acontecimentos, parece-nos hoje evidente que se prosseguisse no parlamentarismo, nos moldes da República Francesa. Afinal, nosso sistema, que já datava de quase meio século, ia caminhando para o aprimoramento. No entanto era um sistema desgastado, pelo que se preferiu abandoná-lo em favor do presidencialismo. Procurou-se então fugir ao chamado imperialismo do monarca, ou seja, à excessiva concentração de poderes que se lhe atribuiu.

Na realidade, a essência do problema não era esse. A falha residia, de um lado, na ausência de representatividade, dada a falta de eleições legítimas, base do regime democrático, seja parlamentar seja presidencial. Por outro lado, o problema era também educacional. A Democracia só floresce em ambiente em que existam educação e cultura política. Ontem como hoje os defeitos não estavam nem estão nas instituições, mas nos homens.

A Constituição de 1891, fundamentalmente idealista, pretendeu criar um governo impessoal, com divisão de poderes, harmônicos e independentes entre si, para que os excessos de um fossem corrigidos pelos outros. O Poder Executivo, principalmente, seria cerceado pelo Poder Judiciário, que garantiria os cidadãos contra os abusos da autoridade. Seria assim um regime de liberdade, uma República governada pela Lei e a Lei interpretada pelos Tribunais.

Esse idealismo da Constituição não se ajustou ao Brasil real. O que houve de fato na primeira República e tem havido nas subseqüentes foi o completo falseamento do regime, com eleições em geral fraudadas, levando à mesma falta de representatividade que ocorria no Império. E o tão malsinado "poder pessoal" atribuído ao Imperador ressurgiu na pessoa do Presidente da República e dos governantes estaduais, únicas forças realmente consideráveis – e sem o anteparo de um Poder Moderador. Daí as sucessivas crises que têm caracterizado nosso sistema presidencial.

Assim, esperemos o futuro plebiscito, na expectativa de que o eleitorado opte pela fórmula de Joaquim Nabuco, isto é, pelo mecanis-

mo que marca os "segundos da opinião pública", ao invés de insistir no emperrado sistema que marca apenas as "horas".

Pelo menos, será uma experiência nova e, ao que tudo indica, melhor da que está sendo praticada.



IN MEMORIAM FERNANDO CORRÊA DA COSTA

por Demosthenes Martins

O transcurso da data de hoje, que lembra o primeiro aniversário do falecimento de Fernando Corrêa da Costa, é um dia de saudade e tristeza para Mato Grosso, que não podemos deixar de registrar.

Nascido em Cuiabá em 29 de agosto de 1903, filho de Pedro Celestino Corrêa da Costa (que foi duas vezes governador e em duas legislaturas senador de Mato Grosso, e Corina Novis Correa da Costa, de famílias de destaque mais elevado na sociedade mato-grossense.

Formado em Medicina pela Escola do Rio de Janeiro, onde foi um dos assistentes do professor Miguel Couto, então mestre mais renomado da Medicina no Brasil, veio para Campo Grande logo após a conclusão do curso onde, prestes, granjeou vasto conceito público, que se irradiou pelas regiões vizinhas, pelo acerto dos seus diagnósticos e pela perícia de sua cirurgia e, sobretudo, pelo seu espírito acolhedor, humanitário e probo.

Quando da eleição municipal de Campo Grande para seu Prefeito, no quadriênio de 1947 a 1951, foi eleito por larga margem de votos da UDN – União Democrática Nacional – partido de oposição, derrotando o candidato do PSD, em pleno fastígio do domínio político no Estado.

A essa indicação muito resistiu ele sob o fundamento de não querer participar da vida política partidária de sua terra cujas agruras conhecia sobejamente, integrante que era de família que dela participava faustosamente, desde os primórdios da Independência.

Eleito para governador do Estado nos períodos de 1951/56 e

1961/66, em pleitos memoráveis, em que, candidato da UDN, derrotou o mais destacado líder do PSD, general Filinto Müller que no primeiro deles teve o apoio do PTB, e no segundo o mesmo general Filinto e o Dr. Wilson Fadul, respectivamente, do PSD e PTB, deixou marcas repontantes de sua capacidade na administração do Estado.

No seu primeiro governo, criou a Secretaria de Educação e Cultura, escolas normais, grupos escolares e escolas isoladas, construindo os respectivos prédios, em diversos municípios, tendo sido os projetos dos colégios de Campo Grande e Maria Leite, de Corumbá, do notável arquiteto Oscar Niemeyer, artífice da moderna e adequada arquitetura que se vê em Brasília, a novel Capital do Brasil. Instalou a Escola de Direito de Cuiabá ministrando a sua aula inaugural em 20 de março de 1954 que foi, assim, a primeira semente lançada no Estado do ensino superior, o que ensejou a criação da Universidade Federal de Mato Grosso, onde, hoje, se formam os catedráticos da preparação cultural da nossa terra. Foi o restaurador das finanças do Estado banindo os orçamentos deficitários e o penitente atraso no pagamento dos seus servidores. Incentivou a colonização das terras devolutas mediante concessão a empresas, exclusivamente pessoas jurídicas, para sua produtividade em áreas limitadas excludentes, de latifúndios futuros, dada a penúria de recursos financeiros do Estado para procedimento direto.

No segundo governo, sob as mais lisonjeiras perspectivas, com a eleição de Jânio Quadros, mato-grossense, nascido em Campo Grande, eis que sempre vivêramos ignorados dos altos poderes da República, que fora eleito presidente em pleito em que, pela primeira vez, candidato governamental era derrotado, exultaram as esperanças mato-grossenses. Assim, em Cuiabá, em 27/29 de abril de 1961, em reunião sob a presidência do novel presidente e com a participação de ministros e governadores da região do Centro Oeste, tão esquecida do Governo federal, gizou-se um programa para sua recuperação.

Quando tudo eram esperanças, alegrias e confiança no futuro que dealbava, veio a renúncia do Jânio.

Entretanto, Fernando não desanimou e porfiou nas antigas demarches a que se dedicava tenazmente, dentre elas a que erigia prioritariamente – a da instituição da CBPU – (Comissão da Bacia do Paraná) vale dizer a união dos estados da Bacia do Paraná para solucionarem os

problemas que lhes são comuns, sugerindo ao governador de S. Paulo, Lucas Nogueira Garcez a sua adoção, liderada pelo seu prestígio.

Exposta a sua idéia em seus detalhes, mereceu aprovação integral do Garcez que convocou para a sua apreciação a reunião dos respectivos governantes da área, que se realizou em S. Paulo, em 6/8 de setembro de 1951, que teve a aprovação unânime. Nessa reunião o governador Garcez disse inicialmente: "A idéia desta conferência nasceu de uma sugestão do governador de Mato Grosso, Dr. Fernando Corrêa da Costa, administrador arguto que sentiu em sua verdadeira grandeza a potencialidade econômica da Bacia do Paraná que abrange interesses de seis estados brasileiros - Minas Gerais, Paraná, Santa Catarina, Mato Grosso e S. Paulo".

Consagrou-se nessa conferência como prioridade número um as construções das barragens da Ilha Solteira e Jupuíá, no Rio Paraná, na divisa de S. Paulo, Mato Grosso, geradoras da energia elétrica de Urubupungá, da maior capacidade do continente, para atendimento de toda a área dos mesmos estados, realidade que hoje se positiva, desde 1965, quando da conclusão da obra projetada. Atualmente Mato Grosso do Sul tem energia elétrica em todas suas cidades, vilas e povoados.

Nesse seu segundo governo criou o Tribunal de Contas e a Faculdade de Odontologia e Farmácia de Campo Grande, parcela do ensino superior que logo veio a integrar-se na Universidade Federal de Mato Grosso do Sul. Instalou o Banco do Estado com a quota de 60% que lhe cabia, totalmente integrada. Também criou o IPMAT, instituição de assistência aos funcionários estaduais. Na área cultural não se desviou do que fizera na gestão anterior, criando grupos escolares, escolas isoladas, e construindo prédios em muitos municípios.

Nos seus dois governos, exercidos em períodos de apreensões, ameaças ao regime, perturbações à ordem pública, integrado nas hostes da UDN, em que se erigira em prestiosa liderança, manteve a ordem no Estado.

Em mensagem à Assembléia Legislativa, em 1964, teve ocasião de declarar: "Certos de que esta Assembléia, ora robustecida na sua composição pelos valores que a ela retornam e aportam triunfantes no pleito de 7 de outubro, não resgatará, na exuberância de seus sentimentos,

o mais decidido amparo à democracia, regime a que, irmanados, havemos de servir com todas as veras dos nossos corações e com o nosso próprio sangue na preservação do nosso destino de povo livre e soberano”.

O governador Carlos de Lacerda, relatando o ambiente que culminou com a Revolução de 31 de março de 1964, escreveu: “Entre alguns governadores um grande temor e uma grande insegurança e entre outros uma grande firmeza. O Fernando Corrêa da Costa, por exemplo, um homem inteiriço, perfeito, muito distinto, discreto, muito sóbrio, mas de uma lealdade e correção extraordinárias”.

No registro dos eventos que emolduram a personalidade de Fernando Corrêa da Costa ressalta, na desolação desta data, quanto se desfalcou o faustoso patrimônio humano da nossa terra com o seu desaparecimento. Deixou-nos, porém, o exemplo magnífico de sua vida, de uma das mais autênticas figuras de Mato Grosso, na galeria dos seus filhos valorosos.



BODAS DE DIAMANTE DE DOM JOSÉ NEWTON

Primeiro Arcebispo de Brasília

por Corsíndio Monteiro da Silva

Em outubro de 1988, foram comemorados, em todo o território nacional, e muito especialmente na Capital da República, os oitenta e quatro anos de idade e os sessenta de sacerdócio de Dom José Newton de Almeida Baptista, que foi, como se sabe, o primeiro Arcebispo Metropolitano da recém-criada Arquidiocese de Brasília, Capital da República Federativa do Brasil.

Hoje, Dom José Newton, como é carinhosa e comumente chamado, é, desde 1986, Arcebispo Ordinário Militar do Brasil, funcionando junto ao Estado Maior das Forças Armadas.

Vamos registrar, aqui, alguns dados da trajetória desse venerando sacerdote, desde o seu nascimento em Niterói, então Capital do Estado do Rio, aos 16 de outubro de 1904.

Fez ele seus primeiros estudos na sua cidade natal, e o Seminário Menor, no Rio de Janeiro e em Pirapora. Estudou Filosofia, Teologia e Direito Canônico em Roma, onde se ordenou dia 28 de outubro de 1928.

De regresso ao Brasil, foi designado Secretário do Cardeal D. Sebastião Leme, em 1931. Ano seguinte, foi designado Vigário Cooperador, de São João Batista da Lagoa, na Arquidiocese do Rio de Janeiro. A seguir, foi elevado a Pároco de São Mateus, de Oswaldo Cruz (1933), depois Pároco de Paquetá (1934-36), depois Pároco de Santa Cruz (1936-40) e, em 1940, passou a ser Professor no Seminário Maior, onde permaneceu até 1944, e, naquele mesmo ano, foi designado Capelão da Imperial Irmandade da Glória do Outeiro. De 1941 a 1944, serviu como Capelão do Colégio Notre Dame de Sion.

Neste mesmo ano de 1944, foi sagrado Bispo e nomeado para a Diocese de Uruguaiana, no Rio Grande do Sul, onde permaneceu até 1954, quando, então, foi elevado a Arcebispo sendo transferido para a Arquidiocese de Diamantina, em Minas Gerais.

Foi na Cidade de Diamantina, em 1960, que recebeu de Sua Santidade o Papa João XXIII a incumbência honrosa de trazer a Igreja à nova Capital do Brasil que estava sendo fundada no Planalto Central do País. Criada a Arquidiocese, foi Dom José Newton designado como seu titular, e transferido de Diamantina para a nova sede, onde tomou posse a 21 de abril de 1960, celebrando a Primeira Missa na nova Capital, perante o seu emocionado fundador, o Presidente Juscelino Kubitschek de Oliveira, acompanhado de todos os Ministros de Estado e do Corpo Diplomático.

Em 1963, foi nomeado Vigário Militar, permanecendo nessa função até 1986. Nesse meio tempo, em 1979, solicitou, perante a Santa Sé, a sua inatividade, visto que atingira setenta e cinco anos de idade. Mesmo depois de lhe haver sido concedida a dispensa dos pesados encargos da Arquidiocese de Brasília, permaneceu, ainda, por dois anos como Vigário Militar.

Vale salientar, que, ao deixar a Arquidiocese de Brasília, tinha esta mais de 50 paróquias, cerca de 160 igrejas e capelas, dois Seminários, 29 sacerdotes diocesanos, dois Bispos auxiliares, 96 religiosos,

quatro comunidades de irmãos com 32 religiosos, 68 comunidades de irmãs com 370 religiosas, 25 movimentos eclesiais de leigos e 33 obras de assistência social, além do Palácio Episcopal, que demandou 18 anos para ser erguido.

Quando já pensava gozar seu justo lazer, o seu *otium cum dignitate*, foi designado Arcebispo Ordinário Militar do Brasil, responsável pelas atividades religiosas nas Forças Armadas. Dom José Newton não teve como excusar-se de aceitar a designação, pois que ela resultou de pedido pessoal que lhe foi feito pelo próprio Papa João Paulo II.

Por ocasião das homenagens que foram prestadas à S. Ex^ª Revm^ª no Estado-Maior das Forças Armadas, com a presença do Sr. Ministro, do Núncio Apostólico, do Cardeal-Arcebispo de Brasília e dos Bispos Auxiliares, foi incumbido o nosso coestadano, Dr. Corsindio Monteiro da Silva, Consultor Jurídico do EMFA, de fazer, a Dom José Newton, uma saudação em nome do Exm^º Sr. Ministro-Chefe do EMFA e dos servidores civis e militares daquele Órgão, da qual destacamos o seguinte trecho:

“Pelo suave convívio que temos com Dom José Newton, sentimos, de logo, que Sua Ex^ª Revm^ª leva uma vida inteiramente voltada para seu ministério, uma vida de apostólicas virtudes, uma vida irrepreensível, tal como queria São Paulo ao bosquejar o retrato moral dos bispos: *Oportet episcopum irreprehensibilem esse*.

Significativas são as suas palavras recentemente proferidas: “Sou imensamente feliz por ter agido em obediência tanto aos meus princípios quanto ao acatamento às decisões disciplinares da Igreja”.

E esse espírito de disciplina, de obediência, de acatamento aos superiores, de pundonor, de austeridade exemplar, de firmeza de caráter, tudo isso tem feito desse grande Arcebispo, que é Dom José Newton, a figura respeitada do Clero e identificada com as extraordinárias tarefas que tem junto às Forças Armadas do Brasil, e que dele fazem um verdadeiro Pastor, na acepção mais alta e mais bela da palavra, a justificar, não só o que preconiza o Apóstolo São Paulo, como aquilo do Salmo de Davi: “Tu és Sacerdote para sempre” – *Tu es Sacerdos in aeternum*.

Bem hajam, pois, Dom Newton, os seus profícuos e venturosos sessenta anos de Sacerdócio, e que Deus se compraza em continuar a tocá-lo com a sua graça”.

A *Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Mato Grosso* presta modesta homenagem ao eminente Arcebispo Dom José Newton de Almeida Baptista, registrando em suas páginas os principais eventos que vêm marcando a trajetória brilhante desse ilustre prelado da Igreja Católica em terras brasileiras, e que muito honra e dignifica as nossas tradições cristãs.



ULISSES SERRA **(Subsídios para uma biografia)**

por Heliophar A. Serra

Para algumas pessoas da nova geração, **ULISSES SERRA** é conhecido, apenas, por duas das suas marcantes realizações:

- a) autor do livro "Camalotes e Guavirais";
- b) fundador da Academia Sul-matogrossense de Letras.

Esses dois fatos – brilhantes em verdade –, em verdade estumaram as atividades múltiplas que **ULISSES SERRA** exerceu, anteriormente, neste Mato Grosso antigo, marcando indelevelmente nas áreas onde atuou com sua portentosa inteligência e o seu espírito de equilíbrio de ponderação !

Nascido em Corumbá, filho de Julia Barbato de Almeida Serra e de Arnaldo Olavo de Almeida Serra (este, funcionário público federal, escritor e poeta, descendente do engenheiro militar português – Ricardo Franco de Almeida Serra), **ULISSES** criou-se em Campo Grande. Diplomou-se em Perito Contador em São Paulo (Capital), cursou até o 3º ano a Faculdade de Direito de Petrópolis. Casou-se com **CONSTANÇA**, filha do jornalista e professor cuiabano – Ovidio de Paula Corrêa.

Do seu moderno escritório de contabilidade situado à Rua 14 de Julho, em Campo Grande, **ULISSES** foi levado à vida política (quase contra sua vontade) e eleito deputado estadual classista. Posteriormente, foi nomeado pelo Sr. Presidente da República Getúlio Vargas para membro do Conselho Administrativo do Estado de Mato Grosso.

Serviu a esse órgão durante um ano e meio. Renunciou para assumir o cargo de tabelião e escrivão do 5º Ofício da Comarca de Campo Grande. Foi presidente do Diretório Municipal do partido Social Democrático (PSD). Mais tarde, ainda por insistência dos amigos, candidatou-se e foi eleito vereador da Câmara Municipal de Campo Grande, quando encerrou, em definitivo, sua carreira política, não aceitando nem quando, anos mais tarde, quiseram-no como candidato de conciliação apoiado pelos dois grandes partidos: PSD E UDN.

Na mocidade, dando largas ao seu entusiasmo de jovem, fundou com Oswaldo Pereira "A IRONIA", jornal lírico e zombeteiro. Ajudou a fundar um dos primeiros clubes de futebol de Campo Grande, ao tempo em que somente existiam clubes militares e um outro, do Ginásio Dom Bosco, bem antes do aparecimento das três potências futebolísticas que encantaram Campo Grande de outrora: SS Campo-grandense, Internacional e Sirio Futebol Clube. Em homenagem a Protomártir da nossa independência, o Clube chamou-se "TIRADENTES FUTEBOL CLUBE". Os jogadores trajavam meias vermelhas, calção branco, camisa vermelha de mangas compridas, gola e punhos brancos.

Na sua fulgurante passagem por Cuiabá –, como deputado e como membro do Conselho Administrativo – recebeu as mais carinhosas homenagens:

No seu nº do dia 24/09/1936, o jornal "O EVOLUCIONISTA" publicou um telegrama que foi endereçado ao deputado Ulisses Serra vado nos seguintes termos:

– "Proletariado corumbaense, representado pelos presidentes sindicatos marítimos, operários, artífices construções navais, operários construções civis, choferes profissionais e cataeiros, agradecem ilustre deputado classista interesse tomado instrução filhos sindicalizados matriculados Ginásio "Maria Leite".

– "Ulisses Serra, como amigo cidadão e pai de família, é, de fato, um verdadeiro gentleman, tais as qualidades que exornam a sua personalidade inconfundível, deixando, por isso, saudades a todos desta Casa e àqueles que tiveram a felicidade e o prazer de conhecê-lo e de experimentá-lo no seu trato sempre fino e sempre nobre".

(Palavras do presidente do Conselho Administrativo do Estado de MT, "O PROGRESSISTA" de 06/04/1941).

Expressivas também são as palavras do conselheiro Isáç Póvoas:

- "Como os jorros de luz que provém da inteligência e do talento humano deixam sempre suas marcas indeléveis, - sinais característicos por onde passaram -, nós teremos aqui, nos Anais desta Casa, como para edificarmos, como para lembrarmos sempre da sua proveitosa atuação neste Departamento Administrativo, os seus votos que outra coisa não são senão a expressão sublime de um saber profundo e de um critério elevado e os seus pareceres -, nos quais não se sabe o que mais admirar: - se a obra de ourivesaria literária, de tão finíssimo lavor estético, ou se os vastos conhecimentos técnicos neles derramados com tanta prodigalidade, com tanta elevação e clareza".

Os funcionários do Departamento também quiseram manifestar seu apreço, e o fizeram através da colega Maria José de Figueiredo:

- "Desde os primeiros dias que circulou a notícia da vossa retirada definitiva desta Casa, causou-nos o profundo sentimento, por vermos privados de um dos melhores amigos, que, com a edificante gentileza que lhe é peculiar, SEMPRE FOI A BÚSSOLA NOS TRABALHOS DESTA SECRETARIA".

O jornal de Cuiabá - "O ESTADO DE MATO GROSSO", ao noticiar o represso de Ulisses para o sul, assim se expressou:

- "Ulisses Serra é um dos nomes de maior evidência e prestígio na nova geração mato-grossense. Surgindo para a política em 1934, por ocasião dos rudes prélios que então se feriram no Estado, em pouco se tornara ele conhecido e acatado em todas as esferas da política, como na administração. Com a sutileza da sua inteligência e o seu fino tato político, desempenhou Ulisses Serra, na antiga Assembléia Legislativa do Estado, onde teve assento como deputado, delicadas missões políticas, sempre com êxito. A sua atuação, brilhante e destacada, no seio daquela Corporação, recomendava-o, naturalmente, a um lugar no Departamento Administrativo. Foi, pois, um ato de justiça, o do Sr. presidente da República, nomeando Ulisses Serra membro daquele órgão."

Um ano antes, o BOLETIM INFORMATIVO (órgão do Sindicato dos Choferes de Campo Grande, no número de janeiro de 1940) estampava na primeira página o retrato de Ulisses com a seguinte nota:

- "Abrimos o nosso Boletim, neste número, com algumas palavras do reconhecimento ao Sr. Ulisses Serra, DD. Membro do Conselho Administrativo do Estado.

Tardava essa homenagem, a qual hoje prazeirosamente o fazemos, para testemunhar ao grande amigo da nossa classe, ao cidadão que nunca perdeu a oportunidade de se revelar um conhecedor profundo das nossas leis, aquelas que nos procuram enquadrar-nos postulados do ESTADO NOVO.

Graças a sua atuação, serena e segura, temos conseguido muito em benefício da nossa já numerosa e organizada classe".

O Jornal de Cuiabá - "O SOCIAL DEMOCRATA" (edição de 02/09/1951, noticiava o aniversário de Ulisses:

- "Transcorreu, ontem, no meio do mais justo contentamento da sua Exc.ma família, a data natalícia do nosso digno e acatado correligionário, tabelião ULISSES SERRA, da Comarca de Campo Grande. Espírito culto, inteligência brilhante, ULISSES SERRA deixou na nossa Assembléia Legislativa, e, depois, no Conselho Administrativo do Estado, traços marcantes do seu valor intelectual.

Político militante em Campo Grande, o seu ardor partidário e o seu dilatado círculo de amigos o conduziram á posição de mando no Diretório Municipal daquela cidade, sendo um dos nossos chefes mais prestigiosos e acatados".

Ao chegar em Campo Grande, vindo de Cuiabá, o jornal "O PROGRESSISTA", (na edição de 22/04/1941), noticiava a chegada de Ulisses Serra, nos seguintes termos:

- "Tendo renunciado as altas funções de membro do CONSELHO ADMINISTRATIVO DO ESTADO, em cujo conclave ilustre as distinguira sempre pelo caráter de escol e pela inteligência peregrina, está novamente residindo em Campo Grande, o Sr. ULISSES SERRA, figura notadamente marcante do nosso mundo social e cultural.

Jornalista e homem de letras, ULISSES SERRA reluz sempre como astro de primeira grandeza onde quer que se encontre. Como deputado classista, á última Assembléia Legislativa do Estado, a sua atuação foi das mais proficuas e das mais brilhantes”.

Em 25 de junho do mesmo ano de 1941, foi nomeado para exercer, efetivamente, o cargo de tabelião de Notas e escrivão do 5º Ofício da Comarca de Campo Grande, Mato Grosso. Essas funções, ele as exerceu com diligência, probidade, tato e honradês, grangeando, assim, a estima e o respeito dos seus colegas, dos juízes, dos advogados e dos próprios funcionários.

Pertenceu a ACADEMIA MATO-GROSSENSE DE LETRAS. Tomou posse na memorável noite de 08 de abril de 1963.

Apesar de tê-la exercido, a política jamais o seduziu. O seu espírito fino, leal, sincero, não se coadunava com os meandros, com as reticências, com a flexibilidade que, às vezes, a própria política exige.

De boa estatura, possuía uma fisionomia espantosamente simpática, risonha, olhos escuros como duas bolitas negras, de onde refulgia um brilho intenso, e no sorriso bondoso, um laivo de ironia, quando às vezes, se defrontava com pessoas prosaicas, vaidosas e vãsias... Possuía o dom de liderança, que exercia sem ostentação, envolvendo as pessoas numa onda de amor fraternal e de compreensão.

ULISSES SERRA faleceu no Rio de Janeiro, no dia 30 de junho de 1972. Transportado para Campo Grande, seu corpo foi velado na Câmara Municipal, onde centenas de amigos, conhecidos e admiradores foram levar sua derradeira homenagem ao fundador da ACADEMIA SUL MATO-GROSSENSE DE LETRAS. Acompanhamos o corpo de Ulisses do Rio a Campo Grande. No velório, marcaram-nos fundamente as palavras do professor Aecim Tocantins, que nos abraçou comovido:

– “Heliophar, ninguém desejava a morte de Ulisses, nem a família e nem os amigos. Mas, se analisar friamente os fatos, Ulisses faleceu no momento culminante de sua vida: quando escreveu um livro e fundou uma Academia! Desapareceu no apogeu da sua inteligência e o seu vigor físico! Foi o sol que se apagou no zénith. E é essa a maravilhosa imagem que dele guardaremos para sempre!”

E assim foi!

Repousa Ulisses, hoje, na generosa e rubra terra de Campo Grande, que ele tanto amou, e em obediência ao seu desejo:

— “Se eu morrer alhures morrerei exilado aqui não morrerei de todo. Ouviria o passo e a voz dos amigos e o bater do coração da minha casa”.



TRÊS GRANDES NOMES CUIABANOS

por Luis-Philippe Pereira Leite

1988, dezembro, propicia-me singular reflexão a propósito de três grandes figuras da vida, da alma e da gente cuiabana, face aos acontecimentos dignos do maior registro na história da mulher matogrossense.

A primeira referência cabe à mais veneranda qual seja a Heloisa Araci, pois assim está no seu registro de 13/12/1892, no nosso cartório do 3º Ofício de Notas quando o Registro Civil implantado pela República, ensaiva os primeiros passos. Outra não é senão a primogênita do Marechal Cândido Mariano da Silva Rondon, e de D^a Francisca Xavier do Prado. Somente na velhice por acaso, Araci Rondon Amarante veio a saber do seu registro como Heloisa Araci. Dissuadi-lhe da preocupação superveniente eis que naquela altura do acontecimento ela de há muito já estava viúva do brilhante oficial do Exército Major Manoel Silvestre do Amarente, filho de Manoel Peixoto Corsino do Amarente, meu Patrono da Cadeira nº 21 da Academia Matogrossense de Letras, conceituado professor da Escola Militar e Preceptor dos príncipes filhos da princesa Izabel. Estava ela aposentada como Delegada do Ensino Federal e nenhum reflexo a circunstância teria. Viúva muito cedo educou os cinco filhos, o mais velho dos quais perdeu como jesuita e professor da PUC do Rio, duas outras são beneditinas inclusive fundadora do Mosteiro da Argentina e as duas últimas casadas. Coroando sua vida de piedade em 19 de maio de 1973 fez profissão na Ordem Terceira de São Francisco com o nome de Irmã Clara, e ali vive cercada do carinho das Irmãs da Ordem e das quatro filhas, que se revezam no cuidado e do tratamento da sua saúde. Viveu pouco na terra

cuiabana que ama com acendrado amor; acompanha todos os seus momentos de glória. Enfim é uma cuiabana que se eleva os seus 96 anos bem vividos com a honra e a dignidade de filha de um homem de projeção mundial.

A segunda referência vai para a Professora Maria de Arruda Muller, que no próximo 09 celebra o seu glorioso nonagenário, menina inteligente, estudou na Usina em que viviam os pais e depois na nossa Capital. Iniciou o professorado no interior; casou-se com o saudoso ex-governador Julio Strubing Muller; criou e educou os filhos. Foi sempre a grande dama companheira do esposo; participou das obras sociais do seu tempo e ainda hoje cuida da alfabetização das nossas crianças na periferia da cidade. Belo edificante exemplo do valor da mulher cuiabana, sempre atenta no seu lugar, no seu posto. Há 56 anos pertence à Academia Matogrossense de Letras, sem dúvida alguma pioneira no acolhimento da mulher em seus quadros, como já o fizera na fundação com Ana Luiza Prado Bastos, outra grande educadora cuiabana.

A terceira referência do mês vai à derradeira, para a Senhora Maria de Lourdes Ribeiro Fragelli, que nesta primeira semana passou três dias entre nós, para visitar amigos, incontáveis no seio da família cuiabana. A ilustre filha do saudoso Coronel Zelito e de D^a Maria Constança Corrêa da Costa, já nonagenária, não esquece a terra do berço. Nobre, piedosa e digna é sempre destaque onde está ao lado do esposo, na cabana humilde do pobre, na igreja, no parlamento e até na Presidência da República, quando do ano passado a tal posto foi elevado o esposo Senador José Manoel Fontanillas Fragelli, na qualidade de Presidente do Congresso Nacional para substituir o Presidente da República em temporária ausência do país. É a simplicidade em pessoa essa cuiabana da gema que sabe honrar a sua terra e a sua gente onde quer que esteja.

Parabéns à MULHER CUIABANA, tenho enorme admiração por você.



A PERSONALIDADE MULTIFÁRIA DE ANTÔNIO MARIA COELHO

por Lécio Gomes de Souza

Antônio Maria Coelho é, em Mato Grosso, uma personalidade do Império e da República. Nascido a 8 de setembro de 1927, em

Cuiabá, primeiro filho do Ten. Cel Vicente Coelho, português de nascimento, e sua esposa D. Maria Agostinha Carolina de Almeida, consoante informa Estêvão de Mendonça, em "Datas Mato-grossenses". A sua gloriosa existência ele a viveu, a maior parte, em regime monárquico, dela tendo restado pouco menos de cinco anos para dedicá-la à nascente República.

Originário de família de limitados recursos, teve de optar pela carreira das armas, a garantir-lhe subsistência proba e modesta. Bem cedo, em pleno gozo de uma estuante juventude – os regulamentos o permitiam – apresentou-se como voluntário em um dos batalhões da remota província. Quiçá o inspirasse ardente idealismo, levando-o a decidir por uma profissão em que a disciplina e o culto do amor à Pátria fossem estímulo constante às suas latentes virtudes. Simples praça de pré através de longos anos, soube honrar com decoro o singelo uniforme de soldado e com pudonor e altaneria os bordados de general que seria.

De sua carreira incipiente, na quadra subalterna, amargou o anonimato perlustrando o imenso trato selvático da região, mourejando em fronteiras longínquas e guarnições aspérrimas.

Em 1855, graças à perseverança e ao zelo demonstrados em serviço, ingressa no quadro de oficiais, atingindo o posto de tenente, por ter se submetido a cursos que o capacitaram. As suas aptidões, reconhecidas desde a graduação intermediária de alferes, a aguardarem apenas os interstícios regulamentares, continuaram a ser comprovadas exuberantemente. Mas, por sua qualificação militar, estava sujeito a reiterados deslocamentos no exercício das funções de instrutor e comandante de pequenos agrupamentos. Somente o seu acesso ao posto imediato de capitão, em 1860, lhe conferiria real estabilidade, não obstante ainda haver participado de encargos temporários em território da província. Fixou-se finalmente em Cuiabá, servindo em unidades de Infantaria da Capital. Iria despontar, nesse ínterim, a sua grande oportunidade.

Corria o ano de 1867 e, como é do conhecimento geral, lavrava na ocasião o sangrento conflito entre o Brasil e o Paraguai. Corumbá achava-se ocupada pelo inimigo desde 3 de janeiro de 1865. Essa posse indébita vinha, através dos anos, inquietando seriamente os poderes constituídos, sem que nada de eficaz fosse feito, em vista das precárias condições da longínqua província, posto que a navegação do Paraguai superior

estivesse inteiramente a mercê das forças invasoras. Apenas de Melgaço para montante as obras defensivas de Leverger e o respeito devido à sua figura legendária mantinham à distância a esquadra adversária. O presidente José Vieira Couto de Magalhães, ao assumir a administração da província a 2 de fevereiro de 1867, moço e ardoroso, beirando os trinta anos de idade, viria a se preocupar profundamente com aquela situação acomodática. Desde então tornou-se-lhe idéia fixa a expulsão das forças inimigas do território mato-grossense.

Tal propósito iria encontrar retumbo em plano estratégico de um certo capitão Antônio Maria Coelho, a seu ver, com amplas perspectivas de êxito. Submetido, contudo, ao julgamento das mais altas patentes militares locais, não foi aprovado e tido como irrealizável. Partidário entusiasta do empreendimento, apoiando-o incondicionalmente, por lei comandante supremo das forças armadas da província, na qualidade inquestionável de seu presidente, resolveu ousadamente assumir a responsabilidade e riscos do plano e, como não houvesse nenhum oficial de posto superior disposto a receber as incumbências da ofensiva, comissionou Antônio Maria Coelho da graduação de tenente-coronel, nomeando-o comandante da vanguarda, assumindo ele próprio o do grosso da coluna, a se deslocar posteriormente, embarcado, segundo o eixo dos rios Cuiabá – São Lourenço – Paraguaí.

A 15 de maio de 1867 a vanguarda, sob o comando de Antônio Maria Coelho, composta de 400 homens, deslocava-se de Cuiabá, embarcada em vários navios, para desembarcar no porto do Alegre, no então rio São Lourenço e daí em diante, embrenhando-se nos pantanais, em igarités, “a braços e a zinga”, em pleno regime de cheia, no rumo de Corumbá. No dia 12 de junho, em noite escura, após progressão memorável, saíam no Barrote, abaixo de Ladário. Na manhã de 13 de junho atacavam de surpresa a praça de Corumbá, em poder do inimigo, surgindo pela banda sul e não pela do norte, ao contrário do que pudessem imaginar. Os navios de guerra inimigos, surtos no porto, começaram a ser enquadrados pelo fogo das baterias aprisionadas e instaladas nas barrancas e tiveram de empreender fuga precipitada para a montante. Voltariam na madrugada seguinte e, apesar de alvejados, conseguiram escapar, rumo a jusante.

A vitória tinha sido completa e desmoralizante, morto inclusive o comandante paraguaio, Cel. Hermógenes Cabral.

O feito em si seria coberto do mais franco sucesso, não fosse o desencadeamento de um surto de varíola de que se achavam contaminadas as forças inimigas. O valor militar de Antônio Maria não pode ser posto em dúvida, apesar do abandono da praça doze dias mais tarde, por ordem do presidente Couto de Magalhães, que se achando pelas alturas do porto de Dourados, apressou a marcha da flotilha para alcançar Corumbá o mais rapidamente possível, o que aconteceria a 23 de junho. Por esse tempo a peste já alcançara Cuiabá e a primeira vítima da enfermidade, justamente o canoeiro portador da notícia da Retomada, sucumbiria a 2 de julho de 1867. A epidemia se alastrou com extrema rapidez e, ao que se diz, nela pereceu metade da população cuiabana. Ficaria tristemente célebre, nessa quadra, o cemitério do "Cai-e-Cai", especialmente criado para enterros das vítimas da varíola, no qual, por falta de coveiros, permaneciam os cadáveres insepultos, expostos à sanha de cães famintos e de urubus.

Na época adversários políticos do Presidente Couto de Magalhães imputavam-lhe culpa em face da propagação desastrosa da epidemia, o que seriamente o aborrecia, por julgar acusação improcedente, fato plenamente justificado pela própria sucessão dos acontecimentos.

A praça de Corumbá permaneceria completamente vazia, a partir de 24 de junho de 1867, quando chegando o Dr. Couto de Magalhães, deu ordem para evacuá-la definitivamente, seguindo o mesmo roteiro da vinda. Na volta, a 11 de julho de 1867, já no porto de Alegre, no rio São Lourenço, seriam atacados pelos paraguaios que, encontrando Corumbá desocupada, subiram rapidamente os rios, os encontrando naquele ponto, muitos do contingente atacados pela varíola. Mas seriam vigorosamente repelidos, com pesadas perdas, chegando finalmente a Cuiabá.

Evacuada a cidadela, o inimigo a reocuparia novamente, para só a abandonar em definitivo a 3 de abril de 1868, a fim de reforçar os contingentes de Lopez na frente meridional, onde periclitava a sorte de seus exércitos, fazendo-se acompanhar do efetivo que guarnecia Coimbra, na passagem pelo forte. Nunca mais, durante a guerra, retornariam a Mato Grosso.

As autoridades governamentais, todavia, só tomariam conhecimento dessa defecção algo mais tarde, quando acertariam as providências cabíveis para a posse, em caráter decisivo, da maltratada vila.

A nova de que Corumbá havia sido abandonada definitivamente pelos paraguaios seria transmitida pelo Cap. Antônio de Oliveira Jamacuru, acidentalmente pela vila transitando e a encontrando livre de invasores.

O vice-presidente da província, Barão de Aguapeí, em exercício no cargo de presidente, despachou então, em caráter reservado, a 17 de agosto de 1868, o Cap. João de Oliveira Melo, que tanto havia se sobressaído em Coimbra, com uma escolta de 50 homens, ao local, tendo ele confirmado a veracidade da notícia. A praça de Corumbá seria, em definitivo, ocupada por forças brasileiras.

Terminada a guerra e arrefecida a mortífera epidemia de varíola, Antônio Maria pôde retomar a sua vida normal junto à família, continuando a servir na guarnição de Cuiabá. Em 1875 seria confirmado no posto de tenente-coronel, em 1885 ascendia ao de coronel, a brigadeiro em 1878 e a general-de-divisão a 30 de janeiro de 1890. Ao apagar das luzes do regime monárquico, seria distinguido com o título nobiliárquico de Barão de Amambá, deferência imperial que muito o envaidecia.

No episódio da proclamação da República iria ser protagonista de acontecimento singular, em face das condições em que se daria. A 8 de dezembro de 1889, precaríssimas as condições de comunicação com Mato Grosso, ainda se ignorava a ocorrência de 15 de novembro em Cuiabá. Realizava-se à noite concorrida homenagem a Generoso Ponce, presidente da Assembléia Constituinte, promovida pelo Partido Liberal, em que se erguiam vivas ao Imperador Pedro II e às autoridades monárquicas. Às duas horas da madrugada de 9 daquele mês chegava pelo navio "Coxipó" a notícia daquele sucesso.

Antônio Maria Coelho, então no posto de general-de-divisão, encontrava-se a serviço em Cuiabá, em inspeção a unidades de infantaria, por conseguinte a mais destacada autoridade no recente Estado da República Federativa.

Naquele hora pré-matinal era acordado por vários próceres políticos, a fim de lhe comunicarem haver sido indicado pelo chefe do governo provisório, Marechal Deodoro da Fonseca, seu amigo de longa data, Presidente da nova Unidade Federativa e que o decreto da nomeação chegaria no próximo correio.

Mostrando-se um tanto irresoluto, como assinala Estêvão de Mendonça, condicinou a sua anuência a uma aclamação popular, apoiando o seu nome para a investidura e bem assim a solidariedade dos comandos de tropa sediados na capital, o 8º e o 21º BC. Uma comissão da Assembléia Legislativa convidava-o, em nome do seu presidente, nesse interim, a comparecer à sua sede, afim de se empossar legalmente. Feito o que, dirigiu-se ao palácio presidencial, acompanhado de enorme massa popular, lançando à mesma vibrante proclamação.

O documento havia sido lavrado nos seguintes termos:

**“VIVA A REPÚBLICA
DOS ESTADOS UNIDOS DO BRASIL
VIVA O ESTADO DE MATO GROSSO !**

Mato-Grossenses, enfim é livre a terra de Colombo. A planta exótica que ainda existia feneceu no glorioso dia 15 de novembro de 1889.

Está proclamada a República na nossa estremeçada pátria, e Mato Grosso já não é província de uma monarquia, é sim um estado de uma república ligada às suas irmãs pelos laços da federação.

O fato realizou-se com aplauso geral sem sangue, sem protesto, porque significa – liberdade, fraternidade e justiça.

Aclamado hoje, pelo povo desta capital e pela Assembléia, em nome do mesmo povo, governador do Estado de Mato Grosso, que assim confirmou a nomeação do governo provisório dos Estados Unidos do Brasil, assumi as rédeas do governo.

A Capital e Corumbá já aderiram ao movimento proclamando a República; o mesmo espero farão todas as mais cidades e localidades do Estado.

Liberdade, fraternidade, paz e justiça é a missão da República; tranquilizem-se, pois, todos os cidadãos que todos os seus direitos serão garantidos em sua plenitude.

Cidadãos! Viva a República dos Estados Unidos do Brasil!
Viva o presidente provisório general Manuel Deodoro da Fonseca!

Viva o 1º Ministério republicano!

Viva o Estado de Mato Grosso!

Cuiabá, 9 de dezembro de 1889.

Antônio Maria Coelho”.

No entanto, a sua administração não transcorreria dentro da atmosfera “de garantia dos direitos em sua plenitude”, como proclamava. Os seus sentimentos democráticos não se pautaram dentro da conduta de sincera liberalidade, quer no campo administrativo, quer no político, deixando-se arrastar pelas paixões partidárias. Isso iria provocar a sua substituição a 16 de fevereiro de 1891, no governo do Estado, pelo Major Frederico Solon Sampaio Ribeiro, o mesmo oficial que levaria a Pedro II a intimação do governo provisório da República sobre o seu banimento do Brasil.

Parecia até paradoxal a sua assinatura aposta ao “Manifesto dos 13 Generais”, a exigirem de Floriano Peixoto mais comedimento em seus desmandos políticos, ele, Antônio Maria, que já havia participado de atos de arbitrariedade no governo de Mato Grosso.

“O Manifesto dos 13 Generais”, com data de 31 de março de 1892, estava redigido nos termos abaixo:

“Os abaixo assinados, não querendo pelo silêncio, compartilhar de responsabilidade moral devido à indébita intervenção da força armada nas deposições dos respectivos governadores, dando como resultado a morte de inúmeros cidadãos, implantando o terror, a dúvida e o luto no seio das famílias, apelam para Vós, Marechal, para que façais cessar tal lamentável situação.

A continuar por mais tempo semelhante estado de desorganização geral do país, será convertida a obra de 15 de novembro de 1889 na mais completa anarquia”.

“Apud” Virgílio Correia Filho. “A República em Mato Grosso”. “Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Mato Grosso” – Ano XV – 1933 – Tomos XXIX e XXX.

Trazia a assinatura dos seguintes oficiais gerais:

- 1) Marechal Almeida Barreto (Antônio)
- 2) Vice-Almirante Eduardo Wandelkok
- 3) General-de-Divisão José Clarindo de Queiroz
- 4) General-de-Divisão Antônio Maria Coelho
- 5) General-de-Divisão Cândido J. Costa
- 6) Contra-Almirante J.M. Guimarães
- 7) General-de-Brigada João Nepomuceno de Medeiros Mallet
- 8) General-de-Brigada Dr. João Severino da Fonseca
- 9) General-de-Brigada J. J. Bruce
- 10) General-de-Brigada J. L. de Andrade Vasconcelos
- 11) General-de-Brigada J. C. de Aguiar Lima
- 12) Contra-Almirante D. Manhães Barreto
- 13) Contra-Almirante M. R. da Cunha Couto

Alguns oficiais gerais foram desterrados para S. Joaquim do Amazonas, Cucuí e Tabatinga. Outros foram presos na fortaleza da Lage, S. João e Villegaignon. Antônio Maria ficaria recolhido à última.

Na ocasião ele se achava na então Capital Federal, exercendo funções atinentes ao seu alto posto, quando foi colhido nas malhas de uma reforma arbitrária no posto de marechal, bem como os demais signatários, cada qual no posto superior.

Anistiado, decidiu fixar residência em Corumbá. Quiça não tenha desejado retornar à terra natal pelos muitos ressentimentos que dela guardava, principalmente quando era presidente do Partido Conservador. Contava quase 65 anos de vida, marcado por desilusões e amarguras. Estava cômico de que seria bem recebido na Cidade Branca, como na realidade o fora, pela alma aberta do seu povo, veneração e respeito.

Viveria menos de cinco anos de regime republicano, cujos ventos não lhe seriam tão propícios como os dos tempos do Império.

Cáceres também partilhou da honra de o agasalhar por algum tempo. Foi pelo início da quadra de 1880. Mantinha eu incerteza so-

bre a verdadeira época dessa período. Mas o seu sobrinho neto, Tenente Satiro Manuel Coelho me veio tirar dessa dúvida.

Em inícios do ano de 1883 ele mantinha o posto de coronel e esteve prestando serviços em uma comissão de fronteiras, sediada naquela cidade Informou-me, ademais, o Sr. Severino Setúbal, seu contemporâneo, já falecido, ter residido ele em uma casa na esquina da Praça da Matriz com a rua Comandante Balduino e ter tido um ordenança de nome Adão, o qual chamava com voz grossa e troante. Existe, além disto, um fato histórico que Natalino Ferreira Mendes registra no livro de sua autoria "História de Cáceres", sobre a remoção do marco do Tratado de Madri da foz do Jauru para o jardim de Cáceres, providência por ele executada e por João Carlos Pereira Leite, proprietário da fazenda Jacobina e benfeitor da cidade, em fins de 1882 e plantado na praça a 2 de fevereiro de 1883. ("História de Cáceres". Tomo I. Pág. 73. História da Administração Municipal. Natalino Ferreira Mendes. Cáceres 1973).

Outro comprovante da permanência de Antônio Maria em Cáceres é um grupo de obreiros da Loja Maçônica "Amor e Segredo", em quadro existente na Sala dos Passos Perdidos da Loja "Estrala do Oriente", em Corumbá, na qual aparece revestido das respectivas insígnias.

Sobreviveria pouco tempo á sua vinda para Corumbá, tendo falecido a 29 de agosto de 1894, 10 dias antes de completar sessenta e sete anos de idade. Os seus restos mortais seriam inhumados no antigo cemitério da cidade, esquina da rua De Lamare com Major Gama, onde se erge hoje a Escola Pública Municipal Críaco de Toledo. Em 1928 seria levantada uma bela estátua em memória ao insigne vulto, na praça de Independência, oferecida pelo povo corumbaense. A 13 de junho de 1942 o Exército e a Marinha, em conjunto, comemorando os 75 anos da Retomada, fixaram uma placa comemorativa no pedestal do monumento e faziam o traslado de seus despojos do cemitério para a base do monumento, onde ficaram encerrados. Comandaria o contingente responsável pelo transporte o então tenente Pedro Celestino Corrêa da Costa, segundo relato pessoal do Coronel Pedro Celestino, chefe do Estado Maior, na ocasião, da 2ª Brigada Mista, a mim feito, quando servimos juntos naquele Quartel General.

A espada pertencente a Antônio Maria Coelho, tendo esculpidos no punho a coroa do Império e o nome de Pedro II, fazem hoje parte

do acervo do Museu do Pantanal, presentemente sob a minha administração.



PROFESSORES DO LICEU E DA ESCOLA NORMAL

por Ernesto Borges

Da Associação Brasileira de Imprensa

No quadro histórico da evolução ascensional do ensino secundário, em Cuiabá, merece especial destaque, pela sua marcante e benéfica influência na segura e fecunda formação intelectual e no futuro de sucessivas gerações da garrida mocidade estudiosa de nossa Terra matogrossense: é o famoso Liceu Cuiabano e conceituada Escola Normal Pedro Celestino. O Liceu veio com seu nome já respeitado do tempo do Império, trazendo para a República, uma pleiade de notáveis e rigorosos professores de prestígio, como Januário Rondon, João Pedro Gardez, Estêvão Correa, José Magno da Conceição, único Educandário Oficial da época entregue a direção e proeficiência do 1º Bispo da nova Diocese de Cuiabá, Dom José Antonio dos Reis, natural de São Paulo e brilhante integrante da 1ª Turma de Bacharéis, formada pela 1ª Faculdade de Direito do Brasil, criada em 1827, juntamente com a de Olinda, em Pernambuco, tendo Dom José, então Padre, concluído o Curso Jurídico, com aprovação distinta e em 1º lugar com louvor, preferindo, no entanto, continuar a sua vocação sacerdotal e Missionário de Cristo. No regime Imperial, a Igreja era ligada ao Estado que adotava a Religião Cristã e o sistema Político era unitário que submetia todo o território nacional ao Governo do Imperador que escolhia e nomeava o Presidente de cada Província. Nessas condições o Seminário foi criado em 1852, sob a jurisdição do Gabinete do Império que adotava o regime parlamentarista. Tinha o Seminário a dupla atribuição e finalidade. Cumpria a esse estabelecimento oficial a difícil e delicada missão de observar cuidadosamente os indícios e tendências para as vocações sacerdotais e então congregar e unir os escolhidos e então prepará-los para o futuro ingresso na Ordem de Cristo, a fim de pregar e difundir o Evangelho, desempenhado ainda o Seminário essa outra nobilitante missão de ensinar, educar e preparar a esperançosa mocidade, ministrando-lhe, com muita eficiência, as disciplinas fundamentais que compunham o severo e rigoroso curso de humanidades, saindo desse famoso Educandário do Império, eminentes homens de Estado, como o Ministro da Fazenda

Joaquim Murinho, que restaurou as finanças do Brasil; Generoso Paes Leme de Souza Ponce que foi eleito e governou o Estado e chefou a política de Mato Grosso; Antonio Francisco de Azeredo que foi eleito e repetidas vezes reeleito Senador da República e Presidente do Senado e chefou a política nacional, substituindo Pinheiro Machado; Manoel Murinho que foi Presidente do Estado, magistrado e Ministro do Supremo Tribunal Federal, e outros mais. Não obstante a dificuldade quase intransponível, para compor o corpo de professores do Seminário, o empenho e esforço do dedicado Bispo Dom José conseguiu que alguns lentes aceitassem sua nomeação para o longínquo Seminário, inclusive o Padre Ernesto Camilo Barreto, secularizado pelo Arcebispo da Bahia – Dom Romualdo Antonio de Seixas, para poder servir fora do sacerdócio e servir de arrimo à sua mãe, irmão e irmã, depois da morte do pai, e assim veio da Bahia, nomeado lente da cadeira de Teologia e fez, em 1854 o discurso de inauguração do Seminário, lecionou gratuitamente mais outras cadeiras, a insistentes pedidos de Dom José, para não fechar o Seminário e ainda escreveu e Dom Pedro II mandou publicar para uso dos alunos: Gramática Latina, Compêndio de Teologia, Apostilas de Retórica, livros que existem e consultei na Biblioteca Nacional, fundada por Dom João VI, sendo o Padre Ernesto Barreto, agraciado pelo Papa, com o título honorífico de Protonotário Apostólico de Sua Santidade o Papa, incumbido de redigir em latim em primeira mão, importantes documentos do Chefe da Igreja, dando o nome PROTONOTÁRIO. Com a implantação da República sua primeira Constituição separou do Estado a Igreja e assim o Seminário deixou de ser um estabelecimento oficial, abrindo espaço que veio a ser ocupado pela magnífica atuação do Liceu Cuiabano, já existente no tempo do Império. Correndo parilha com o Liceu, funcionava o famoso e conceituado educandário particular dos abnegados Padres Salesianos; o Colégio São Gonçalo, ostentando, dentre outros distintos alunos o inteligente e talentoso cuiabano Francisco de Aquino Corrêa, que, depois se destacou e se diplomou em Teologia, na Itália, ordenou-se Padre, foi Bispo de Prusiade, eleito Presidente de Mato Grosso, Sagrado Arcebispo de Cuiabá, e eleito membro efetivo e imortal da Academia Brasileira de Letras.

Ganhou renome o Liceu Cuiabano como único Educandário do Governo, no Ensino Secundário e o Liceu conseguiu reunir no seu corpo docente, uma pleiade de excelentes e cultos professores que se dedicavam ao magistério, com amor e arte, por sua inata vocação, não obstante os irrisórios vencimentos, para tal alta missão comparecendo com pontualidade às aulas, ensinavam pelo melhor método pedagógico e cumpriam

todo o programa da sua disciplina que lecionavam, podendo ser apontados à nossa reverência e reconhecimento. Outros professores também conspicuos como: Filinto Ribeiro, Joaquim Marques, Luis Leduc, Jean Joseph Marie Kiel, Alcindo de Camargo, Isac Póvoas, Filogônio de Paula Correa, Firmo José Rodrigues, Fernando Leite de Campos, Leônidas Pereira Mendes, José Maria Metelo Sobrinho, Cesário Alves Correa, Agostinho Simplicio de Figueiredo, Estêvão de Mendonça, Júlio Strubing Müller, que até escreveu uma COROGRAFIA para seus alunos, Padre Romualdo Littieri, Alvão Novis, Aquiles Verlangieri, Alirio de Figueiredo, Francisco Alexandre Ferreira Mendes, et., Octávia da Silva Pereira, Antônio Cesário de Figueiredo Neto. Tão eficiente, seguro, atualizado e sério era o ensino no Liceu Cuiabano, que os alunos que ali concluíam o curso ginásial, e seguiam bem preparados para o Rio, São Paulo e outros Estados, enfrentavam com firmeza, sem a complementação de cursos ou ensinios de preparação, os difíceis e tão arriscados exames vestibulares ou carro de fogo, logrando sua habilitação e ingresso nas Academias de Medicina, nas Faculdades de Direito, nas Escolas de Engenharia, nas Faculdades de Farmácia ou de Odontologia, nas Escolas de Veterinária, nas Faculdades de Agronomia ou Agrimensura, na Escola Eletrotécnica de Itajubá, inclusive na rigorosa Escola Militar da Praia Vermelha ou de Realengo ou em outras faculdades de renome, daí saindo afamados médicos, conceituados magistrados, competentes engenheiros, especializados advogados, eminentes políticos ou professores, presidentes de Estado, prefeitos, profissionais de nomeada, farmacêuticos, dentistas, brilhantes generais ou brigadeiros das nossas Forças Armadas, notadamente os bravos e inolvidáveis heróis da Força Expedicionária Brasileira na guerra contra o fascismo da Europa, como João Tarciso Bueno, Plínio Pitaluga e outros ilustres mato-grossenses, podendo ser apontada a presença do conceituado e culto historiador Dr. Luís-Philippe Pereira Leite, que, em renhido pleito no Rio de Janeiro, logrou dentre os candidatos, a melhor classificação que lhe propiciou o vitorioso ingresso no venerando Instituto Histórico e Geográfico do Brasil, em memorável posse realizada no amplo salão nobre, deslumbrando, com o seu magistral e substancioso discurso, falado sem ler e sem ver a quem falava, perante um compacto e culto auditório, repleto de famílias e de altas personalidades e delirantemente aplaudido, pelo seu valor e pela sua cultura.

Evidente e inegável é portanto, a contribuição valiosíssima prestada ao ensino e à cultura da mocidade idealista de Mato Grosso, pelos abnegados e doutos professores do inesquecível Liceu Cuiabano, assim

honrando Mato Grosso e enriquecendo e elevando o Brasil, através da árdua e delicada missão do magistério, preparando e orientando os matogrossenses, para o melhor desempenho de sua missão histórica, sendo Mato Grosso venerado em São Paulo, na afamada Faculdade de Medicina de Ribeirão Preto, onde se destacou como professor catedrático de Fisiologia, o saudoso cuiabano e cientista Dr. Venâncio Pereira Leite. E, ao lado do Liceu no mesmo Palácio da Instrução, edificado na Praça da República, o ínclito Presidente do Estado, Cel. Pedro Celestino Correa da Costa, criou e instalou outro notável educandário a sempre lembrada ESCOLA NORMAL PEDRO CELESTINO, entregue à direção do acatado professor Leovegildo Martins de Melo, vindo especialmente de São Paulo, juntamente com o professor e psicólogo Rubens de Carvalho, trabalhando intensamente nesse novo campo da Pedagogia moderna, para formação especializada de novas professoras, que se espalhavam, pelas diferentes e longínquas cidades do Estado no desempenho de sua árdua missão de educar e instruir a infância e a juventude de Mato Grosso, longe da presença da família.

Antes e depois dessa Escola Normal, Mato Grosso ostentava com orgulho um escol de professores de alto gabarito, titulares de invejável cultura e conhecimentos de Pedagogia, com inata vocação para o magistério da infância e da juventude do Estado, extremamente dedicados à sua missão de ensinar, até em cidades do interior, sabe Deus com que silencioso sacrifício e privações, até sem a correspondente retribuição de sua profissão, abraçada por amor a Mato Grosso.

Podemos destacar entre outros, o próprio professor Leovegildo Martins de Melo, o professor Rubens de Carvalho, o professor e filólogo Nilo Póvoas, o professor Filogônio de Paula Correa, o professor João Briene de Camargo, o professor Alberto Sallaberry, o professor Antônio Cesário de Figueiredo Neto, o professor Fernando Leite Campos, o professor Antônio de Pinho Maciel Epaminondas, o professor Jercy Jacob, professora Guilhermina de Figueiredo e o grande mestre, professor Benedito de Figueiredo. No mesmo Palácio da Instrução, funcionava a Escola Primária Barão de Melgaço, sob a direção do infatigável professor Franklin Cassiano da Silva, com a sua inexcedível equipe de excelentes professoras, citando-se dentre elas: Joaquininha de Cerqueira, Nilce Valladares, Alzira Valladares, Georgina de Faria, Maria Luiza Pimenta, Azpelia Mamoré de Melo, Aline do Nascimento Tocantins, Ana Luisa do Prado, Luzia do Prado, Amélia Lobo, Tereza Lobo, Presidia Clodoaldo de Cerqueira, Constan-

ça de Barros, Amélia Estorgina Muniz, Benedita Machado Ribeiro, Abigail Borralho e Maria de Arruda Muller. A esse inolvidável escol de educadores as justas e merecidas homenagens de seus alunos e alunas, de par com a gratidão imperecível de Mato Grosso e do Brasil.

Não há como se possa olvidar nesse preito de merecida homenagem a presença de importantes e eficientes escolas que tanto se empenharam na árdua missão de instruir e educar a juventude estudiosa de Cuiabá, podendo citar, dentre outros, o Colégio São Sebastião do professor Frederico Teixeira, onde estudou Eurico Gaspar Dutra que optou pela carreira das Armas e chegou ao posto máximo de Marechal, foi Ministro do Exército, organizou a Força Expedicionária na Itália, foi eleito e exerceu a Presidência da República, como Presidente de todos os brasileiros, unidos pelo plano Salte. O Colégio São João Batista do Padre Ernesto Camilo Barreto, donde saíram preparadas altas personalidades no campo da política e do governo. O inexcelsível Asilo Santa Rita e o Colégio Sagrado Coração de Jesus, das dedicadas e incansáveis irmãs religiosas, colmeia fecunda de preparação moral, intelectual e profissional da juventude e da mocidade de Cuiabá. O Colégio do saudoso Prof. Avelino Ribeiro, o Colégio do venerando mestre Felix Benedito de Miranda, o Colégio das professoras Idalina de Faria e irmãs, as inolvidáveis aulas de Música, ministradas pelas exímias pianistas Gertrudes Machado Ribeiro, Dunga Rodrigues e Zulmira Canararros.



O EXÉRCITO E A ABOLIÇÃO

por Cláudio Moreira Bento

Presidente do Instituto de História e Tradições
do Rio Grande do Sul

Sobre o tema desenvolvemos alentado estudo, partindo do relacionamento do Exército com o negro, do descobrimento à atualidade. Entre muitas conclusões destacamos: que a contribuição militar do negro foi maciça e efetiva no campo militar. Que a situação invejável de integração racial observada por Arnold Toynbee, grande historiador ocidental, em relação ao Brasil, é mais expressiva ainda no âmbito do Exército. Que a redenção gradual do negro, dos grilhões da escravidão para liberdade entre nós foi conquistada progressivamente como soldado em nossas lutas in-

ternas e externas, particularmente como excelente e valoroso soldado de Infantaria. Que o Duque de Caxias foi destacado pioneiro abolicionista a assegurar a liberdade, por sua conta e risco, contrariando orientação superior, a 120 lanceiros negros farroupilhas que foram incorporados como livres no Exército Imperial. Que no Exército como nos demais segmentos da sociedade o negro em posições de mando e destaque ainda continua exceção.

Sobre o Exército no abolicionismo destacamos: A fundação em Porto Alegre, em 25 de agosto de 1869, da Sociedade Libertadora de Escravos no Partenon Literário integrado por 70 intelectuais gaúchos sob a presidência do heroico general Conde de Porto Alegre. Reunião da Loja Maçônica Fé, em Assunção, no Paraguai, em homenagem ao Visconde do Rio Branco na qual oficiais do Exército e da Marinha apelaram para que ele libertasse os escravos do Brasil "que são tão brasileiros como nós". A influência da Guerra do Paraguai no abolicionismo brasileiro por haver dado aos oficiais oportunidades de testemunhar o patriotismo dos negros e as injustiças de que eram vítimas no Brasil. A influência decisiva no Clube Militar, integrada por oficiais do Exército e da Marinha, através de petição que enviaram à Princesa Isabel, em 26 de outubro de 1887, há 6 meses da Lei Aurea, pedindo para libertar o Exército do encargo de prender negros fugidos. Petição que redundou, de fato, na abolição por ter o Exército desde então cruzado os braços ao problema e assim estimulado a que escravos e mais escravos sacudissem o jugo do cativeiro.

Sobre estes fatos escreveu Ruy Barbosa no dia seguinte à Abolição, fazendo justiça ao Exército. "Esta desobediência bendita (do Exército), essa indisciplina salvadora selou a emancipação do povo negro ... pela ponta indócil a vilanias da espada do Exército brasileiro". E prosseguiu:

"Espada redentora, tu crescestes no horizonte da pátria, grande, luminosa, serenadora entre as ameaças de tempestade, como a curva do arco-íris; o sinal de aliança entre a nação, o escravo e o soldado. Desde então incorreste na desconfiança e nas perseguições; mas nos corações das classes populares, que te viram cintilar ao lado do direito, teceste laços de fraternidade, que te hão de associar para sempre às conquistas civis do nosso progresso ..." Ruy, em 1922, em discurso no Clube Militar falou a certa altura: "Desta casa saiu a Abolição e a República".

Logo após a abolição foi comum a Imprensa referir-se ao Exército como Libertador e à Princesa Isabel como redentora dos escravos.

Joaquim Nabuco referiu certa feita: "Os oficiais brasileiros são antes de tudo solidários com os seus soldados. Pois sabem a triste afinidade entre eles e a escravidão". Com isto queria dizer que muitos soldados do Exército egressos da escravidão possuíam entes queridos escravos e que desejavam vê-los livres com a solidariedade de seus oficiais. Na Bahia o general Hermes da Fonseca, irmão de Deodoro da Fonseca, Presidente do Clube Militar, que assinou a petição à Princesa Isabel e pai do abolicionista e mais tarde marechal Hermes da Fonseca, recebeu com grande alegria, de presente de aniversário de seus comandados, a carta de alforria do pai de dois de seus soldados. Atitudes assim foram comuns entre as lideranças militares brasileiras da Guerra do Paraguai após o término dessa. Esta amostragem assinala as posições do Exército e do Duque de Caxias face a Abolição, as quais tem sido até deturpadas no Centenário da Abolição, por motivações ideológicas que desservem à História, mas que, por saturação de desinformação veiculada, tem prosperado na opinião pública desavisada.

O DUQUE DE CAXIAS – PIONEIRO ABOLICIONISTA

Em 1º de março de 1845, no Rio Grande, Caxias tornou-se pioneiro abolicionista, 43 anos antes da Lei Áurea. Isto ao incluir por sua conta e risco, na Paz de Ponche Verde que pôs fim à Revolução Farrroupilha (1835-45), a seguinte cláusula:

"4º – São livres e como tais reconhecidos todos os cativos que serviram na República".

Com isto contrariou as Instruções Reservadas de 18 de dezembro de 1844, que recebeu do Gabinete Liberal, através do Ministro da Guerra que dispunham sobre os soldados farrapos, ex-escravos:

"5º – Os escravos que fizerem parte das forças rebeldes, apresentados, serão remetidos para esta Corte, à disposição do Governo que lhes dará o conveniente destino".

O conveniente destino, segundo Wiedersphan, seria o internamento dos soldados negros farrapos, ex-escravos, na Imperial Fazenda de Santa Cruz, no Rio, inicialmente como escravos estatizados.

Para evitar esta armadilha, Caxias invocou o Aviso Ministerial de 19 de novembro de 1838 "que assegurava liberdade aos republicanos farrapos, ex-escravos, que desertassem das fileiras do Exército da República e se apresentassem às autoridades imperiais". Com este artifício Caxias os libertou. Mas para impedir que fossem enviados para o Rio e ali corressem o risco de terem congeladas suas alforrias, por fortes pressões escravocratas, usou mais este artifício:

Após receber, em Ponche Verde, 120 soldados ex-escravos, predominantemente lanceiros negros, os incorporou ao Exército Imperial nos três regimentos de cavalaria ligeira estacionados na fronteira da Província do Rio Grande, segundo se concluiu de seus ofícios da época. Esta é a razão de sua citação como abolicionista, em discurso presidencial do dia 13 de maio de 1888, alusivo ao Centenário da Abolição. Pois, por ocasião do início da Campanha Abolicionista, Caxias, já muito doente, havia se retirada da vida pública para a Fazenda Santa Mônica, em Juparanã, Valença - RJ, onde veio a falecer em 7 de maio de 1880.

O Corpo de Lanceiros Negros fora criado em Pelotas, em 5 de agosto de 1836, pelo tio de Caxias, mais moço do que ele e seu colega no Batalhão do Imperador, na Guerra da Independência da Bahia e mais tarde o primeiro general da República Rio-grandense, o então Major João Manoel de Lima e Silva. Este foi assassinado e à traição, próximo a São Borja, em 18 de agosto de 1837, por um grupo de Guerrilheiros a serviço do Império, causando grande revolta entre os republicanos farrapos.

O Corpo de Lanceiros negros se constituiu em tropa de choque farrapa. Era integrado por ex-escravos, habilíssimos nas lides pecuárias relacionadas com as estâncias e charqueadas gaúchas (domadores, campeiros).

Tiveram papel de relevo como consumados lanceiros ao comando da maior lança farrapa, o canguçuense Tenente-Coronel Joaquim Teixeira Nunes, na maior vitória farrapa, em Rio Pardo, em 30 de abril de 1839 e na expedição, por terra, a Laguna - SC, em 1839, quando lá foi proclamada a efêmera República Juliana. Na surpresa de Porongos, em 1844, sofrida pelo General farrapo Davi Canabarro, os lanceiros negros salvaram a República Rio-Grandense e o seu Exército de um colapso total, através de resistência titânica que custou-lhes muitas vidas que contribuíram para a manutenção de condições honrosas de paz com o Império o

que aconteceu em Ponche Verde, graças a Caxias, também, segundo reconheceu o líder farrapo Bento Gonçalves.

Este assunto foi por nós tratado com mais detalhes em *O Negro na Sociedade do Rio Grande do Sul* (P. Alegre, IEL, 1975) e *Estrangeiros e descendentes na História Militar do Rio Grande do Sul* (P. Alegre, IEL, 1975).

Oscar Wiedersphan abordou o assunto nos *Anais do Congresso de História do II Reinado*, em 1984, 2º volume, publicados pela Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro.